



MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

JORGE ANTONIO ALARDO RODRIGUES DE FREITAS

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO CATALISADOR DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO DE
REFORMA AGRÁRIA ELDORADO, EM SANTO AMARO – BA**

Salvador
2022

JORGE ANTONIO ALARDO RODRIGUES DE FREITAS

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO CATALISADOR DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO DE
REFORMA AGRÁRIA ELDORADO, EM SANTO AMARO – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina de Andrade Spinola.

Salvador
2022

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS
Universidade Salvador

Freitas, Jorge Antonio Alardo Rodrigues de

Turismo de base comunitária como catalisador do desenvolvimento local: a experiência do assentamento de reforma agrária Eldorado, em Santo Amaro – Ba./ Jorge Antonio Alardo Rodrigues de Freitas. - Salvador: UNIFACS, 2022.

212 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Carolina de Andrade Spinola.

1. Turismo de base comunitária. 2. Turismo de experiência. 3. Assentamento Eldorado - Santo Amaro – Ba. 4. Turismo pedagógico. 5. Desenvolvimento local. I. Spinola, Carolina de Andrade, orient. II. Título.

CDD: 338

JORGE ANTONIO ALARDO RODRIGUES DE FREITAS

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO CATALISADOR DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO DE
REFORMA AGRÁRIA ELDORADO, EM SANTO AMARO – BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano aprovada pela seguinte banca examinadora:

Carolina de Andrade Spinola – Orientadora _____
Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona, Espanha
Universidade Salvador – UNIFACS

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador - UNIFACS

Heitor Ferrari Marback _____
Doutor em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIJORGE / SEBRAE

Salvador, de de 2022.

Dedico este trabalho às famílias dos assentamentos baianos, os quais tive a oportunidade de conhecer e, em especial, o Eldorado, que permitiu que eu fizesse parte desse mundo dos assentados, me ensinando o jeito mais genuíno de cuidar da terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a *Olódùmarè* (Deus), a meus orixás e ancestrais, por terem me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa, com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grato aos meus pais, Telma e Julito, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando ao longo de toda a minha trajetória e, à minha família, pelo apoio que sempre me deram durante toda a minha vida.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) e seus professores, que tiveram que se reinventar e se adaptar às mudanças que a pandemia da Covid-19 provocou. Igualmente, agradeço aos colaboradores, em especial Gilsa, secretária do mestrado, sempre disposta a me ajudar.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Carolina Spinola, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar, pela compreensão aos meus posicionamentos, pela leitura cuidadosa e paciência que teve durante o período do mestrado.

Aos professores, Dr. Laumar Neves e Dr. Heitor Marbak, pelas importantes contribuições ao desenvolvimento desta pesquisa. Ambos aceitaram fazer parte da banca examinadora e teceram críticas bastante construtivas, bem como deram sugestões para as etapas posteriores ao exame.

Sou muito grato à Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sociocultural e Ambiental - FUNDESF, que, através do programa Terra Sol, sob a coordenação de Alberto Viana, oportunizou meu

primeiro contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e possibilitou conhecer um novo mundo, onde sem a terra não há democracia.

Agradeço às famílias de diversos assentamentos que percorri que sempre me receberam com muito carinho e, pacientemente, me mostraram sua forma simples de viver com felicidade e amor à terra. Em especial, agradeço a todos os moradores e moradoras do assentamento de reforma agrária Eldorado (Pitinga), pela generosidade e aprendizado que me ofertaram, me recebendo tão bem todas as vezes que fui a campo. Obrigado também a Manteiga, seu Esmeraldo, Maria José (Gorda), Dinha, D. Maria, Sr. Thomaz, Marizete, entre outros, por contribuir direta ou indiretamente nesta caminhada:

Aos colegas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sobretudo a Sofia, pelo acolhimento desde o primeiro dia que cheguei na Instituição, pelas palavras de incentivo e força, sempre me apoiando. Obrigado.

Às minhas amigas, Juliana Maia e Ana Karla Sampaio, vocês não podiam deixar de estar aqui. Nosso grupo de *whatsapp* “fugidinha”, em cujo espaço ouviram minhas dúvidas, dividiram comigo as angústias de fazer um trabalho acadêmico, corrigiram, recorrigiram e torceram para que desse certo. Muito obrigado!

Por fim, faço um agradecimento especial a Chelly, minha amiga, conselheira para assuntos aleatórios e mentora acadêmica, assim como batizei, uma das principais incentivadoras para que eu chegasse até aqui, encerrando mais um ciclo acadêmico e já pensando no próximo passo.

Agradeço, ainda e por fim, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a conclusão desta dissertação.

Muito Obrigado!

RESUMO

Os assentamentos de reforma agrária, via de regra, têm como base de sustentação a agricultura familiar. Contudo, muitos deles têm procurado outras vias de subsistência, e é nesse processo que se insere o Turismo de Base Comunitária (TBC), tema central deste estudo. O advento do paradigma do turismo de experiência possibilitou, dentre outras expressões, o desenvolvimento do TBC e, dada a expansão deste segmento, na presente pesquisa, nos propusemos a estudar como ele pode se constituir em uma alternativa econômica sustentável para comunidades rurais do interior do estado da Bahia, tendo se tomado como estudo de caso o assentamento de reforma agrária Eldorado, no município de Santo Amaro. Metodologicamente, nesta dissertação, utilizou-se uma abordagem qualitativa e, quanto aos procedimentos operacionais recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à coleta de dados através de entrevistas e aplicação de questionários semi-estruturados com os sujeitos da pesquisa e representantes legais da comunidade. Por fim, no que concerne às conclusões deste estudo, entendemos que, para o assentamento Eldorado, o TBC, de cunho pedagógico e de experiência, se apresenta como uma alternativa viável para intermediar esse diálogo ente comunidade interna e externa. Porém, a consolidação da atividade turística dependerá de esforços coletivos, mas fundamentalmente do empoderamento da Associação local, animada no sentido de ser protagonista dos destinos das famílias que lutam pela permanência no campo. Desta forma, conclui-se que o TBC torna-se uma oportunidade que alia desenvolvimento econômico, sustentabilidade e turismo pedagógico como caminhos alternativos para o desenvolvimento local da comunidade de assentados do Eldorado e, conseqüentemente, para a região de Santo Amaro – BA.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; Turismo de experiência; Assentamento Eldorado; Turismo pedagógico; Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The agrarian reform settlements, as a rule, are based on family farming. However, many of them have been looking for other ways of subsistence, and it is in this process that Community Based Tourism (TBC) is inserted, the central theme of this study. The advent of the experience tourism paradigm made possible, among other expressions, the development of TBC and, given the expansion of this segment, in the present research, we proposed to study how it can constitute a sustainable economic alternative for rural communities in the interior of the country. state of Bahia, having taken as a case study the agrarian reform settlement Eldorado, in the municipality of Santo Amaro. Methodologically, in this dissertation, a qualitative approach was used and, as for the operational procedures, it was resorted to bibliographic research and data collection through interviews and application of semi-structured questionnaires with the research subjects and legal representatives of the community. Finally, with regard to the research conclusions, we understand that, for the Eldorado settlement, the TBC, of pedagogical and experience nature, presents itself as a viable alternative to mediate this dialogue between the internal and external community. However, the consolidation of tourist activity will depend on collective efforts, but fundamentally on the empowerment of the local Association, excited to be the protagonist of the destinies of families who fight for permanence in the countryside. In this way, it is concluded that TBC becomes an opportunity that combines economic development, sustainability and pedagogical tourism as alternative paths for the local development of the settled community of Eldorado and, consequently, for the region of Santo Amaro - BA.

Keywords: Community-based tourism; Experience tourism; Eldorado settlement; Pedagogical tourism; Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Segmentos turísticos	50
Figura 2 - Os domínios da experiência.....	57
Figura 3 - Nuvem de palavras relacionadas ao TBC	69
Figura 4 - Espacialização dos assentamentos rurais no Brasil.....	80
Figura 5 - Os griôs e a reinvenção da roda	90
Figura 6 - Projeto Acolhendo em Parelheiros	91
Figura 7 - Turistas franceses em visita à comunidade quilombola Kaonge	92
Figura 8 - I Encontro de Turismo Comunitário da Bahia 2015	93
Figura 9 - Mapa dos assentamentos rurais no Brasil.....	96
Figura 10 - Assentamentos de reforma agrária na Bahia	98
Figura 11 - Mapa de localização do assentamento Baixão	112
Figura 12 - Cachoeira Encantada.....	114
Figura 13 - Eco Pousada rural do assentamento Baixão.....	115
Figura 14 - Recepção e quarto da Eco Pousada Rural	116
Figura 15 - Mapa de acesso ao assentamento Caritá	119
Figura 16 - Mapa de localização do assentamento Pancada Grande.....	123
Figura 17 - Cachoeira Pancada Grande, Itacaré, Bahia	125
Figura 18 - Território de Identidade Recôncavo Baiano	132
Figura 19 - Relação de municípios.....	133
Figura 20 - Baía de Todos os Santos, BA, Brasil	136
Figura 21 - Município de Santo Amaro.....	138
Figura 22 - Lavagem das escadarias da Igreja de Santo Amaro	139

Figura 23 - Xirê nas celebrações do <i>Bembé</i> do Mercado.....	140
Figura 24 – Maniçoba, prato típico indígena	141
Figura 25 - Cachoeira do Urubu	142
Figura 26 - Mapa de localização do PA Eldorado do Pitinga	144
Figura 27 - Distribuição dos assentados por faixa etária	146
Figura 28 - Distribuição dos assentados quanto ao estado civil	146
Figura 29 - Distribuição dos assentados por nível de escolaridade	147
Figura 30 - Distribuição de assentados por número de moradores/residência ...	148
Figura 31 - Distribuição dos assentados por tempo de moradia	149
Figura 32 - Nuvem de palavras – motivos de morar no assentamento	150
Figura 33 - Nuvem de palavras – motivos que desagradam os assentados.....	151
Figura 34 - Distribuição de assentados em entidades de classe	152
Figura 35 - Distribuição dos assentados por renda familiar	155
Figura 36 – Percepção dos assentados sobre a atividade turística	156
Figura 37 - Envolvimento dos assentados com a atividade turística.....	158
Figura 38 - Perfil dos visitantes ao Eldorado	159
Figura 39 - Tempo de permanência do turista no assentamento.....	159
Figura 40 - Nuvem de palavras - atividades realizadas no assentamento	160
Figura 41- Destino do dinheiro arrecadado com a visitação	162
Figura 42 - Produtos consumidos no assentamento	162
Figura 43 - Agendamento das visitas ao Eldorado	163
Figura 44 - Entrada (A) e via interna (B) do PA Eldorado.....	170
Figura 45 - Escola Antônio Conselheiro – PA Eldorado	173

Figura 46 - Sala de aula	173
Figura 47 - Brinquedoteca.....	174
Figura 48 - Produção de bananas	175
Figura 49 - Produção de quiabos	175
Figura 50 - Produção de jambos	176
Figura 51 – Hortaliças e tubérculos.....	176
Figura 52 – Beiju e puba	177
Figura 53 – Azeite de dendê	177
Figura 54 - Criação de bovinos	179
Figura 55 - Bar e restaurante	180
Figura 56 - Senhor Thomaz e Dona Marizete.....	180
Figura 57 - Marisco aratu	181
Figura 58 - Estudantes estrangeiros em conversa com moradores.....	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo entre o turismo tradicional e o de experiência	54
Quadro 2 - Características do TBC	70
Quadro 3 - Opções de turismo no contexto de TBC.....	72
Quadro 4 - Alternativas que contribuem para o desenvolvimento do TBC.....	73
Quadro 5 - Linhas de atuação da Turisol	88
Quadro 6 - Pontos de atuação rede BATUC	94
Quadro 7 - Atributos que atraem o turista para os assentamentos.....	105
Quadro 8 - Valor e descrição dos critérios de avaliação dos assentamentos	111
Quadro 9 - Mensuração das variáveis selecionadas quanto ao grau de importância nos assentamentos analisados	128
Quadro 10 - Comparativo das variáveis do TBC no assentamento Eldorado em relação a seus congêneres na Bahia	165

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABV	Assentamento Bela Vista
ACV	Associação de Condutores de Visitantes
ACV-I	Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê
AMECARITÁ	Associação de Mulheres Empreendedoras do Caritá
APA	Área de Preservação Ambiental
APPAB	Associação de Produtores e Produtoras do Assentamento Baixão
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BTS	Baía de Todos os Santos
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNTur	Confederação Nacional do Turismo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
COOAPIS	Cooperativa de Apicultores do Sertão
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCPAT	Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo

ENTBL	Encontros de Turismo de Base Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV-Tur-CNC	Índice Cielo de Vendas do Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LATUR	Índice de Atividades Turísticas
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
MTur	Ministério do Turismo
OIJ	Organização Internacional da Juventude
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Ponto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT	Plano Nacional do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRNA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PVC	Policloreto de polivinila
RB	Reservas da Biosfera
Rede Tucum	Rede Cearense de Turismo Comunitário
Rede Turisol	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
RPP	Reservas de Proteção Permanente
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria estadual do Planejamento da Bahia
SIPRA	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária
SNIF	Sistema Nacional de Informações Florestais
SNPDTur	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TBC	Turismo de Base Comunitária
TC	Territórios da Cidadania
TRAF	Turismo Rural da Agricultura Familiar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WTTC	World Travel & Tourism Council

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 POTENCIAIS CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	28
2.1 CONCEITUAÇÕES E BREVE HISTÓRICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	30
2.2 IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO	33
2.3 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	36
2.4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO	41
2.5 A SOCIEDADE MODERNA E O TURISMO DE EXPERIÊNCIA.....	50
2.5.1 Do turismo de massa ao turismo de experiência	52
2.5.2 Turismo pedagógico	60
2.6 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	66
3 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	76
3.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	82
3.2 REDES DE APOIO E CASOS DE SUCESSO DO TBC	85
3.3 TURISMO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA.....	96
3.4 EXPERIÊNCIAS DE TBC EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA BAHIA	102
3.4.1 A Escolha dos Assentamentos	102
3.4.1.1 Atributos considerados na escolha de um assentamento para visitação	104
3.4.2 Os assentamentos e seus atributos	111
3.4.2.1 Assentamento Baixão	111
3.4.2.2 Assentamento Caritá	119
3.4.2.3 Assentamento Pancada Grande	122
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	129
4.1 O ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ELDORADO	131
4.1.1 Localiza�o e contexto regional	131
4.1.2 A Baía de Todos os Santos	135
4.1.3 Caracteriza�o do município de Santo Amaro	137
4.2 AS ORIGENS DO ASSENTAMENTO ELDORADO	143
4.3 CARACTERIZA�O DO ASSENTAMENTO ELDORADO	145
4.4 ATRIBUTOS DO ASSENTAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TBC	168

4.4.1 História do Eldorado	168
4.4.2 Infraestrutura do Eldorado	170
4.4.3 Educação	172
4.4.4 Produção Agrícola	174
4.4.5 Culinária.....	179
4.4.6 Artesanato	181
4.5 GESTÃO E PRÁTICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	182
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	192
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO LÍDER.....	206
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO ASSENTADOS	209

1 INTRODUÇÃO

O turismo ganha força na modernidade com novas opções e oportunidades de roteiros, variedades de hotéis, agências, restaurantes, enfim, de serviços diversos. A importância desta atividade para a economia mundial está associada ao aumento do consumo, da produção de bens e serviços e da geração de postos de trabalhos decorrentes das demandas do fluxo de viajantes.

A relevância em estudar o setor turístico deve-se à dimensão de sua importância econômica e à variedade de setores impactados pelo seu efeito multiplicador de renda e emprego. Em 2019, 1.5 bilhão de pessoas realizaram viagens internacionais ao redor do mundo, representando um incremento de 4% em comparação à 2018. Apesar desse crescimento, a expansão foi comparativamente menor em relação aos anos anteriores, sendo o ano de 2017 com 7% e, 2018 com 6% (ambos em relação ao ano anterior) (OMT, 2020). No que diz respeito ao emprego, em 2019, um em cada quatro novos empregos em todo o mundo era criado na indústria do turismo e das viagens, correspondendo a 10,6% da totalidade dos empregos, ou seja, 334 milhões (WTTC,2020).

Portanto, estão incluídas como geradoras de empregos diretos, as atividades relacionadas à hotelaria, agências de turismo, companhias aéreas e demais tipos de transportes de passageiros e turistas, além de restaurantes e empreendimentos de lazer.

O Brasil recebeu a visita de 6,3 milhões de turistas internacionais em 2019. A informação foi revelada pela 2ª edição do Anuário Estatístico de Turismo 2020, desenvolvido pela Coordenação Geral de Dados e Informações do Ministério do Turismo. Segundo o estudo, mais da metade desses visitantes, ou seja, 3,6 milhões, foram oriundos dos países vizinhos, confirmando a força do turismo regional para o desenvolvimento do setor no Brasil. Os argentinos seguem liderando a lista dos principais viajantes (1,9 milhão), seguido dos americanos (590 mil) e paraguaios (406 mil) (MTur, 2020).

Ainda segundo o documento produzido pelo Ministério do Turismo, os meses mais procurados pelos turistas internacionais foram janeiro e fevereiro, meses de alta temporada. Janeiro recebeu 863.301 mil visitantes, enquanto fevereiro contabilizou 816.032 mil.

Para Artur Cabugueira (2005), as receitas derivadas do turismo são demasiado expressivas, de tal forma que justificam que esta atividade seja incluída nos programas da política econômica de todos os países. De atividade considerada secundária por muitos, passou a receber uma atenção especial, consolidando-se como uma atividade econômica importante. Além das características mencionadas acima, o turismo constitui um fenômeno social que se manifesta claramente no espaço. O seu carácter territorial, segundo Ivars (2003, p. 17).

É revelado pela "deslocação de pessoas desde o seu lugar de residência para espaços que reúnem determinadas condições para satisfazer as diferentes motivações turísticas. Portanto, os fluxos turísticos implicam a existência de uma série de efeitos territoriais de diversa natureza, tanto nas áreas geográficas de passagem com o nas de destino".

Segundo Rebollo e Gomez (1990, p.71), "[...] o turismo é interpretado como uma riqueza regional, segundo o seu contributo mais ou menos decisivo para a economia da própria região, como atividade de futuro ou alavanca para a promoção do desenvolvimento regional."

Para além do desenvolvimento econômico, a atividade do turismo se tornou, quando bem planejada, um instrumento para a conservação dos recursos naturais, culturais, históricos e sociais. Muito embora "o planejamento não seja uma panaceia para todos os males" (HALL, 2001, p. 29), esse processo pode minimizar impactos negativos e maximizar retornos econômicos.

É difícil, portanto, precisar o momento histórico em que se iniciou a atividade turística, visto que o ato de viajar sempre foi comum a diferentes sociedades, desde a pré-histórica até a contemporaneidade, e, ao longo do tempo, as viagens foram assumindo funcionalidades diferentes, como a procura por novos territórios, comercialização de produtos, oferta de trabalhos, exploração de paisagens naturais diversas, recomendações médicas e, ainda, busca por distintas formas de divertimento.

Historicamente, o turismo está associado a transitar, ao fluxo de deslocamento promovido por interesses variados. Inicialmente, as viagens tinham finalidades muito específicas, geralmente comerciais ou imperialistas – no tocante à conquista de novos territórios. Apenas posteriormente, sobretudo com a Revolução Industrial, deu-se início um processo que alinhava as viagens na perspectiva do ócio, ou, mais especificamente, as viagens para saúde ou descanso (REJOWSKI, 2002, p.41).

Esse viés ainda hoje é um dos pilares do turismo de massa, valorizado na sociedade moderna. Rejowski (2002) comenta que, o fato mais marcante foi, sem dúvida, o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor inseridos no processo gerado pela Revolução Industrial. Estas grandes criações, como a locomotiva, o trem e o navio, ajudaram no deslocamento de passageiros, encurtando distâncias e inventando um novo tipo de viajante.

Para Oliveira (2001), as palavras *tourism* e *tourist*, de origem inglesa, já estavam registradas em documentos desde 1760, na Inglaterra. Na própria etimologia da palavra “Turismo” está refletida a evolução da atividade. Seu primeiro registro em português, no século XX, designava bem mais do que “[...] uma viagem de ida e volta.” (CUNHA, 2010, p. 27).

O turismo dentro de uma sociedade exerce um papel socializador, pois ele permite o encontro entre pessoas de diferentes culturas, diminui as distâncias étnicas ao permitir um maior conhecimento dos outros e dos seus costumes, além de contribuir para uma maior compreensão entre as mais distintas populações.

Conforme Pearce (2002), o turismo consiste numa extremidade de um amplo aspecto do lazer e acredita que a pesquisa geográfica pode trazer contribuições significativas para o planejamento, desenvolvimento e gerenciamento do turismo nas localidades, considerando o deslocamento das demandas turísticas um ponto relevante para o estudo do fenômeno.

Segundo Deery et al. (2012) e Farahani e Musa (2012), os impactos sociais do turismo ou a interação entre as comunidades residentes e os visitantes têm sido o centro das atividades acadêmicas, motivado, fundamentalmente, pelo fato da percepção e atitude das comunidades residentes em relação aos impactos do turismo constituir elemento fundamental para geração de políticas de gestão para o correto

planejamento, marketing e operacionalização dos programas e projetos de desenvolvimento do turismo.

Neste estudo, tendo o turismo como um dos eixos prioritários da pesquisa, propôs-se discutir uma via relativamente ainda pouco estudada no Brasil, que diz respeito ao segmento do Turismo de Base Comunitária (TBC). Conforme analisam Beni (2004), Bartholo (2009) e Fabrino (2013), dentre outros pesquisadores, o TBC nasceu como uma derivação do paradigma do Turismo de Experiência, alinhando tanto a particularização da experiência turística, de modo singular, quanto preocupações socioambientais e políticas. Dessa forma, surge uma vertente do TBC com uma demanda pela atividade turística realizada em ambientes mais interioranos, afastados dos grandes centros urbanos, com propostas comunitárias e vivências mais próximas dos ambientes rurais.

Essa oferta de experiência turística de base comunitária tem sido desenvolvida em conformidade com o turismo rural e, sobretudo, idealizada por comunidades relacionadas à agricultura familiar, bem como, com certa frequência aos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Sem Terra (MST). Tais comunidades, ao implantarem a atividade turística relacionada ao TBC, aliam-se também ao princípio de uma economia solidária e de autogestão coletiva, em prol de melhorias e bem-estar para a comunidade como um todo. Esse movimento, direcionado ainda às preocupações ambientais, converge ao desenvolvimento local de cada comunidade.

Tem-se, nesse sentido, delineado, então, o contexto em que se insere esse estudo, isto é, uma pesquisa relacionada ao TBC em assentamentos agrários do MST. Mais especificamente, o tema proposto é o TBC como uma alternativa econômica e sustentável para comunidades rurais do interior do estado da Bahia, no Brasil. Para tanto, elegeu-se como *lócus* de estudo o assentamento de reforma agrária Eldorado, localizado no município de Santo Amaro, na Bahia.

O cerne da problematização está na discussão sobre o TBC como propulsor do desenvolvimento local no assentamento agrário Eldorado, na Bahia, apresentando-se, desse modo, um estudo de caso como forma de responder a questão do problema. Portanto, questiona-se: Como se dá a apropriação do Turismo de Base Comunitária, na

condição de atividade promotora do desenvolvimento local e geradora de renda para as famílias assentadas no Eldorado, na Bahia?

Em termos de hipótese, entende-se que o TBC pode ser uma importante via para o assentamento Eldorado do MST, bem como demais comunidades assentadas e, até mesmo, para a região de Santo Amaro, dada a potencialidade turística desse território. Contudo, destaca-se que o TBC somente se concretiza mediante uma organização coletiva autogestora e fundamentada no bem-estar social em todos os seus aspectos para uma vida coletiva de melhor qualidade. Por esse viés, esse estudo objetiva, de modo geral, discutir a prática do TBC no assentamento Eldorado, localizado na região de Santo Amaro, na Bahia, considerando a via do desenvolvimento local, em respeito também ao meio ambiente.

No que concerne aos objetivos específicos, tem-se: contextualizar o TBC no âmbito das novas tendências do turismo; discutir as inter-relações entre TBC e desenvolvimento local; apresentar experiências de TBC no estado da Bahia que possam trazer subsídios para o caso analisado; caracterizar a comunidade do assentamento de Eldorado e sua relação com o TBC; e, por fim, identificar as iniciativas locais relacionadas à prática da atividade do turismo de base comunitária no assentamento Eldorado.

Cumprido esclarecer, ainda, que este estudo está inserido na linha de Pesquisa sobre Processos Regionais do Desenvolvimento, vertente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador. Desse modo, apresenta como foco de estudo o desenvolvimento local por meio do TBC para a região do assentamento de reforma agrária Eldorado, pertencente ao município de Santo Amaro da Purificação, localizado ao Sul do Recôncavo Baiano, a 72 km de distância de Salvador.

O Eldorado, assim nomeado em sensibilização ao massacre ocorrido no Eldorado dos Carajás, foi ocupado no dia 18 de maio de 1997, recebendo a imissão de posse no dia 30 de dezembro de 1997. Hoje, aproximadamente 50 famílias estão assentadas na localidade. Abrangendo uma área de 634,400 hectares, visando o plantio de culturas de subsistência, denominado também como agricultura familiar,

houve supressão de vegetação em área correspondente a aproximadamente 15% da área total do Projeto de Assentamento (PA).

A prática do TBC é uma atividade presente no assentamento com a visita de turistas nacionais e internacionais, curiosos para conhecer, dentre outras coisas, as plantações de cacau e demais elementos da agricultura familiar da comunidade, bem como, o *modus vivendi* dos assentados. De forma geral, há ainda o interesse pela organização social do MST e, conseqüentemente, em muitos casos, a formação política. Conforme relatado pelos assentados, geralmente os turistas chegam à localidade acompanhados de guias oficiais de Salvador. Entretanto, no Eldorado, são guiados pelos assentados.

A escolha desse assentamento, como objeto desta dissertação, não foi aleatória. O motivo que levou a estudar essa comunidade foi o fato desse assentamento receber grupos de turistas, incluindo estudantes estrangeiros, em busca da forma simples de viver, através da ligação com a terra, do contato com a natureza, do convívio social, da contemplação e das atividades rurais, como a horta comunitária, a culinária típica, o artesanato e muitos outros saberes de um povo que viveu pela terra e vive nela, bem como dela. Ademais, há o componente histórico, visto que a ocupação e o documento de posse são frutos de um momento histórico na Bahia, o qual permitiu que a luta pela terra se convertesse em benefícios ao povo marginalizado e excluído da sociedade. Conjuntamente, destaca-se a importância do viés político e da resistência que o assentamento protagoniza, bem como pelo ensino à agricultura familiar e de subsistência.

Além disso, no Eldorado, existe a prática de um turismo bem particular, o pedagógico, que se apresenta com maior destaque dentre outras modalidades praticadas no assentamento. Grupos de estudantes nacionais e estrangeiros visitam o assentamento para viver a experiência do meio rural e estudar a forma do Movimento Social na Conquista pela terra. Para Andriolo e Faustino (2000, p. 165), “[...] o turismo pedagógico seria o que serve às escolas em suas atividades educativas que envolvem viagens”. Os autores destacam a importância das escolas conhecerem e utilizarem este tipo de turismo como elemento complementar fundamental da formação educacional de crianças e adolescentes. Compartilha-se ainda, segundo Avena (2006), que a educação

pela viagem ao assentamento propicia, longe de uma educação formal, a formação política, que se apresenta como um componente importante em relação ao Eldorado.

De modo complementar, sem hierarquizar motivos, entende-se que o estudo se justifica também pela contribuição ao campo do TBC relacionado aos assentamentos agrários do MST. Além disso, é também uma forma de atender a uma demanda contemporânea de discussões sobre o Turismo e de se incursionar por um assentamento baiano, conhecendo a comunidade local do Eldorado. Esse conhecimento possibilita traçar um perfil sobre essa coletividade e, ao mesmo tempo, conhecer suas demandas, a partir da aplicação de questionários e da realização de entrevistas semiestruturadas junto aos assentados. Assim, entende-se ser possível identificar a potencialidade do local quanto ao TBC e apresentar uma devolutiva para a comunidade pesquisada.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de metodologia qualitativa, baseada na revisão bibliográfica de diversos teóricos, e na visita de campo para conhecer o local objeto de estudo. Desse modo, esse estudo transitou entre dois tipos de método: o de abordagem e o de procedimento. O primeiro possui um caráter mais geral. É responsável pelo raciocínio utilizado no desenvolvimento da pesquisa, ou seja, “[...] procedimentos gerais que norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de uma pesquisa científica” (ANDRADE, 2001, p.130 – 131). Já o segundo, método de procedimento, envolve etapas mais concretas da pesquisa, explicando objetos menos abstratos. Relaciona-se, portanto, especificamente às fases da pesquisa e não com o plano geral dela.

O método de abordagem adotado para este estudo foi o indutivo, que parte das observações particulares para chegar a conclusões gerais. Ou seja, induzir é chegar a uma conclusão a partir de dados particulares. Seu objetivo é “[...] chegar a conclusões mais amplas do que o conteúdo estabelecido pelas premissas nas quais está fundamentado”. (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2003, p. 63). Quanto ao método de procedimento, existem inúmeras formas de se classificá-lo, mas no que concerne a esta pesquisa, optou-se pelo estudo de caso e descritivo.

O estudo de caso “[...] é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade” (YIN, 1981 apud GIL, 2017, p. 73). Por sua vez,

Yin (2005) afirma que este tipo de metodologia representa a estratégia ideal quando se colocam questões do tipo 'como' e 'por que', ou seja, quando o foco da pesquisa se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Compreende-se, portanto, que o estudo de caso é um olhar completo sobre o objeto, que é visto em sua totalidade e de forma contextualizada.

No turismo, o estudo de caso “[...] é uma estratégia legítima e útil para compreender situações complexas, tais como aquelas onde o enfoque do estudo não pode ser facilmente separado do contexto alargado do fenômeno ou do problema a ser estudado.” (SMITH, 2010, p. 198). Em relação ao estudo descritivo, este permitiu maior familiarização com o ambiente estudado – o assentamento Eldorado. Através dessa metodologia foi possível observar “[...] os fatos e os fenômenos tal como ocorrem espontaneamente.” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 188).

Do ponto de vista de procedimentos técnicos, recorreu-se ainda à pesquisa bibliográfica e documental. No tocante à pesquisa bibliográfica, Sá-Silva et al. (2009, p. 6) relatam que ela “[...] remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias.”. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Quanto à análise dos documentos ou pesquisa documental, foram analisados documentos oficiais, políticas públicas e legislação concernente à temática, a partir da tríade TBC, Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

De acordo com Gil (2017, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “[...] fonte rica e estável de dados: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.”. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado, de acordo com os objetivos estipulados para a pesquisa.

Além do campo bibliográfico e documental, a realização desta pesquisa envolveu também visitação de campo e aplicação de questionários, bem como a realização de entrevistas semiestructuras. Quanto aos questionários que foram aplicados com os assentados, seu principal objetivo foi averiguar qual o olhar desses sujeitos sobre o turismo de base comunitária no assentamento, e se esta atividade está ou não

integrada às demais atividades econômicas das famílias assentadas. Além disso, buscou-se também traçar um perfil sobre os assentados do Eldorado.

As bases teóricas deste trabalho estão apontadas para as seguintes temáticas: O Turismo de Base Comunitária, Turismo de Experiência, Turismo Pedagógico e Desenvolvimento Local, além de uma abordagem acerca do movimento político de luta pela terra e constituição das comunidades de assentados. Nesse sentido, esta dissertação se alicerçou na realização de uma análise crítica em busca de fatos e princípios científicos, a fim de conhecer tal realidade e evidenciar o TBC como um possível propulsor para o desenvolvimento local e bem-estar da comunidade do assentamento Eldorado.

A fim de se alcançar os objetivos propostos da presente pesquisa, esta dissertação, além da introdução e das considerações finais, está estruturada em quatro capítulos. O primeiro, denominado “O turismo como possibilidade de desenvolvimento”, busca realizar uma revisão de literatura relacionada ao Turismo, Turismo de Experiência, Turismo Pedagógico e Turismo de Base Comunitária. Tal abordagem é feita considerando-se os impactos sociais e econômicos do turismo, bem como a contraposição do Turismo de Experiência ao Turismo de Massa e, ainda, às demandas da contemporaneidade quanto à atividade turística, tanto para os que usufruem do turismo quanto para os que o agenciam.

O segundo capítulo, intitulado “Turismo de Base Comunitária em assentamento de reforma agrária”, como o nome indica, centra-se em experiências turísticas do TBC relacionadas a assentamentos agrários. Inicialmente, de forma sucinta, discutiu-se a luta pela terra no Brasil e o surgimento dos assentamentos rurais, bem como o direito à terra, a luta pela terra e a sua conquista no Brasil. Destacou-se nesse capítulo a ocupação de terra como a principal forma de luta dos camponeses organizados em movimentos sócio territoriais no Brasil, dado o histórico problema da questão agrária no país, onde muitas terras se concentram nas mãos de poucos, incluindo terras improdutivas que, deveriam ser destinadas à prática da agricultura de subsistência. A par desse breve histórico, buscou-se trazer reflexões sobre o turismo pensado nos espaços da reforma agrária.

Ainda no segundo capítulo, são identificados e evidenciados alguns empreendimentos ligados a movimentos sociais que fortalecem a rede de apoio e articulação ao TBC, trazendo as experiências ali inseridas. Há de se reconhecer também que, no TBC, assim como em qualquer outra atividade, seja ela de cunho turístico ou não, existem dificuldades e melhorias a serem realizadas. Diante desse cenário, vale ressaltar a importância de se discutir experiências que contribuem para a identificação de condições e situações que se repetem e podem ser vistas como uma oportunidade de troca e crescimento para outros casos. Dessa forma, foram apresentados alguns exemplos da prática do TBC em assentamentos de reforma agrária na Bahia, como os assentamentos de Baixão, em Itaetê; Caritá, em Jeremoabo e Pancada Grande, em Itacaré, abordando como acontece a participação das comunidades nos processos decisórios em uma perspectiva gerencial coletiva.

Em se tratando do terceiro capítulo, denominado “O caso do assentamento Eldorado”, discorreu-se sobre o histórico da formação dessa comunidade, bem como discutiu-se o Movimento Social na Conquista pela Terra. Realizou-se assim, a caracterização desse território, localizado na região de Santo Amaro, na Bahia, apresentando tópicos como infraestrutura do assentamento, caracterização ambiental, produção associada ao turismo, educação, produção agrícola, culinária local, artesanato, características sócio culturais e o TBC praticado no assentamento.

No capítulo da metodologia, a mesma foi apresentada mais detalhadamente, seguindo-se dos resultados da pesquisa de campo. Discutiu-se ainda a análise dos dados obtidos durante a investigação no decorrer do processo e como estava o Eldorado em relação às categorias variáveis de “sucesso” elencadas no segundo capítulo. A partir dos dados colhidos, traçou-se um perfil coletivo sobre os sujeitos assentados, sua postura em relação ao TBC e as demandas e potencialidades que se evidenciam na comunidade do Eldorado.

Por fim, nas considerações finais, sintetizou-se os principais resultados, respondendo o problema de pesquisa, hipóteses e objetivos propostos, levando conhecimento aos sujeitos do assentamento, bem como, demonstrando a importância do TBC no desenvolvimento local e estimulando, no mínimo uma reflexão, a fim de que mudanças possam ocorrer para melhoria da comunidade.

2 POTENCIAIS CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O turismo constitui uma fonte de riqueza de extrema relevância e um dos setores de rápido crescimento na economia mundial. A Organização Mundial do Turismo (OMT) considera atualmente o nome turismo como “o conjunto de atividades realizadas pelos indivíduos durante as suas viagens e estadias em lugares diferentes da sua habitual residência por um período de tempo consecutivo não superior ou igual a um ano”. Quando se fala de turismo existe a perspectiva que “Com a evolução do seu âmbito, ocorrida nos últimos anos, e com as diferentes visões envolvidas (sociológicas, culturais, geográficas, económicas, ocidentais, orientais), não é fácil encontrar um consenso quanto a um conceito de turismo aceite universalmente” (Cunha & Abrantes, 2013, p.17). Segundo Oliveira (2019), a atividade turística é uma das mais importantes do setor econômico e da geração de emprego e renda, O setor representa 7,9% do PIB nacional e é responsável por 6,59 milhões de empregos. O turismo gera desenvolvimento para os locais e melhorias na infraestrutura, trazendo benefícios aos turistas.

Esta atividade envolve o investimento em infraestrutura e equipamentos sociais que servem as populações locais, como a construção de vias de comunicação, redes de saneamento básico, abastecimento de água e eletricidade, instalação de estabelecimentos bancários e serviços públicos.

Cunha (2010) enumera três modalidades de contribuição do turismo para o desenvolvimento local: a) através dos efeitos diretos do fluxo turístico atraído pelos atrativos do local; b) pelo consumo derivado desses visitantes de produtos e serviços produzidos localmente, o que gera uma transferência de rendimentos que poderia não existir caso não houvesse a atividade e c), como consequência, um estímulo à atividade empresarial possibilitando o equilíbrio das desigualdades de uma região.

Mas, para que o turismo promova o desenvolvimento de maneira mais significativa e com o menor número de impactos negativos, deve contemplar as relações entre os atores privados, públicos e a população. Essa pluralidade é destacada por Oliveira (2001, p. 168):

O planejamento e a operação do turismo devem ser intersetoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo deste modo obter o maior número possível de benefícios.

Então, pode-se afirmar que os autores Oliveira (2001) e Cunha (2010) ressaltam a importância da pluralidade de atores envolvidos nas atividades turísticas, inclusive da participação da comunidade local, para que essa relação entre turismo e desenvolvimento local efetivamente aconteça.

Pensar em desenvolvimento local é pensar em modificar a situação atual de uma localidade melhorando e aprimorando-a. Para tanto, é preciso compreender o ponto de partida, ou seja, a situação atual do local e traçar os objetivos de desenvolvimento, determinando quais melhorias devem ser feitas, o que deve ser aprimorado e que estado de desenvolvimento se pretende alcançar.

O desenvolvimento local, segundo Coriolano (2012), é aquele realizado de forma participativa, que atende às necessidades de trabalhadores de um lugar, com valorização de pequenas empresas locais e das características históricas, culturais e ambientais dos lugares. A participação social no processo de planejamento é de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo no território. Para Hall (2001, p. 55), “um planejamento que possua essa participação pode assegurar um “desenvolvimento na comunidade e não da comunidade”.

Existe uma necessidade de um planejamento combinado com uma educação turística da comunidade local para que ela assimile a importância da atividade turística. Além disso, a educação dos órgãos municipais de turismo é fundamental:

A aspiração turística de muitos lugares vem se avolumando, numa aberta tentativa de aumentar os rendimentos econômicos [...]. Prefeituras têm que ser educadas para o turismo, especialmente onde ele se contenta com pedalinhas e outras fragilidades (YÁZIGI, 2009, p. 493).

Dessa maneira, para que esse processo de desenvolvimento local a partir do turismo siga um percurso de respeito ao ambiente natural, aos aspectos culturais e sociais e não apenas vislumbrando os lucros que o turismo possa gerar, as ações de planejamento devem possuir estratégias para promover retorno para a comunidade.

2.1 CONCEITUAÇÕES E BREVE HISTÓRICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

O turismo é um fenômeno que, para ser devidamente interpretado, demanda um diálogo com conteúdos e disciplinas de diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Economia, Sociologia, Administração etc. Isso contribuiu para que a literatura sobre essa atividade tenha aumentado consideravelmente nos últimos anos, mas também, tenha se tornado altamente fragmentada (MATHIESON; WALL, 1982).

A área do turismo deve ser estudada sob uma perspectiva global e sistêmica, sendo a transdisciplinaridade apontada como uma excelente forma para possibilitar a unificação, sem sobreposição de disciplinas para a transmissão e compartilhamento do conhecimento turístico. Desse modo, é possível aprofundar os estudos turísticos atuais e melhorar a qualidade das pesquisas futuras realizadas nessa área de conhecimento, conforme pontuam diversos autores como, Tribe (1997), Beni (2001), Rejowski (2010), Panosso Netto (2011), Tribe (2008) e Dencker (2007).

Netto (2013) tem, no entanto, uma explicação holística de turismo, referindo que é um todo e exige uma visão onde tudo é importante, regiões, produtos, ofertas, setores, empresas, profissões e, principalmente, seres humanos em todas as expressões e dimensões. Esta visão não é apenas justa, como é vital para o próprio turismo. No entanto, muda na percepção da abordagem do que o rodeia, ou seja, nas atitudes, comportamentos e reações, porque os turistas são todos diferentes uns dos outros.

Assim, afirma Silva (2018) que, a prática do turismo é justamente o agrupamento de pessoas para aproveitar o ambiente visitado e o que está disponível. Essas modificações acontecem para deixar o ambiente mais acolhedor e satisfazer as necessidades dos turistas.

Pode-se afirmar também que, o turismo só ocorre quando pessoas de outras localidades consomem bens e serviços fora do seu local de residência, por meio de um deslocamento temporário, o que diferencia o turista (quando há pernoite), de excursionistas (quando não há pernoite), e daqueles que viajam por uma motivação econômica. Este último aspecto ainda é questionado em função do surgimento do turismo de negócios.

A partir desse posicionamento da OMT, as diversas definições acerca do turismo gravitam sobre um eixo comum do deslocamento de pessoas para países ou lugares diferentes daqueles habitualmente vividos, possibilitando que os pesquisadores possam convergir e articular os resultados das pesquisas nesse campo. Dentre as definições existentes, destaca-se, neste trabalho, a apresentada por Andrade (1998), que defende ser o turismo como “um complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento.” (ANDRADE, 2000, p. 38).

O fato é que este movimento migratório temporário, motivado por razões não econômicas, pode ser considerado ontológico ao ser humano. Alguns autores associam o turismo à característica nômade de nossos antepassados, que, em seus primórdios, adotavam o nomadismo como estilo. Outros autores remontam esse fenômeno aos deslocamentos gerados pelos Jogos Olímpicos da Grécia (OLIVEIRA, 2001).

Para Santos (1994), as primeiras civilizações surgiram em uma região pertencente ao Crescente Fértil, considerada como o “berço da civilização”, mais conhecida como Mesopotâmia, palavra que significa terra entre rios, hoje Iraque. Era localizada entre os rios Tigre e Eufrates e nesse cenário surge a cidade-estado da Babilônia, que cresceu ao redor do rio Eufrates. Por sua localização na passagem do Mediterrâneo para o Golfo Pérsico, essa região era muito disputada e atraía diferentes povos, a exemplo dos sumérios, acádios, amoritas, assírios e caldeus.

Contudo, o marco efetivo do turismo moderno, como se evidencia hoje, é atribuído à atuação do inglês Thomas Cook, que em 1841 iniciou as atividades de organização de *tours* de trens pela Inglaterra e, posteriormente, pelo continente Europeu, empreendendo o agenciamento de viagens (IGNARRA, 2001). Entretanto, a evolução da atividade turística sempre esteve diretamente relacionada às transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas verificadas na história (RABAHY, 1990).

No âmbito social, por exemplo, a modernização das leis trabalhistas, que concederam o direito a férias remuneradas, passou a ser uma realidade para grande parte dos trabalhadores europeus, permitindo que outras classes sociais

economicamente menos favorecidas também começassem a viajar (BARRETTO, 1998). Já na área econômica, ganhos de produtividade com aumento e melhor distribuição de renda às amplas camadas da população contribuíram para que uma parte dos seus rendimentos fosse destinada às viagens de lazer (RUSCHMANN, 2003).

Por sua vez, no âmbito político, a internacionalização da economia e a interdependência no comércio internacional auxiliaram no processo de formação de mercados globais de consumo de massa. Isso incrementou diversas atividades internacionais, dentre as quais estava a atividade turística (BARRETTO, 2000). Quanto ao nível tecnológico, os avanços dos sistemas de comunicação e a modernização dos meios de transportes permitiram viagens mais rápidas e confortáveis para lugares mais distantes do mundo (REJOWSKI; SOLHA, 2002). O desenvolvimento do transporte ferroviário, inicialmente, e do rodoviário, com a expansão da produção automobilística e, posteriormente, com o transporte aéreo, que encurtou distâncias e tempo de deslocamentos, facilitaram o acesso de um maior número de pessoas à atividade turística (RABAHY, 1990).

Com o desenvolvimento e a consolidação dessas transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas, na segunda metade do século XX, a atividade turística se expandiu pelo mundo todo. Isso ocorreu, principalmente, devido a dois fatores fundamentais: a maior disponibilidade do tempo livre para o lazer e o aumento e melhor distribuição de renda da população (RABAHY, 1990).

Em paralelo a essa expansão, também começaram a ser notados os impactos da atividade, principalmente nas áreas mais frágeis do ponto de vista socioambiental e institucional. O surgimento dessa percepção serviu como um alerta para a necessidade de planejamento da atividade e para o entendimento de que o turismo não pode ser tratado como uma panacéia para todos os males, principalmente quando se fala de modalidades que buscam um grande envolvimento com pequenas comunidades, como é o caso do TBC. Essa discussão será melhor abordada na seção seguinte.

2.2 IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO

As investigações quanto aos impactos do turismo entram em vigor na pauta de acadêmicos a partir da década de 1960, inicialmente investigando o movimento do ponto de vista sociológico. Segundo Dias (2008, p. 11):

Do ponto de vista sociológico, o fenômeno turístico desperta interesse por vários motivos: causa forte impacto nos indivíduos e grupos familiares que se deslocam, provoca mudanças no comportamento das pessoas e agrega conhecimentos àqueles que o praticam, permite comparação entre diversas culturas, contribui para o fortalecimento da identidade grupal, é um meio de difusão de novas práticas sociais e aumenta as perspectivas de obtenção da paz pela compreensão e aceitação das diferenças culturais. Contribui, ainda, para a formação e a educação daqueles que o praticam.

Por essa perspectiva, para Dias (2008, p. 14), a interação turista-comunidade “[...] constitui-se num fenômeno social, pois seus agentes têm um ao outro como referência para seus atos”. Da mesma forma, podem ser tratadas todas as interações existentes no âmbito do turismo, que, de uma forma geral, tomam o comportamento do turista como referência, orientando seus atos a partir desse parâmetro.

Segundo Cohen (2004 apud DIAS, 2008), a Sociologia do Turismo é uma especialidade interessada no estudo das motivações turísticas, papéis, relacionamentos e instituições e de seus impactos nos turistas e nas sociedades que os recebem. Dentre os impactos gerados por tal atividade, insere-se também a economia, que, assim como a sociologia, possibilita a realização de estudos nesse escopo. Esses estudos começaram a ganhar destaque nas três últimas décadas, ao reconhecer que esta atividade pode gerar um impacto positivo nas áreas receptoras, possibilitando um equilíbrio econômico e social entre os países.

Para Barretto (2004), as ciências econômicas estudaram os impactos positivos referentes aos recursos financeiros provenientes dos gastos de turistas em outras localidades. Essa visão é importante, entretanto, tende a desconsiderar determinadas problematizações socioeconômicas, centralizando-se apenas no viés positivo da atividade. Um contraponto a esse aspecto adveio da Geografia, que se deteve em discutir os problemas gerados ao meio ambiente natural e humano pelo excesso de habitantes temporários. Aliado a esse aspecto geográfico, social e humano, a

Antropologia tem buscado analisar os impactos na cultura local, mediante o contato com padrões culturais diferentes, influenciando mudanças nos hábitos locais por aculturação.

No turismo, os impactos referem-se “à gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras.” (RUSCHMANN, 2000, p. 34). Em continuidade, Ruschmann (2000, p. 34) esclarece que tais eventos são provocados por variáveis que possuem “[...] natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural”. Assim, pode-se dizer que, juntamente com o crescimento do Turismo, vem o aumento dos impactos gerados por essa atividade. Eles podem ser reversíveis, quando detectados no seu início ou irreversíveis, quando não lhes é dada a devida atenção e, no momento que se percebe, já é tarde demais para a sua reversão.

No Brasil e em diversos outros países, o turismo é um dos mais relevantes setores da atividade econômica. Sua contribuição para a criação de riquezas e melhoria do bem-estar dos cidadãos pode ser sentida de múltiplas maneiras: pela geração de emprego; pela distribuição e circulação de renda; pela transferência de recursos de regiões mais ricas para regiões menos favorecidas economicamente; pelos investimentos e inovações que promove; pelo desenvolvimento de infraestruturas coletivas que essa atividade estimula; pela preservação do ambiente e recuperação do patrimônio histórico e cultural; pelas oportunidades de desenvolvimento regional que representa; e, igualmente, pelas necessidades dos indivíduos viajantes que satisfaz (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido, é possível afirmar que “[...] o sistema econômico do turismo é a forma de organização da estrutura turística, composta por seus agentes econômicos.” (LEMOS, 2000, p. 35). Dentre esses agentes, os principais são os turistas e as empresas do setor. De acordo com Lemos (2000, p. 24):

O setor turístico possui uma cadeia de atividades econômicas - que podemos definir como um conjunto de fornecedores e produtores finais - que arrecadam com os gastos dos turistas. Algumas atividades são tipicamente lotadas para turistas, como a venda de passagens aéreas e de estada em hotéis, mas outras são voltadas para os habitantes e também são desfrutadas pelos turistas.

Conforme explicita Lemos (2000), a atividade turística é compreendida também pelo setor financeiro que agencia a partir de uma cadeia de atividades econômicas. De modo consonante, Souza (2003 apud ZAGHENI, 2004, p. 67) elucida que a cadeia produtiva do turismo é “o conjunto de empresas e de elementos materiais e imateriais que desenvolvem ocupações relacionadas ao turismo, em busca de mercados estratégicos, utilizando-se de produtos competitivos.”

Os aspectos econômicos do turismo relacionam-se, portanto, ao processo produtivo, resultado do deslocamento que, requer necessariamente a prestação e o consumo de serviços turísticos fornecidos por empresas de transportes, hospedagem, agenciamento e entretenimento. Conjuntamente, somam-se uma gama de outros bens e serviços que contribuem para que as atividades turísticas possam acontecer, a fim de promover o crescimento econômico das localidades que a desenvolvem.

Uma temática relevante é a que versa sobre a cadeia produtiva, entendida como o conjunto de etapas pelas quais passam e são transformados e transferidos os diversos insumos em ciclos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços (ROQUE, 2013). No turismo, esses ciclos devem ser considerados como o conjunto das empresas e dos elementos materiais e imateriais que realizam atividades ligadas ao turismo com procedimentos, ideias, doutrinas e princípios ordenados, coesos e afins. Deve-se afirmar, portanto, que se tenha como objetivo final das atividades o aumento do fluxo de pessoas.

O que se destaca é que, na cadeia produtiva do turismo, o momento da produção coincide com o da distribuição e, por vezes, com o do consumo propriamente dito. Essa característica dificulta a atuação isolada das partes (SOUZA, 2014), o que é conhecido também como indissociabilidade dos bens e serviços turísticos, evidenciando a visão sistêmica da atividade e articulação entre os agentes produtores de turismo.

Considerado como um dos setores mais promissores, o turismo gera benefícios expressivos à sociedade em geral, pois, promove crescimento e desenvolvimento dos setores econômico, social, ambiental, cultural e também político. Tais vantagens ocorrem, sobretudo, quando a perspectiva de crescimento e desenvolvimento é consolidada de maneira planejada, sob o princípio da sustentabilidade, por sua vez

respaldada por uma das vertentes mais importantes da sociedade e, mais especificamente, da atividade, as políticas públicas.

2.3 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Uma política pública de turismo pode ser definida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas, bem como ações deliberadas no âmbito do poder público, a fim de alcançar o desenvolvimento da atividade turística em um determinado território (CRUZ, 2000).

No Brasil, o setor público buscou desenvolver a atividade turística implantando uma sequência de políticas públicas, as quais adotassem um processo metodológico de fortalecimento do setor. Inicialmente, no final da década de 1960, foi criada a Confederação Nacional do Turismo (CNTur), a qual estabeleceu o Plano de Prioridade para a localização de hotéis e o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR). Em 1966, foi promulgado o Decreto-Lei nº 55, que definiu o Plano Nacional de Turismo, e criou a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Com isso, Bolson e Pires (2004) indicam que o Decreto-Lei nº 55/66 alavancou o turismo no país, ao fornecer instrumentos específicos ao setor.

Por sua vez, em meados da década de 1970, a concepção reformista do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) refletiu “novos interesses econômicos e funcionais ao processo de acumulação, favorecendo a concentração de atividades e serviços turísticos nos grandes centros urbanos hegemônicos, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo.”. (CAVALCANTI; HORA, 2002, p. 61).

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil, o turismo brasileiro sofreu uma mudança radical em sua estrutura, no sentido de redução da centralização por parte da EMBRATUR (e do Estado) e da maior liberalização do setor. No Decreto-Lei nº 2.294 de novembro de 1986, que dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, o artigo primeiro determina que “são livres, no país, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis.” (BRASIL, 1986). Era o fim da obrigatoriedade do registro e da classificação das empresas turísticas junto à EMBRATUR.

A partir da década de 1990, o governo federal voltou a olhar o turismo como um importante setor da economia, de modo que surgiram novas normas e programas com o objetivo de expandir a oferta turística no Brasil. Assim, o turismo no país passou a ter uma notável importância com relação às políticas públicas setoriais. Ainda em 1991, surgiu o primeiro grande programa de apoio ao desenvolvimento do turismo, denominado Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o PRODETUR foi responsável por investimentos em infraestrutura (aeroportos, rodovias, etc.) em várias capitais da região Nordeste.

A concentração dos investimentos na região Nordeste justificava-se pelo seu potencial turístico, especialmente por suas praias e pelo seu vasto litoral, o que fomentava o turismo de sol e praia, bem como pelas dificuldades econômicas e sociais históricas do Nordeste brasileiro. Frente a esse cenário, o objetivo do PRODETUR consistia no desenvolvimento do turismo regional, estruturado pelo Governo Federal e pelos estados, para financiar a infraestrutura de suporte do turismo, incentivando investimentos da iniciativa privada para a implantação de equipamentos turísticos ao longo do litoral nordestino (CRUZ, 2000).

Outra importante política pública de turismo da década de 1990 foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1992 pelo governo federal, a fim de estimular o desenvolvimento turístico nacional, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios.

Apesar de ter sido criado em 1992, o PNMT só foi instituído oficialmente em 1994, iniciando suas atividades efetivas nos municípios a partir do ano de 1995 e persistindo em âmbito federal até o final da gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no final de 2001. De acordo com o documento oficial da EMBRATUR (1999, p. 11), o objetivo geral do PNMT era “fomentar o desenvolvimento turístico nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política”.

Para se ter a compreensão acerca do PNMT, é necessário entender os conceitos de Programa e de Municipalização. Programas são conjuntos de projetos homogêneos quanto ao seu objetivo maior (OLIVEIRA, 2002) e Municipalização é toda a atividade levada para a comunidade de interesse, baseada na participação e interação do cidadão, que passa a ser responsável pelas medidas tomadas. No desenvolvimento turístico é o processo que desperta a sensibilidade da população do município (VITALINO, 2000).

O PNMT foi programa desenvolvido pela EMBRATUR, visava implementar um modelo descentralizado e participativo na gestão da atividade turística, contando com apoio técnico e consultoria da Organização Mundial do Turismo. Esse programa leva ao município profissionais que trabalham na conscientização e capacitação da comunidade, com intenção de fazê-la reconhecer a importância e a dimensão do Turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação.

Segundo a gerente nacional do programa, Anna Maria Marcondes Machado, que atuou no período de vigência, o PNMT propunha um entendimento social do turismo e não meramente sua importância econômica para os municípios. Ressalta, também, a importância do envolvimento dos líderes locais nas etapas do planejamento e analisa que, antes da implementação do PNMT, poucas pessoas discutiam o turismo no Brasil. Assim, esse programa criou um novo contexto para o turismo, tendo seus benefícios e impactos, no centro de discussões. E quanto à avaliação dos resultados do PNMT, Sanssolo (2004) afirma que o programa é frágil, na medida em que não estabelece uma cultura de rede e que, igualmente, os níveis de participação das comunidades são questionados.

Durante a primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007), foi criado o primeiro ministério exclusivo para as questões do turismo, isto é, o Ministério do Turismo (MTur). Esse ministério é composto por órgãos de assistência direta ao ministro e também por outros órgãos, como a Secretaria de Políticas de Turismo; Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo e Conselho Nacional do Turismo. Esses órgãos têm por finalidade orientar as

ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor turístico (BRASIL, 2001).

Além das alterações na estrutura institucional do turismo brasileiro, o governo Lula substituiu o PNMT, fundamentado na escala municipal, para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Esse programa, como o próprio nome indica, passou a priorizar o desenvolvimento do turismo em escala regional, procurando agregar municípios com pequena capacidade de atração de visitantes.

O Plano Nacional do Turismo (PNT), criado em 2004, estabeleceu como principais objetivos para o desenvolvimento do turismo a criação do produto turístico brasileiro de qualidade, que valorizasse as diversidades regionais, culturais e naturais e, estimulasse o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional (BAHIA et al, 2004). De acordo com o PNT, a importância do turismo no processo de desenvolvimento de um país não depende apenas da existência dos recursos naturais e culturais. Os impactos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais gerados pelo turismo exigem um processo de planejamento e gestão que oriente, discipline e o transforme em um instrumento de aceleração do desenvolvimento social (BRASIL, 2003).

Com o segundo mandato do governo Lula (2007 a 2010), o Plano Nacional de Turismo instituiu a regionalização como um macroprograma do Ministério do Turismo, com o objetivo de continuidade e aprofundamento do plano.

Nos dois primeiros anos do Governo de Dilma Rousseff (2011-2012), não foi apresentado o Plano Nacional de Turismo, evento que só aconteceu no terceiro ano de mandato com a apresentação do PNT 2013 a 2016 - o turismo fazendo muito pelo Brasil. O plano foi construído de acordo com as orientações do Governo Federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015. Esse PNT tinha como objetivos incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos (BRASIL, 2013).

Dilma Rousseff foi deposta em 2016 e, Michel Temer assumiu a Presidência da República em 31 de agosto de 2016. No ano de 2017 novamente o Brasil ficou sem Plano Nacional de Turismo. O governo Temer apresentou seu plano para o turismo só

em 2018, com o lançamento do PNT 2018/2022 – Mais emprego e renda para o Brasil (BRASIL, 2018).

Michel Temer deixou a Presidência da República em 01 de janeiro de 2019, ficando a cargo da gestão do então presidente Jair Bolsonaro, onde a execução das metas e programas do plano Nacional de Turismo ficou prevista até 2022. O governo de Jair Bolsonaro aprovou o PNT 2018/2022 através do Decreto nº 9.791, em 14 de maio de 2019.

Bem menos otimista do que a versão anterior, o PNT 2018/2022: Mais emprego e renda para o Brasil, inicia-se observando os avanços que o setor fez desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, porém, com ressalvas quanto aos contratemplos sofridos pela atividade em virtude da conjuntura econômica e dos impactos da crise na segurança pública. Com propostas para modernizar e desburocratizar o setor e ampliar investimentos e acesso ao crédito, o plano afirmou-se em consonância com os indicadores que apontam para a recuperação gradual da economia brasileira (BRASIL, 2018).

Observou-se também que, ao olhar especificamente para os quatro Planos Nacionais de Turismo publicados até então, a atividade turística é notadamente vista pelos atores políticos de maneira positiva, como geradora de empregos, renda, bem-estar social e incremento da economia, porém, apesar do avanço das políticas públicas de turismo no Brasil, muitos desafios e problemas ainda permanecem. É preciso refletir sobre os impactos positivos e negativos do turismo e, por meio das políticas públicas, procurar estruturar, promover e, sobretudo, regular o setor turístico.

No que se refere ao Turismo de Base Comunitária, essa modalidade tem sido mencionada, a partir de 2008 quando o MTur lançou o Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária, primeiro edital com a finalidade de dar apoio às iniciativas desta natureza. Os projetos deveriam se adequar a qualquer uma das linhas de ação prevista no edital, sendo elas: produção associada ao turismo; qualificação profissional; planejamento estratégico e organização comunitária; promoção e comercialização e ações de fomento às práticas de economia solidária.

Além do edital ora citado, os livros “Desafios do Turismo Sustentável” e “Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras”, lançados pelo

MTur, também representam a percepção do poder público para o crescimento do TBC e o reconhecimento da importância deste “fazer turístico”. Por fim, no Documento Referencial “Turismo no Brasil 2011 – 2014” é recomendado que o Turismo de Base Comunitária seja compreendido como uma alternativa de valorização e qualificação dos destinos, tendo em vista os impactos para o desenvolvimento local e potencial de servir como estratégia para diversificar a oferta turística.

2.4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento de um determinado local de interesse turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às suas características específicas. É preciso, nesse sentido, observar que cada país, região (em esfera macro ou micro), cidade, vilarejo ou comunidade possui uma realidade própria, que deve ser considerada no âmbito do planejamento turístico.

Para avançar, além de quaisquer interpretações superficiais sobre desenvolvimento local, é necessário, primeiramente, entender o significado do termo desenvolvimento. Uma rápida busca em dicionários e fontes não oficiais trouxe o conceito desse vocábulo como ação ou efeito de desenvolver, de crescer, progredir se tornar maior (DESENVOLVIMENTO, 2021). Já para o Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa online (2021), desenvolvimento é o crescimento que, sendo social, político e econômico, pode ser observado num país, numa região, numa comunidade etc.: plano de desenvolvimento. Biologicamente, é o aumento das características relacionadas ao corpo; crescimento: desenvolvimento mental; desenvolvimento de um órgão.

Assim, o termo desenvolvimento, seja utilizado na área de exatas, seja no campo biológico, seja no âmbito das ciências humanas, remete a uma mudança de características. Dessa forma, refere-se à passagem de um estado inferior para um estado aprimorado. Por esse viés, pensar em desenvolvimento local significa pensar em modificar a situação atual de uma localidade tornando-a aperfeiçoada, melhorada, aprimorada para sua comunidade.

Para tanto é preciso compreender o ponto de partida, ou seja, a situação atual da localidade, potencializando a participação dos beneficiários, através de iniciativas

comunitárias, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis) e com empresas privadas, bem como traçar os objetivos de desenvolvimento. Isso determinará quais melhorias devem ser feitas, o que deve ser aprimorado e que estado de desenvolvimento se pretende alcançar alicerçado no protagonismo da sociedade local.

Boisier (2000, p. 152) escreve que o conceito de desenvolvimento tem suas raízes na economia neoclássica, sendo uma ideia política do pós guerra e destaca que inicialmente “o conceito de desenvolvimento (econômico) foi associado ao crescimento”, sendo, durante décadas, vistos como sinônimos. Eram utilizados, para tanto, indicadores como o PIB, principalmente o *per capita*, para definir o grau de desenvolvimento de uma dada localidade. Um novo enfoque sobre desenvolvimento surge quando a Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), introduz o conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Por razões metodológicas, este índice não contempla todas as áreas que o conceito de Desenvolvimento Humano contempla. É assim que reúne apenas três componentes do Desenvolvimento Humano: qualidade de vida, longevidade e nível de conhecimento. Estas dimensões, ligadas ao nível de vida da população, mas também ao desempenho dos indicadores sociais nos domínios da saúde e educação, refletem por si só a evolução de muitas outras variáveis ao longo do tempo. Portanto, conclui-se no estudo supracitado, que eles constituem uma síntese de vários elementos que compõem o Desenvolvimento Humano (BOISIER, 2003, p. 154).

Na composição do IDH, os estudos desenvolvidos por Amartya Sen tiveram muita importância, principalmente por considerar como desenvolvimento humano a capacidade do indivíduo de efetivar suas escolhas (SEN, 1993; SEN, 1999). Ou seja, um conceito bem mais amplo do que o anterior. Reconhece-se, nesse sentido, que há a necessidade de indicadores do crescimento qualitativo e não apenas de indicadores econômicos, como os índices de realização dos desejos, de educação, de solidariedade, de realização humana, como sujeito/objeto de sua história.

Certamente, esses são difíceis de mensurar, até porque o método científico clássico não considera subjetividades. Quanto maior a qualidade de vida das pessoas, maior o estágio de desenvolvimento, significando que atingiram patamares mais

elevados da escala humana, satisfazendo necessidades amplas que se alargam pelos desejos, sonhos e utopias.

De acordo com Silva (2003, p.9):

O desenvolvimento deve ser visto no seu sentido amplo, valorizando o crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais sem comprometimento ambiental, o que só pode ocorrer com profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma dada sociedade.

Uma das características do desenvolvimento local proposta por diversos autores leva a entender que se trata de um processo dinamizador da sociedade para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade, contribuindo com a formação de novas formas de produzir e compartilhar. O desenvolvimento local é um processo de transformação social, cultural, econômico e político em que os maiores beneficiários são os indivíduos de uma sociedade.

É um processo de transformação econômica, política e social, promovendo o crescimento do padrão de vida da população. Trata-se de um processo social e global, em que as estruturas econômicas e políticas de um país sofrem contínuas e profundas transformações (PEREIRA, 1968 apud ÁVILA, 2001, p. 70).

Para Vázquez-Barquero (1993), uma questão crucial do desenvolvimento local é definir com clareza quais os objetivos prioritários, a fim de escolher os instrumentos mais adequados para alcançá-los. O autor destaca ações, cujas intenções são a criação e o desenvolvimento de empresas e a introdução de inovações nos sistemas produtivos locais.

O autor ainda afirma que os problemas sociais são importantes, mas que, na estratégia de buscar a criação de sistemas locais e regionais mais competitivos e eficientes, é necessário diferenciar os problemas sociais e econômicos. Para lidar com esses problemas requer instrumentos diferentes.

Pike et al (2006) afirmam que cada localidade é única, com suas histórias, instituições e outras características que moldam seus ativos econômicos e trajetórias, perspectivas sociais, preocupações ambientais, políticas, culturais etc. Essas particularidades, conforme os autores, são importantes para promover o

desenvolvimento local e regional. Todavia, eles ressaltam que diferentes localidades e regiões podem compartilhar histórico de desenvolvimento e desafios similares, ocupando posições em um mundo cada vez mais integrado e interdependente.

No entanto, Bava (2003) aponta que diversos atores da sociedade civil possuem interesses diferentes. O conflito está presente nas relações. O plano local não é um território homogêneo com interesses comuns unindo a comunidade. Trata-se de espaço em que os mecanismos de poder são reproduzidos e os interesses das elites, traduzidos em políticas públicas, promovendo a desigualdade social e a pobreza.

Não corresponde à ideia ingênua de que o desenvolvimento local seja uma possibilidade decorrente de uma conjugação de esforços da comunidade (de um conceito de comunidade na qual seus integrantes não se diferenciam, parecendo que todos têm os mesmos interesses e objetivos), que bastaria impulsionar uma aproximação, uma aliança entre estes atores locais, para que se dessem as condições para o desenvolvimento. (BAVA, 2003, p. 23).

Para Bava (2003) e Tenório (2007), a maioria das iniciativas de desenvolvimento local não surge para complementar projetos de desenvolvimento nacional, mas sim pela ausência de tais projetos. As negativas fornecidas pelas políticas nacionais como o acirramento do desemprego e a crise social no plano local forçam o surgimento de tais experiências. Vázquez-Barquero (1993) afirma que a estratégia de desenvolvimento local deve estar integrada aos sistemas econômicos nacionais e internacionais, porque os problemas geralmente são nacionais, na medida em que esferas locais e regionais estão dentro do país.

No âmbito do desenvolvimento local, o turismo não deve ser apenas visto como uma atividade econômica, a não ser que esse processo seja uma estratégia de geração de emprego e renda. Na medida em que o turismo se fundamenta na relação entre pessoas e, não apenas entre elas e os lugares, a maior contribuição pode ser o resgate e o fortalecimento da identidade cultural, da consciência humanística e, não somente ecológica, além da formação integrada e conectiva da realidade socioespacial.

Atualmente, tem sido discutido na literatura o termo “novo turismo”, que retrata uma mudança comportamental do turismo, que reforça a perspectiva de descentralização espacial e melhor distribuição dos recursos entre as regiões. A autora

mais expressiva dessa ideia é Poon (1993), que constata que o perfil do turista vem sofrendo alterações desde os fins dos anos de 1980, em função das tecnologias da informação, as quais lançam informações e curiosidades sobre os destinos turísticos. Isso leva a uma diminuição da importância dos traços fordistas de padronização e massificação da oferta, além de ganhar nuances de customização dos produtos, permitindo a inserção de empresas de pequeno e médio porte, privilegiando em especial as organizações locais.

É possível afirmar, frente a esse contexto, que o turismo pode levar ao desenvolvimento de locais menos privilegiados em termos econômicos e de infraestrutura ao injetar recursos externos, ampliar o número de vagas no mercado de trabalho, aumentar a renda dos trabalhadores locais, dinamizar a economia local e induzir à melhoria de infraestruturas básicas que servem à comunidade. Dessa forma, há um ganho para a comunidade como um todo e, ao mesmo tempo, essas melhorias são importantes para a operação do setor, em especial no que tange à questão de transporte, ordenamento do uso do solo, requalificação de espaços públicos etc.

O turismo pode ser considerado, portanto, uma atividade econômica que causa a articulação de dois aspectos significativos e imbricados. Se por um lado identifica-se o fenômeno da migração temporária de indivíduos que se deslocam para consumir os bens e serviços turísticos da região receptora; por outro lado, e como fruto da anterior, ele gera um fluxo de divisas que se deslocam das áreas emissoras e são introduzidas na área receptora, gerando impactos econômicos. Ressalta-se que tal efeito pode ocorrer oriundo de possíveis vazamentos econômicos.

Vale salientar que, a capacidade de uma determinada economia reter o rendimento turístico nela gerado depende da capacidade produtiva de tal economia, pois, quanto maior for a sua capacidade de retenção, maior será a renda gerada pela despesa inicial. Em contraposição, quanto maior forem os vazamentos, menor será essa renda (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor de turismo brasileiro faturou R\$ 20,3 bilhões em outubro de 2019, alcançando a segunda alta consecutiva no semestre. O resultado é 8,4% superior ao registrado em setembro e 8,1% maior do que o aferido outubro de 2018. Os dados

são do Índice Cielo de Vendas do Turismo da CNC (ICV-Tur-CNC), pesquisa da Confederação que tem como base as taxas de variação da pesquisa da Cielo (CIELO, 2019).

A atividade turística de Hospedagem e Alimentação apresentou o melhor desempenho nas vendas, com R\$ 12,984 bilhões de faturamento – crescimento de 3,6% sobre setembro. O setor foi responsável por mais da metade do montante das vendas de todos os segmentos turísticos medidos em outubro de 2019 (64,1%). O bom desempenho da atividade foi seguido por restaurantes e similares (R\$ 10,821 bilhões), com alta de 4,7%. (CIELO, 2019).

Em 2019, todos os segmentos de serviços turísticos indicaram aumento de vendas em relação a 2018. Transporte de passageiros (5,3%) foi o que apresentou a maior elevação, seguido de hotéis e similares (3,3%). O sudeste se destacou no faturamento do país, com vendas no montante de R\$ 147 bilhões. A região foi responsável por 61,6% do faturamento do setor turístico no ano de 2019, seguida pelo sul (15,9%) e pelo nordeste (12,6%). O estado de São Paulo liderou, respondendo por 40,5% do faturamento no país (CIELO, 2019).

No que se refere à geração de emprego, de acordo ainda com a pesquisa da CNC e de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a criação de 35.692 novos postos de trabalho significa aumento de 163,6% em relação às vagas abertas no setor em 2018. Foram 2,9 milhões de trabalhadores no setor, sendo 67% nas atividades de hospedagem e alimentação. Ainda nesta perspectiva, pesquisa do IBGE mostrou crescimento de 4,4% no setor em julho de 2019, em relação ao mesmo período em 2018.

Conjuntamente a esses dados, em razão dessa pesquisa ter como foco um assentamento na Bahia, destaca-se ainda que o volume das atividades turísticas na Bahia cresceu 1,3% no acumulado do ano de 2019, segundo dados divulgados pelo IBGE (2020). A pesquisa foi sistematizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria estadual do Planejamento (Seplan). Na Receita Nominal, a Bahia apontou a quarta maior variação do país, com taxa de 6,9%.

Ainda de acordo com as informações do Caged, sistematizadas pela SEI, no 4º trimestre de 2019, a Bahia gerou 2.803 postos de trabalho com carteira assinada no setor do turismo. O resultado decorre da diferença entre 12.356 admissões e 9.553 desligamentos. No total das 13 zonas turísticas do estado, o saldo foi positivo em 2.877 postos, resultante da diferença entre 11.795 admissões e 8.918 desligamentos, com destaque para as zonas Baía de Todos os Santos (+940 postos), Costa do Descobrimento (+743 postos) e Costa dos Coqueiros (+632 postos).

De acordo com os dados mais recentes da OMT (2020), 1,5 bilhão de chegadas de turistas internacionais foram registradas globalmente em 2019. O número representou um aumento de 4% em relação ao ano anterior, este foi o décimo ano consecutivo de crescimento do setor. O ano de 2020 teve início com boas perspectivas para o setor turístico, com expectativa de crescimento da demanda por viagens e consequente aumento do faturamento das empresas de diversas atividades características do turismo.

Porém, em meados de março o setor sofreu com a paralização praticamente total de suas atividades. Interrupções das viagens internacionais e recomendações de governos locais de isolamento social e fechamento das empresas travaram completamente o mercado e sua produção, com cancelamentos e remarcações de pacotes e passagens vendidas antes da chegada da pandemia ao Brasil.

Com o advento da COVID-19, todos os países e setores econômicos foram afetados, embora alguns tenham sido mais impactados, em decorrência das restrições de viagens e fechamento de fronteiras (BARBOSA et al, 2020; GÖSSLING et al, 2020; SEGAL; GERSTEL, 2020). Não apenas o turismo internacional foi altamente impactado, mas também o doméstico, incluindo o turismo regional, declinando vertiginosamente em questão de dias. Gössling et al (2020) apontam que os impactos econômicos da pandemia vivenciada em 2020 não têm precedentes para o turismo.

De acordo com a *World Travel & Tourism Council* (WTTC), a indústria global de viagens e turismo precisará de, no mínimo, dez meses para se recuperar após o fim da pandemia da Covid-19. Segundo o estudo *Impacto Econômico do COVID-19 – Propostas para o Turismo Brasileiro*, a estabilização do setor deve ocorrer em fases (turismo doméstico, turismo de negócios e eventos e turismo internacional). Já a

recuperação das perdas sofridas deverá durar até o final de 2023 (BARBOSA et al, 2020).

Apesar da pandemia da COVID-19, são claras as evidências dos efeitos positivos do turismo sobre a redução da desigualdade de renda. Mas, é preciso chamar a atenção para algumas características das ocupações no setor. Destaca-se, neste sentido, que o turismo apresenta elevada sazonalidade e informalidade, além de remunerações baixas, em relação ao setor de serviços.

O turismo sempre esteve presente nas vidas das pessoas em todo o mundo, desde a pré-história até a contemporaneidade, seja para conquistar territórios, subjugar povoações, conhecer novas paisagens, ter contato com novas populações e aprender novos costumes e idiomas. Assim, a interação entre o homem e a natureza, observada ao longo de um processo histórico, contribuiu para a formação dos espaços turísticos conhecidos atualmente.

Sabe-se, contudo que mudar o rumo do desenvolvimento não é tão fácil. Mas, é certo, também, que o turismo passou a se preocupar mais decisivamente com os problemas ambientais e a qualidade de vida das comunidades receptoras. Portanto, as práticas turísticas e de lazer passaram a perder amplitude. No momento em que se tenta reverter um quadro historicamente desigual, não há como desvincular o desenvolvimento do turismo dos efeitos para o bem-estar do homem.

Não há dúvida de que a atividade turística é prazerosa, senão como explicar o seu crescimento até mesmo em conjunturas econômicas desfavoráveis? Na condição de atividade econômica, o turismo vende muito mais do que a paisagem a ser contemplada, do que o lazer, a diversão ou o exótico. Vende igualmente expectativas, histórias, lendas e contos; vende todas as possibilidades de fluir a imaginação e o pensamento nostálgico do turista quando em interação com a paisagem; vende a ilusão consubstanciada na expectativa do desconhecido.

Desse modo, os turistas buscam novas perspectivas, pois querem ser atendidos através de uma maior sensibilização humana, de relação com o outro, que coincidam com seus desejos, seus gostos de vida, sua busca em conhecer novos mundos, através de processos de desterritorialização (MOESCH, 2002). Ao mesmo tempo, Beni (2003) sinaliza que, na contemporaneidade, as empresas que desejarem liderar o

mercado de turismo, constatarão que a competitividade estará centrada no planejamento e na organização das experiências, buscando compreender todas as interações sensoriais do seu cliente, com objetivo de criar memórias únicas e inesquecíveis, assim como as sensações emotivas em seus consumidores.

Nesse sentido, observa-se que, com a evolução e modificação contínua do turismo na pós modernidade, “percebe-se cada vez mais a segmentação no turismo, considerando as interpretações das tendências da demanda relacionando com o que o destino dispõe, surgindo diversas nomenclaturas” (COUTINHO; URANO; MATE; NASCIMENTO, 2019, p. 763).

Essa diversificação da atividade acaba demandando a criação de segmentos variados para se atingir um público maior, cada vez mais exigente. De acordo com a EMBRATUR (2008), “a segmentação deve ser entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado.”. Por sua vez, Aguiar e Dias (2002, p. 29), acrescenta que essa “segmentação possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos, dos tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas e da situação social e estilo de vida, entre outros elementos”.

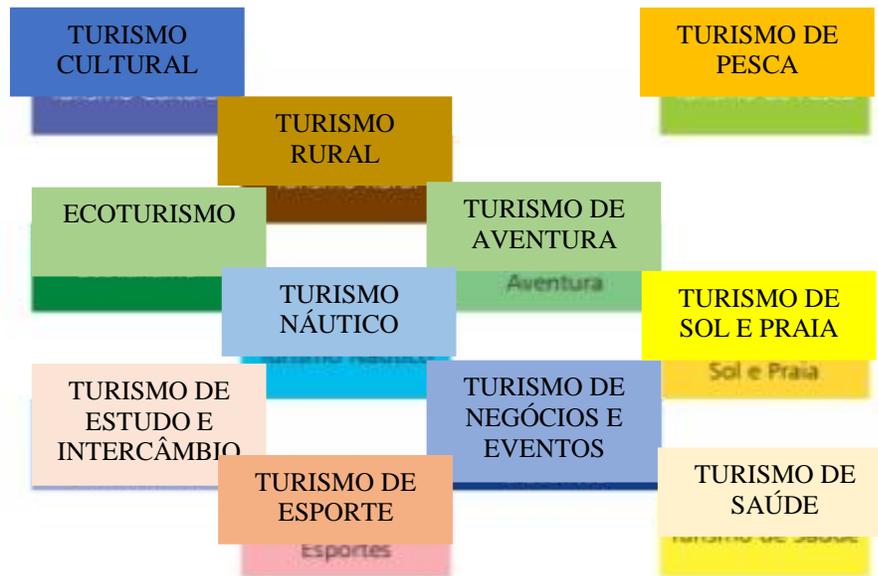
De acordo com Ansarah (1999) e Oliveira (2001), o turismo possui várias segmentações, como rural, religioso, de negócios, cultural, de saúde, de eventos, dentre outros. Além destes, os autores esclarecem que os segmentos citados não são todos os existentes, havendo a possibilidade de outros tipos de turismo surgirem, a exemplo do turismo de base comunitária.

A partir de 2006, com base na oferta turística, o Ministério do Turismo definiu alguns segmentos turísticos prioritários para desenvolvimento no Brasil: turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, ecoturismo, turismo de esportes, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo de saúde (BRASIL, 2010).

Além disso, cabe inferir que o indivíduo não é mais um, são muitos, com diferentes identidades e interesses, e que na hora do consumo não pode ser classificado como único. “Alguns destes segmentos estão estruturados tendo como recurso o patrimônio geológico associado a diversas motivações, que, em alguns

momentos, podem se complementar” (COUTINHO et al, 2019, p. 763). A Figura 1 apresenta alguns exemplos dos segmentos turísticos.

Figura 1 - Segmentos turísticos



Fonte: Baseado em MTur (2010).

É importante entender que essa segmentação pode subdividir-se em nichos de mercado menores, dependendo da oferta de atrativos da região ou localidade turística. Isso porque “cada um deles pode subdividir-se em outros subsegmentos; os critérios de segmentação também podem se cruzar, criando partes menores de segmentos.” (IGNARRA, 2003, p. 121). A segmentação do turismo deve ser vista como uma forma de classificação que visa, em linhas gerais, tornar-se uma estratégia de ordenamento da atividade, com múltiplas possibilidades de segmentação do mercado turístico. As mais utilizadas são as baseadas na oferta (nas características do local) e na demanda (nas especificidades dos consumidores).

2.5 A SOCIEDADE MODERNA E O TURISMO DE EXPERIÊNCIA

A sociedade atual se encontra em um estado marcado por grande instabilidade e crise de valores, que afetam o estilo de vida, as relações entre o homem e o meio-ambiente, saúde, relações sociais, políticas e econômicas. A atualidade está

caracterizada pela “transição de valores e mudanças dos paradigmas que permeiam as dimensões morais, intelectuais e espirituais” (CAPRA, 1988, p 19).

As práticas turísticas desde sempre estiveram ligadas aos aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos das sociedades, sendo considerado como um dos setores que mais sofre influência desses fatores. Igualmente, é um dos que melhor reflete os anseios, medos, expectativas, buscas e modismos dessa mesma sociedade.

É notável o desenvolvimento expressivo e ampliação das atividades turísticas que ocorreram nas primeiras décadas do século XX, época em que já estavam acontecendo sensíveis mudanças nos alicerces da sociedade moderna. Destaca-se, nesse sentido, que:

Cada período de mudança da sociedade arrasta consequências de transformação no turismo que obrigam todas as atividades que lhe estão relacionadas a acompanhar com particular atenção as tendências e mudanças que se forem operando, quer no domínio da oferta, quer na procura (BAHL, 2003, p. 7).

O turismo então passou a refletir essas mudanças, no grande aumento do número de viagens, na busca pelo descanso e lazer (em contraposição à rotina estressante da vida moderna) e ainda pelo status que muitos destinos turísticos garantiam. Segundo Bahl (2003), o turismo é, por excelência, uma atividade voltada para satisfazer as necessidades do homem em sua integridade física, mental e espiritual.

As mudanças de valores e paradigmas como, por exemplo, a preocupação com os direitos humanos, liderada por campanhas, projetos e lutas que propõem a inclusão de minorias na sociedade e, a crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, econômica e cultural, trouxeram importantes conotações sociais. Essas mudanças acabaram por fazer com que as práticas turísticas se enquadrassem nesses padrões e procurassem se adaptar a uma nova demanda e motivações, consonantes às transformações da sociedade.

Saraiva (2009) destaca que o turismo de experiência tem como questão primordial fazer com que o cliente interaja mais com o destino escolhido, para que desse modo, possa vivenciar o cotidiano, bem como o lazer e a culinária local. Assim, o

turismo de experiência não deve ser trabalhado dentro dos moldes do turismo de massa e, sim, através da exclusividade e personalização de seus produtos e serviços

2.5.1 Do turismo de massa ao turismo de experiência

O turismo de massa pode ser definido como um movimento organizado de um grande número de indivíduos para locais específicos. Em outras palavras, isso envolve diversas pessoas indo para destinos turísticos populares, geralmente durante a alta temporada de férias. Essa é a forma mais comum de turismo, haja vista ser, geralmente, a maneira mais econômica de viajar. O turismo de massa na maioria das vezes envolve pacotes de férias, ou seja, um acordo em que todas as necessidades turísticas, como voos, atividades, alimentação são atendidas por uma empresa. Esse tipo de turismo costuma ser o oposto do turismo alternativo ou do turismo sustentável.

Beni (2001) utiliza a definição de turismo de massa como um dos níveis de estratificação socioeconômica dos turistas. Assim, o segmento também poderia ser denominado turismo de 'classe média' ou 'grande turismo'. O turismo de massa é importante por conta da expressiva demanda de consumidores e pelo seu incentivo à expansão da infraestrutura turística, que gera o consumo em larga escala, como identificado pelo autor.

Sob todos os aspectos é o mais importante devido à expressiva quantidade de turistas envolvida tanto nos fluxos internacionais como no interno, porquanto reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que desfrutam de relativa possibilidade de meios econômico-financeiros, contando com subvenções e poupanças próprias. (BENI, 2001, p. 420).

O autor ainda destaca algumas características centrais desse tipo de turismo, com destaque para os gastos moderados do turista por dia; consumo de serviços e equipamentos de primeira categoria, mas não de luxo; meios de transporte incluídos nos pacotes; percurso e permanência mais curtos; menos gastos supérfluos com a viagem no período de férias; ocupação de hotéis de nível médio e ampla utilização do sistema de crediário para financiar a viagem.

A atividade turística consiste num fenômeno social, em que várias modalidades surgem a partir de um contexto vivenciado, destacando-se a dinamicidade como uma das peculiaridades mais marcantes dessa atividade. Boyer (2003) descreve o turismo de massa pela quantidade de turistas que o acessam, mas não pontua seus desejos e motivações, pois considera todas as formas de turismo uma imitação dos lazeres elitistas. A problemática desse tipo de turismo consiste em transportar essas massas, alojá-las, regularizar o seu fluxo, chamar a atenção, despertar o seu desejo, mas não em renovar o turismo.

Para Krippendorf (1987), o modelo de turismo de massa é aquele em que muitas pessoas, todas juntas fazem as mesmas coisas e vão para os mesmos lugares. De acordo com o autor, esse modelo seria muito bom, se não fossem os problemas que desencadeiam. O pensamento desse pesquisador permitiu que o mesmo fosse reconhecido como um dos primeiros intelectuais a criticar o turismo de massa e a denunciar seus impactos, o que foi importante para que novas formas de fazer turismo fossem pensadas.

O turismo de massa pode trazer tanto vantagens como desvantagens para uma determinada região ou município. A identificação dos impactos permite o direcionamento dos esforços, a fim de que os impactos negativos sejam minimizados e os positivos potencializados. Ambos os impactos refletem nos níveis econômico, social, ambiental e cultural.

O turismo, por si, já é considerado uma experiência. Mas, neste caso, a experiência fica por conta do modo como um roteiro da viagem é pensado e apresentado. Hoje em dia, é possível conhecer o local sem sair de casa, utilizando ferramentas tecnológicas como *Google Street View*, conhecendo lugares imagináveis. Muitas vezes, a escolha do destino é considerada de acordo com as avaliações de outros que ali estiveram e que estão disponíveis para conhecimento na internet.

Assim, é preciso diferenciar para que aquele momento seja uma verdadeira experiência, diferente do que se viu na tela do computador ou que seja tão especial quanto o que foi visto, dado que a escolha por determinados roteiros pode ocorrer justamente a partir da descrição de outras pessoas e das imagens disponíveis.

Por outro lado, encontrar algo diferente do que foi visto e experienciado por outras pessoas pode ser um desafio, pois, a experiência pode não desencadear alegrias e pode não superar as expectativas. É nesse momento que entra o turismo de experiência, uma opção para vivenciar algo que vai além do convencional entre destinos e roteiros de pontos turísticos. O Quadro 1, apresenta um comparativo entre o turismo tradicional e o turismo de experiência.

Quadro 1 - Comparativo entre o turismo tradicional e o de experiência

Turismo Tradicional	Turismo de Experiência
Apresenta características funcionais	Tem foco na experiência do consumidor
Orientado pelo produto e pela coerência	Orientado para oferecer experiências de forma integral e exclusiva
Entende que as decisões de consumo são racionais	O turista é visto como consumidor racional e emocional
Utiliza ferramentas quantitativas verbais	Utiliza ferramentas multidisciplinares e variadas

Fonte: Portal SEBRAE (2015).

A prática do turismo de experiência consiste em fazer com que o turista se envolva com a experiência, engajando-o e emocionando-o com algo que ele nunca tenha vivido. É importante, nessa perspectiva, que a empresa turística tenha a capacidade de conhecer os anseios e superar as expectativas dos clientes e agregar valores a seus produtos e serviços. Fazer do turismo algo que ultrapasse única e exclusivamente o campo da visão, atingindo os quatro sentidos e o coração do turista, isto é, proporcionando um momento prazeroso e inesquecível (PEZZI; VIANNA, 2015).

Há alguns anos, autores do turismo vêm buscando entender a experiência turística e suas características. Nestes estudos, o turista passa a ser o ator da própria viagem, querendo vivenciar acontecimentos únicos e marcantes, o que levou ao surgimento no Brasil do termo “Turismo de Experiência” e, com ele, os primeiros estudos sobre o tema.

Ao se referir ao turismo de experiência, como o próprio nome indica, revela o campo do experiencial, das vivências particularizadas e diferenciadas, oportunizadas pelo turismo, em contraposição àquilo que é identificado como turismo de massa. Dada a dificuldade em conceituar o termo experiência, frente à forma abrangente que assume devido à diversidade de aplicações do seu uso, optou-se, neste estudo, por uma

definição verticalizada à área de concentração, que é o turismo. Gastal e Moesch (2007) afirmam que esse turismo envolve processos de estranhamento ou, mais especificamente, de experiências que propiciem experimentar a sensação de estranhamento.

Dessa forma, o turista, em seus deslocamentos, ao se defrontar com o novo e com o inesperado, vivencia processos de mobilização subjetiva que o levam a re-olhar, repensar, reavaliar e ressignificar. Isso pode ser tanto em relação à situação vivida quanto ao ambiente, às práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, bem como as muitas das experiências passadas.

Por esse viés, pode-se afirmar que o turismo de experiência é um termo mercadologicamente utilizado na atualidade, para descrever uma forma de desenvolver produtos turísticos, inserindo o turista como protagonista de sua própria viagem. Nesse sentido, é preciso entender as expectativas do turista, que vão além da contemplação passiva dos atrativos.

Sun Tung e Ritchie (2011) definiram experiência turística como uma avaliação subjetiva (afetiva, cognitiva e comportamental) de eventos relacionados a atividade turística que começa antes, ou seja, planejamento e preparação; durante, isso é, no destino e; depois da viagem, ao término. Os autores afirmam ainda que o papel central dos planejadores do turismo é: "facilitar o desenvolvimento de um ambiente (destino), aumentando a probabilidade de que os turistas possam criar suas próprias experiências" (SUN TUNG; RITCHIE, 2011, p. 1369).

O setor turístico tem registrado alterações significativas dos padrões da procura. Os turistas modernos apresentam-se mais interessados em vivenciar experiências e em usufruir de atividades diversificadas e de alta qualidade (ZHANG; MARCUSSEN, 2007). É justamente essa visão/demanda que estimula o turismo de experiência e que se relaciona, na condição de atividade turística, à economia de experiência. Entende-se, com isso, que é necessário discutir-se os conceitos expressos desde a década de 90 nessa área, pois são aporte a esse nicho de turismo.

Em relação à economia de experiência, dois conceitos elucidam o tema em questão: o conceito de economia da experiência (PINE; GILMORE, 1999) e sociedade dos sonhos (JENSEN, 2002). Esses termos são tendências oriundas da ciência

econômica que têm se difundido em diferentes setores, inclusive no turismo. A essência dos termos concentra-se na criação de experiências e emoções que o consumo de determinado produto propicia ao consumidor, oportunizando vivências individualizadas. O consumo de um produto satisfaz não apenas uma necessidade evidente, mas gera uma série de outras satisfações de âmbito subjetivo.

A economia da experiência é um tema relativamente novo para as ciências de gestão e ainda encontra certa resistência para suas inferências acerca de um quarto setor da economia. Para o estudo do turismo, o tópico se aplica muito bem, se considerar a necessidade de constante evolução dos serviços, como condição *sine qua non* para o crescimento da indústria no Brasil e no mundo.

Pine e Gilmore (1999) batizaram de economia da experiência a forma de comercialização na qual o consumidor não adquire simplesmente um produto ou serviço, mas sim, paga “para passar algum tempo participando de uma série de eventos memoráveis.” (PINE; GILMORE, 1999, p. 2). Com isso, não se compra algo com o intuito de que este bem exerça, simplesmente, sua função, mas sim, que possibilite satisfazer outros desejos a ele relacionados, indo ao encontro das ideias de Jensen (2002) e Marcuse (1968).

Com o objetivo de explicar melhor os estágios de estruturação de uma experiência, os autores, Joseph Pine e James Gilmore (1999) propõem dois grandes eixos de análise. O primeiro (horizontal) correspondente ao nível de participação dos clientes, que se subdivide em participação passiva e participação ativa. O segundo (vertical) descreve o tipo de relação ambiental que une clientes e performances. De um lado desse eixo está o item absorção, e do outro, imersão. O cruzamento desses eixos cria quatro campos de análises, denominados “campos de experiências” (entretenimento, educação, estética e fuga) (COELHO; RIBEIRO, 2007), vistos na Figura 2.

Figura 2 - Os domínios da experiência



Fonte: Pine e Gilmore (1999).

De forma mais prática, Pine e Gilmore (1999) sugerem princípios básicos para ultrapassar o modelo tradicional da “experiência”. O tema deve mexer com o senso de realidade do cliente, trabalhando com noções de forma, múltiplos espaços e tempo, de modo integrado e alinhado com a operação do negócio. A ênfase na experiência relaciona-se diretamente com a cultura contemporânea e com um novo sujeito, que já não se satisfaz apenas com produtos e serviços de qualidade, mas busca viver acontecimentos únicos. No caso específico do turismo, trata-se de novas demandas de natureza simbólica, muito além dos imperativos das necessidades básicas de repouso e lazer.

Já na sociedade dos sonhos, as necessidades materiais não tendem a ser reduzidas. No entanto, o aspecto material receberá menos atenção. Passa-se assim, a definir através de histórias e sentimentos. De alguma forma, esse processo seria uma redescoberta do passado e da força que os mitos e as histórias possuem junto às comunidades, ou seja, de como elas podem persuadir e modificar comportamentos dentro dos grupos sociais. O intangível passaria a preponderar em detrimento tangível.

Segundo Jensen (2002), vive-se atualmente no que se denomina como sociedade do sonho, pois um produto não contém apenas a função única pela qual foi produzido, vai além. Na sociedade do sonho, o consumo de um produto está associado ao valor emocional que o objeto/produto possui, não apenas à condição física em si e à

possibilidade de satisfazer uma necessidade real (JENSEN, 2002). É o que Marcuse (1968) chama de “falsas necessidades”. O tênis não é adquirido apenas para caminhar, mas também como forma de diferenciação, status, estilo. O mesmo ocorre com os carros, as casas, as viagens e outros.

No mercado turístico é comum a compra de um pacote ser comparada à compra de um sonho. Isto pode ser explicado pelo fato de que a pessoa ao adquirir uma viagem, muitas vezes está buscando mais do que uma coleção de serviços de transporte, hospedagem, entretenimento, alimentação, entre outros serviços que ela possa ofertar.

Assim, o indivíduo não vai à praia apenas para tomar sol ou um banho de mar, ele vai em busca de um conjunto de sensações proporcionadas a todo instante pelo produto turístico consumido. Já na década de 90, estudos estratégicos do turismo para 2020 (OMT, 2001) previam a tendência do turista para as próximas décadas: viajar para destinos onde, mais do que visitar e contemplar, fosse possível também sentir, viver, emocionar-se e ser personagem de sua própria viagem.

Voigt e Pforr (2014) acreditam que repletas necessidades simbólicas, confusas sensações voltadas para o consumo e inconstância de desejos sejam características formativas do perfil de um novo consumidor. Nesse sentido, a escolha do destino é voltada a locais que contribuam para a saúde e bem-estar, uma vez que as pessoas tendem a buscar lugares onde sintam-se melhor.

Pode-se entender, assim, que o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução. Nas últimas décadas, ocorreu como consequência da busca do “verde” e da “fuga” da agitação dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 2000).

Por outro lado, com os avanços tecnológicos, o turista já chega com informações básicas sobre a localidade. Além disso, ele não busca somente a contemplação de uma paisagem ou de determinado monumento histórico, pois faz questão de estar inserido de uma forma plena no cotidiano dessa comunidade, seja apenas ouvindo histórias, seja participando de algum processo produtivo – agrícola ou artesanal. Segundo Eric

Leed, “viajar é a experiência paradigmática, o modelo de uma experiência genuína e direta que transforma a pessoa que realiza.” (1991, p. 5).

Desse modo, a experiência não deve ser tratada como uma futilidade, visto que possui conteúdos importantes. É a forma clara de demonstrar sua visão de mundo. É fundamental para a socialização, aprendizado, articulação profissional e prazer pessoal. Para Trigo (1998) uma viagem especial exige pessoas e condições especiais. Isso não implica apenas poder econômico, mas fundamentalmente atitudes e posturas sociais, culturais estéticas e políticas. A antropologia é uma das ciências essenciais para saber como desfrutar melhor de uma viagem e aproveitar seus conteúdos culturais.

Destaca-se que a proposta do Turismo de Experiência está na apropriação de diversos atrativos, que já fazem parte do destino, como novos fazeres e práticas. Porém, dessa vez, há a participação efetiva da comunidade local, que é chamada para a construção desse serviço/produto experiencial. Ou melhor, não há de se falar em experiência sem a participação da comunidade local. Esta é quem de fato ressignifica o que já está posto, através da agregação de seus saberes e vivências construídos ao longo do tempo, de geração em geração, e partilhados coletivamente, constituindo-se traço distintivo da identidade local.

Atualmente, as novas modalidades de turismo se sobrepõem ao turismo convencional de massa, fazendo com que as formulações de políticas públicas priorizem a preservação do meio ambiente e que busquem a valorização do patrimônio sociocultural local e dos próprios valores da comunidade.

A diversidade de experiências de viagens vem resultando em novos tipos de turistas que reafirmam, por um lado, as tendências tradicionais e, por outro, refletem o surgimento de novas formas. Montejano (1996) cita que estas novas tipologias se baseiam no que Auliana Poon chama de os “novos turistas”, que tem uma ampla experiência de viagens, selecionam mais e melhor seus destinos e a forma de viajar, valorizam mais os aspectos espirituais e ecológicos da viagem.

Os turistas buscam o real e o natural nos seus destinos, não o alterado. Têm mais tempo livre e são mais flexíveis; são espontâneos em suas escolhas. As atividades turísticas fazem parte das necessidades fundamentais e da qualidade de vida desse novo tipo de turista que dedica mais tempo a essas atividades.

A partir do exposto, destacam-se algumas modalidades do turismo de experiência, tendo como base o perfil do turista pedagógico, o turismo de base comunitária, o turismo solidário e o turismo rural na agricultura familiar, visto no tópico a seguir.

2.5.2 Turismo pedagógico

As principais evidências da realização de viagem de cunho educacional datam do século XVIII, praticadas inicialmente por jovens aristocratas ingleses aos principais centros culturais da Europa, com o objetivo de aperfeiçoar seus estudos para seguir e consolidar uma carreira profissional. A prática da atividade surgiu como privilégio das classes sociais mais favorecidas, caracterizada como uma atividade apenas da elite.

O turismo pedagógico, que tem por finalidade principal o aprendizado, apesar de ser relativamente novo no Brasil, vem crescendo e ganhando espaço nas instituições. A literatura aponta as características desse novo segmento, reconhecendo que esse tipo de turismo envolve atividades relacionadas à educação, aprendizado e conhecimento, de forma a apresentar uma visão crítica e reflexiva da realidade.

Muitos estudos apontam que a condição econômica dada ao turismo inibe a possibilidade de relação humana entre visitantes e visitados, reduzindo a percepção da viagem e da convivência social. Ratificando tais palavras, Ansarah (1999, p. 293) afirma que “o momento atual é de repensar o turismo em todas as áreas do conhecimento e entender que esse crescimento não se estende apenas ao aspecto econômico, mas também ao cultural, social e ambiental do ser humano”.

O turismo pedagógico é assim chamado devido a sua característica peculiar de ocorrer no período letivo e não no período de férias, como em outros segmentos convencionais. Sendo assim, é definido como “uma modalidade de turismo que serve às escolas, em suas atividades educativas” (ANDRIOLO; FAUSTINO, 1999 p 165). Entende-se, no entanto, que essa visão pode ser ampliada, dado que há a possibilidade de ultrapassar contextos formais de educação. Ao tratarmos, por exemplo, dos ensinamentos transmitidos nos assentamentos do MST, aliados ao turismo, o foco tanto pode ser para turmas regulares da educação formal quanto para turistas em busca de

uma formação política, do conhecimento ligado à luta pela terra e, esses viajantes, não necessariamente, precisam estar ligados a um contexto formal de educação.

Por sua vez, Ansarah (2005, p. 294) apresenta que o objetivo desse tipo de turismo é “fazer com que o aluno/turista tenha contato com a natureza (num conteúdo como, por exemplo, o estudo do espaço), de vivenciar e conhecer espaços novos (conteúdos de sociologia e antropologia).”

Dessa forma, propõe um despertar no aluno para a conscientização de problemas socioculturais e ambientais que existem em muitas comunidades e promover valores construtivos. Busca-se estabelecer, portanto, uma ligação entre a atividade de turismo e a pedagogia, entendendo esta última como responsável pelos instrumentos utilizados no processo de aprendizagem, objetivando mais qualidade na educação.

Vale destacar que, o objetivo maior quando se realiza a atividade de turismo pedagógico, não é simplesmente o lazer, mesmo que em alguns momentos sejam desenvolvidas ações deste tipo. Envolve sim, a possibilidade de promover o desenvolvimento social, crítico e educativo, além da atividade de lazer.

Portanto, percebe-se uma nova concepção do turismo, uma vez que o espaço turístico se transforma em um espaço de educação extracurricular, contribuindo no processo de aprendizagem através de uma nova prática pedagógica. Ou seja, trata-se de uma conversão do olhar do residente para o ‘olhar de turista’, no sentido de usufruir e valorizar o local, e de posterior reconversão capaz de criar limites entre o fantástico e o real, possibilitando uma postura dialética diante do contexto e do ambiente visitado (HORA; CAVALCANTI, 2002).

Mediante tal postura, a aula administrada ganha vida, pois a experiência de aprendizado em outro espaço proporciona uma interação com o local, com algo real, de forma a possibilitar o conhecimento dinâmico e o respeito pelos ambientes diversos, desprovido de alienações e fantasias, como pode ser confirmado na fala dos autores Hora e Cavalcanti (2003).

As formas de relevo em uma aula de geografia estarão à vista, poderão ser percorridas; os impactos da poluição serão sentidos de perto em uma aula de campo sobre o meio ambiente; a aula de história ganhará formas nos monumentos históricos da cidade; as formas geométricas ganharão fascínio nas fachadas dos prédios e nos terrenos, enfim, são inúmeras as possibilidades do turismo pedagógico (HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 225).

Portanto, vale ressaltar a importância do fator deslocamento, que é inerente a esse tipo de prática, pois, o turismo pedagógico é entendido como uma atividade que comporta ao mesmo tempo ensino e turismo. A necessidade de viagens como instrumento capaz de auxiliar no processo de ensino encontra-se respaldada em algumas correntes pedagógicas, principalmente as que sofrem influências dos princípios elaborados por Celestin Freinet. Tais princípios tratam dos fundamentos da educação, numa perspectiva de ampliação dos olhares das crianças para fora do espaço escolar, utilizando-se das técnicas de aulas-passeio ou aulas das descobertas, em que o aluno é considerado o centro da construção de seu conhecimento.

Sendo assim, esses fundamentos valorizam a promoção humana, a liberdade de escolha, a alegria de viver e a possibilidade de sonhar (FREINET, 2004). As aulas-passeio acabam por proporcionar um ambiente onde as relações sociais, econômicas e culturais interagem, permitindo caracterizar essa atividade como uma forma de lazer e turismo aplicados à educação. Essas técnicas identificadas pelo autor podem ser vistas também como um elo entre a pedagogia e o turismo, confluindo para o que chamamos, atualmente, de turismo pedagógico, proporcionando a conversão e reconversão do olhar nos envolvidos.

Destaca-se que as viagens incluem aprendizagens que contemplam os quatro pilares da educação contemporânea: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Nas viagens, as habilidades dos alunos podem ser estimuladas e desenvolvidas em pelo menos três momentos: o do planejamento, o da viagem em si e do retorno. Nestes, os indivíduos desenvolvem a capacidade de organização, iniciativa e participação, observação, respeito e coleta de dados, e por último, a sistematização de conhecimentos.

Estudos internacionais também demonstram que o ato de viajar proporciona o conhecimento, a ampliação e a interiorização de informações sobre aspectos culturais, naturais, econômicos, ambientais, dentre outros, característicos de cada comunidade. Autores como Moreira et al (2009), ao desenvolverem um trabalho sobre o uso do turismo pedagógico como instrumento fomentador da aprendizagem na Espanha,

mostraram que a percepção desse tipo de turismo em outros países é a mesma que no Brasil, afirmando que o segmento educativo:

É o ramo do turismo especializado em viagens onde os turistas as organizam com o objetivo não só de conhecer o local, mas também de aprender e compreender o ambiente visitado; sem que essa aprendizagem seja necessariamente realizada dentro de um plano de aprendizagem rigoroso e formal; se não todo o contrário; dentro de um amplo espectro e usando toda a gama de opções de aprendizagem que o progresso no ramo educacional nos oferece; utilizando os meios necessários para que o turista se envolva nestes espaços (MOREIRA; AVILÉS; VALLE, 2009, p. 1).

Exemplificando a prática do turismo como atividade educativa, Perini (2003), em sua pesquisa sobre o turismo paleontológico, afirma que a importância dessa atividade como ferramenta educativa também pode servir a uma grande variedade de propósitos, em diversas áreas de conhecimento.

Esta experiência tem sido enriquecedora para os visitantes, que nos diferentes grupos manifestaram a sua concordância com as tarefas realizadas no Centro, tendo a possibilidade de se aventurar no local de trabalho dos paleontólogos, conhecer as tarefas realizadas na paleontologia e o que foram as últimas descobertas (PERINI, 2003, p. 6).

É possível perceber, portanto, a importância e os benefícios que um passeio ou uma viagem podem agregar ao processo de aprendizagem através do estudo do ambiente. De acordo com Balzan (1987, p. 115), “desde que se pretenda de fato desenvolver plenamente a personalidade do educando, o estudo do meio passará a se constituir como uma atividade de excepcional importância na vida da escola”.

Da mesma forma, Zabala (1998), ao discutir a prática educativa, reconhece a importância do uso da técnica do estudo do meio para o processo de aprendizagem. Para o autor, tal prática se enquadra dentro do método de ensino globalizado.

O estudo do meio é o método mais completo, já que os conteúdos procedimentais estão presentes em todas as fases e etapas - atribuindo uma importância especial não apenas àqueles relacionados com a busca de informações, como também aos mais complexos de caráter estratégico cognitivo. Além do mais, os conteúdos conceituais, vinculados a problemas e

conflitos da vida real, são básicos como instrumentos para compreender esta realidade social (ZABALA, 1998, p. 157).

Além das aulas se tornarem mais dinâmicas, as relações sociais entre professores e alunos ficam cada vez mais intensas e menos formais, uma vez que quebra o paradigma existente em sala de aula, em que o professor fala e o aluno somente escuta. Fora do espaço físico da escola, e numa perspectiva interdisciplinar dos conteúdos (desde que de forma constante), os estudantes viverão os acontecimentos de forma propositiva, envolvendo-se nas soluções de problemas e tecendo questionamentos. Contudo, vale ressaltar que, esse resultado só poderá ser obtido se não ocorrer como atividade isolada, a partir de iniciativas individuais. É preciso que esteja integrado à cultura de aprendizagem da escola.

É importante evidenciar que, para o turismo alcançar os objetivos do projeto pedagógico da escola, torna-se necessário apresentar aos alunos o objetivo das aulas extraclasse, entendendo-as como uma perspectiva ampla de compreensão da realidade através de referências reais e palpáveis. É preciso planejar bem a atividade, para que não perca seu caráter prioritariamente educativo, pois longe de ser uma excursão, busca-se a organização de situações de aprendizagem que ultrapassem os limites do saber escolar, se fortalecendo na medida em que ganha a amplitude da vida social, tornando o conhecimento pertinente e contextualizado.

O recomendável é que o turismo pedagógico seja inserido no projeto político pedagógico da escola, com bases enraizadas na articulação dos conteúdos a viagens ou visitas, que podem ir desde o entorno da instituição de ensino até outros municípios da região.

A proposta dessa atividade busca proporcionar situações favoráveis à produção de conhecimentos, dentro de uma estrutura ampla de reflexão, na qual o aluno seja capaz de perceber que os conteúdos abordados, são antes de qualquer coisa, temas relativos à valorização da participação, da vida e da cidadania. Freire (1996) acrescenta que ensinar não é transmitir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo no discurso vertical do professor. A aprendizagem não se dá por transferência de conteúdo, mas, por interação, que é o caminho da construção.

É preciso salientar que, até pouco tempo, a socialização não era levada em conta na sala de aula, o mais importante era a memorização e a aprendizagem mecânica dos conteúdos escolares. Atualmente, ainda existem diversas escolas de diferentes graus de ensino, que baseiam suas propostas pedagógicas em manuais escolares que se intitulam como facilitadores da aprendizagem. No entanto, distanciam os estudantes da realidade e causam neles um sentimento de frustração por não conseguirem ver sentido no que é ensinado nas escolas. Nesse momento, é importante enfatizar o uso do turismo pedagógico como prática de ensino, uma vez que esse tipo de viagem possibilita vias de acesso ou de trocas entre alunos, professores, coordenadores e o meio.

O turismo pedagógico é uma prática capaz de proporcionar a convivência entre pessoas de culturas diferentes, apresentando situações favoráveis para a prática do aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, promovendo uma pedagogia participativa, na qual os alunos são estimulados a se envolver ativamente. Portanto, as escolas exercem um papel fundamental, uma vez que constituem a base para formação de cidadãos críticos e atuantes e as atividades, interdisciplinares e extraclases contribuem para alcançar tal objetivo.

Assim, a formação do indivíduo como sujeito atuante deve estar ligada a propostas acadêmicas e políticas de interesse de todos os setores da sociedade. Todavia, destaca-se que, para que a proposta tenha uma visão social ampla, é necessário o desenvolvimento de uma visão também ampla das instituições de ensino, no que tange às práticas pedagógicas adotadas. Isso porque o educador, ao rejeitar novas experiências, acaba por perpetuar as práticas do ensino tradicional, que em sua maioria são desestimulantes. É nesse contexto que, o turismo pedagógico surge como uma alternativa para a prática de ensino.

É importante destacar que, não se pretende com a proposta do turismo pedagógico sensibilizar o morador, a fim de que o mesmo colabore com o desenvolvimento da atividade turística. O propósito é ainda mais abrangente. Ou seja, pretende-se sensibilizá-lo como cidadão, mostrando a importância e a representatividade dos espaços naturais e culturais, como referenciais significativos da vida e da construção do cotidiano de uma forma prazerosa. Acredita-se que o

distanciamento da realidade, representada por visões alienadas sobre o que acontece ao redor, pode ser superado no âmbito escolar através de uma pedagogia que promova o desenvolvimento da autonomia dos alunos e que vise o envolvimento efetivo deles nos trabalhos.

É justamente pela necessidade de educar as novas gerações para convivência, respeito e tolerância entre as pessoas, que a educação é chamada a desempenhar um papel relevante nesse sentido. E, para isso, o turismo pedagógico como prática de ensino, é um instrumento importante de aprendizado, no qual há a apresentação dos patrimônios culturais e naturais, conscientizando as comunidades sobre seus valores e suas tradições.

2.6 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No Brasil, o surgimento das iniciativas desse modelo de turismo tem registro nos anos 1990 (BARTHOLO et al., 2009; MTUR, 2010). Nessa época, embora o mundo estivesse discutindo o desenvolvimento sustentável e as possibilidades de se pensar e praticar a atividade turística com mais respeito ao meio ambiente e responsabilidade do ponto de vista social e econômico, as políticas públicas brasileiras enfatizavam o aspecto econômico da atividade, em uma perspectiva mercadológica, o que desfavorecia o acesso do TBC nos espaços de discussão (IRVING, 2009).

O tema passa a ser oficialmente discutido, pelo menos por parte de pesquisadores e entidades de diferentes regiões do país que já reconheciam a necessidade de abordá-lo, a partir dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL). Esses eventos começaram a ocorrer em meados dos anos 1990 e resultaram no engajamento desses grupos em redes não formais e no desenvolvimento de pesquisas e projetos com o TBC. Embora esse cenário refletisse a existência de uma demanda real para o TBC, o tema praticamente não era tratado em políticas públicas e nem considerado uma possibilidade para o desenvolvimento do turismo no Brasil (IRVING, 2009).

Em 2006 e 2007, pesquisadores do tema e representantes de iniciativas pleitearam uma ação mais articulada do poder público, que resultou no Edital de

Chamada Pública de Projetos nº 01/2008, que trouxe à luz da política pública a relevância do TBC. Igualmente, gerou difusão e reflexão sobre os significados, as características e os princípios em torno do TBC.

Com isso é possível interpretar que a ascensão do TBC esteja associada à diversidade das experiências e realidades, além do fato de o TBC ter obtido uma maior dimensão e visibilidade no Brasil mais recentemente. De qualquer forma, verifica-se uma convergência entre a maioria dos conceitos mais conhecidos para uma abordagem multidimensional, envolvendo aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos.

Maldonado (2009) conceitua o TBC como sendo uma forma de organização empresarial lastreada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários. Essa organização deve ocorrer de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho, bem como com a distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

Por sua vez, Irving (2009) traz uma ampliação do olhar sobre o TBC elencando seis características essenciais para o seu desenvolvimento: inspiração endógena - que reflita os desejos dos grupos sociais locais; protagonismo social - no planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos; escala limitada - definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas; benefícios diretos à população residente; promoção da valorização da cultura local; e promoção do efetivo encontro entre atores locais e turistas - ambos devem ocupar simultaneamente o papel de agentes, sujeitos e objetos no processo.

Ao realizarem um breve retrospecto sobre as origens e conceitos basilares para o TBC, Silva e Spinola (2018) propõem a seguinte síntese:

[...] consideramos que as experiências de Turismo de Base Comunitária para, de fato, se processarem necessitam observar três características básicas: se constituírem em experiências autênticas, que proporcionem o conhecimento do cotidiano real de uma dada comunidade e, como tal, chegamos à segunda característica, que é o envolvimento de pessoas reais, dos moradores e suas redes de relações. Por fim, há de se proporcionar convivência e troca entre os visitantes e os visitados em um ambiente em que os saberes tradicionais são valorizados e que os turistas verdadeiramente desejam esse contato mais próximo com os anfitriões (SILVA; SPINOLA, 2018, p. 88).

O entendimento sobre o TBC alia-se de modo consonante ao que discutem Silva e Spinola (2018), considerando a tríade característica do TBC. Entende-se, nesse sentido, que o alinhamento entre autenticidade, convivência com reais moradores da comunidade e as relações de trocas de saberes que ocorrem dessa experiência formam a tônica do TBC, direcionada às práticas socioculturais adotadas por cada grupo comunitário. Em movimento similar à discussão proposta por Silva e Spinola (2018), Brandão (2014, p. 11) analisa que:

As práticas de TBC buscam ser muito mais que um 'segmento'. Nas suas práticas, a forma de fazer turismo (planejamento, gestão e prática) se dá por meio da autogestão, onde atores, entes comunitários, atuam efetivamente na realização de práticas turísticas e não somente como coadjuvantes de instituições estrangeiras ao lugar. Essa governança, para ser efetiva, acontece através de associações, cooperativas, entidades sociais e organizações abertas a todos os membros do lugar.

O TBC não é um segmento turístico, tal como alguns autores consideram, e sim uma prática turística que busca conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza. Trata-se de uma resposta alternativa que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo apontar caminhos vantajosos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora (HALLACK et al, 2011). Com isso, segundo Bacha e Strehlau (2009), O TBC pode atuar em diversas áreas, como mostra a Figura 3.

Figura 3 - Nuvem de palavras relacionadas ao TBC



Fonte: Próprio autor (2022)

O TBC é a atividade desenvolvida pela sociedade local, onde a comunidade tem autonomia sobre os recursos locais e empreendimentos por meio da participação coletiva. Essa prática, como mostra a Figura 3, pode estar presente em todos os segmentos tradicionais do turismo. A comunidade, diante desse novo modelo de desenvolvimento, deve se sentir parte do processo, pois através do sítio de pertencimento que integram, é que os membros podem igualmente se sentir donos e detentores de seus patrimônios.

Desse modo, o TBC requer planejamento participativo, pois a partir dessa perspectiva a comunidade é autogestora do seu negócio, visando o bem comum. Conforme o Projeto Bagagem (2002), o TBC é voltado para as seguintes características, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Características do TBC

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
1. Turismo da Comunidade	onde a comunidade é proprietária das ações e gestões turísticas locais
2. Para a Comunidade	principal beneficiada
3. Atração Principal	seu modo de vida, sua forma de organização, projetos sociais, tradição cultural, as atividades econômicas são valorizadas e respeitadas
4. Partilha cultural	é criada para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem por intermédio da troca de experiências e vivências dos visitantes ao convívio no cotidiano da comunidade
5. Conservação ambiental	os roteiros devem respeitar as normas de conservação da região e procuram gerar o menor impacto possível ao meio ambiente
6. Transparência no Uso dos Recursos	a comunidade participa da gestão e fiscaliza a utilização dos recursos disponibilizados em prol do seu desenvolvimento
7. Parceria Social	a busca de entidades, agências de turismo e etc. que envolva os elos de rede e cadeia produtiva em benefício às comunidades

Fonte: Projeto Bagagem (2002).

A partir dessa caracterização, o Projeto Bagagem (2011) define o TBC da seguinte forma:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva liderada pela comunidade, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza. (PROJETO BAGAGEM, 2011, p. 19).

Diante disso, o TBC emerge como uma resposta de resistência às pressões mundiais do mercado turístico que, além de excluir as populações locais dos potenciais benefícios do turismo, também ameaçam sua coesão social, cultural e seu hábitat natural. Assim, em contraposição ao turismo massificado e enraizado, em uma proposta de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável, o TBC se

consolidou na última década no Brasil como um modelo de desenvolvimento turístico que pode apontar caminhos para a sustentabilidade.

O TBC incorpora o estabelecimento de novas formas de trabalho baseadas na colaboração em prol de objetivos comuns. Isto é, coloca em prática um planejamento fundamentado no exercício consciente de corresponsabilidade, participação local e governança compartilhada, com o objetivo de, além de dar resposta à demanda dos visitantes, conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza. Trata-se, portanto, de uma prática turística nascida da percepção das próprias comunidades de que é necessário vivenciar outra forma de atividade turística.

Contrapondo o turismo massificado, o TBC busca uma vinculação situada nos ambientes naturais e culturais de cada lugar, além de requerer uma menor dependência e necessidade de infraestrutura e serviços. O MTur (BRASIL, 2010) analisa o turismo comunitário de uma perspectiva dual: por um lado essas iniciativas são vistas como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes convencionais; por outro, complementam a ordem econômica vigente. Logo, estabelece-se, ao mesmo tempo, uma relação de contraposição e complementaridade.

Já em relação ao perfil do turista TBC, são viajantes que se interessam em: gerar troca de conhecimentos; fazer intercâmbio entre as comunidades; respeitar o modo de vida local, seus valores e práticas sociais; valorizar a cultura popular e fazer da vivência uma ação única de convívio com outras culturas; e, principalmente, promover o desenvolvimento local de forma responsável e sustentável.

Pearce (2002) afirma que o contato da população local com os turistas contribui para minimizar os preconceitos envolvidos. É certo que o turista está em busca de viagens mais intensas e diversificadas, de presenciar belezas naturais, bem como conhecer e trocar experiências com as comunidades visitadas. Está à procura, portanto, de intercâmbio cultural, o que se diferencia do padrão de turista doméstico nacional, que associa turismo com momentos de descanso e entretenimento.

Observa-se que o turista comunitário se situa como consumidor consciente, que busca destinos que privilegiam comunidades que apresentam projetos socioambientais responsáveis. Desse modo, esse turista se utiliza da internet como forma de obter

informações turísticas, o que torna elemento fundamental para planejamento de estratégias de promoção e comercialização de destinos comunitários.

Esse perfil distingue-se do turista doméstico nacional, que apresenta a característica de procurar descanso e diversão ou optar pacotes formatados e organizados por terceiros. Diante disso, outras práticas do turismo estão sendo realizadas e passam a fazer parte da nova realidade. Um exemplo é a Rede Tucum, na Prainha do Canto Verde (CE) que, por meio de várias articulações, visa promover o turismo de base comunitária nas comunidades locais. Os serviços disponibilizados pela comunidade ou por agências de viagens viabilizam novas experiências e descobertas. Assim, surgem novas vertentes, ou seja, opções de turismo no contexto da segmentação, tal como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Opções de turismo no contexto de TBC

OPÇÕES DE TURISMO	CARACTERÍSTICAS
Turismo Solidário	<p>É de base comunitária. As populações locais são as gestoras da atividade turística, desde a forma de receber os visitantes ao compartilhamento dos lucros.</p> <p>Oferece melhores perspectivas econômicas para as localidades mais necessitadas.</p> <p>As comunidades se organizam para criar visitas adaptadas às realidades locais e é através da solidariedade que geram renda complementar decorrente do turismo.</p> <p>As populações rurais podem defender seus direitos, seu patrimônio, bem como afirmar-se na condição de agentes econômicos.</p>
Voluntarismo	<p>Consiste em viagens nas quais o turista desfruta do seu passeio em alguma localidade ou comunidade e se integra a algum serviço comunitário.</p>

Fonte: Próprio autor (2022).

Além das vertentes ora citadas, existem também movimentos de iniciativas coletivas que buscam a integração social e o respeito às diversidades, contribuindo

para fortalecer valores de cunho humano e ambiental. Desse modo, contribuem para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF/TBC. Essas alternativas agregam identidade, fortalecimento e motivação de viagem, sendo estas apontadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Alternativas que contribuem para o desenvolvimento do TBC

ALTERNATIVAS	CARACTERÍSTICAS
<i>Slow Travel</i>	<p>O movimento <i>Slow</i>, em geral, propõe uma mudança de comportamento em direção ao abrandamento do ritmo acelerado de fazer algo (viajar, passear, comer, produção dos alimentos etc.)</p> <p><i>Slow Travel</i> significa “viagem sem pressa” e vai contra os modelos de passeios em formato de excursões, por exemplo. A proposta é fazer com que o viajante se engaje mais com as pessoas dos locais visitados e que as viagens sejam de baixo impacto.</p>
<i>Slow Food</i>	<p>Parte de um movimento de apoio à produção artesanal e industrial de boa qualidade, no que se refere ao trato com os alimentos, ao resgate de receitas antigas e apoio às novidades que surgem.</p> <p>São pessoas que representam um novo modelo de agricultura menos intensivo e mais limpo, baseado no conhecimento das comunidades locais.</p> <p>Essas ações são capazes de oferecer perspectivas de desenvolvimento para as regiões pobres.</p>
Economia da Experiência	<p>Esse conceito foi implantado no Brasil, na Região Uva de Vinho na Serra Gaúcha, estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Essa experiência demonstrou as vantagens e os resultados de ações articuladas, que, abriram espaço para uma nova dinâmica de desenvolvimento do turismo. Isso possibilitou que sujeitos locais da cadeia produtiva do turismo, com maior ênfase na produção associada, inovassem e incrementassem sua oferta turística.</p>

ALTERNATIVAS	CARACTERÍSTICAS
Anda Brasil	<p>É um projeto que faz parte da Federação Internacional de Esportes Populares, uma entidade não governamental, com sede na França e conta com a participação de dezenas de países e caminhadas em todo o mundo.</p> <p>A entidade promove os circuitos de turismo rural com a prática de caminhadas na natureza e outros esportes não competitivos que facilitam a inclusão social do homem do campo como, por exemplo, os agricultores familiares, por meio da prática esportiva, na qual podem comercializar seus produtos provenientes da agricultura familiar.</p>

Fonte: Próprio autor (2022).

Para Irving (2009), um novo olhar sob o TBC ocorre a partir da convergência de uma série de fatores surgidos em âmbito nacional e internacional, a saber: (i) a interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) a existência do capital social e o compromisso de envolvimento das pessoas como elementos fundamentais nas ações empreendidas por projetos internacionais; (iv) a inclusão do turismo nas pautas de Organizações Não Governamentais (ONGs) de alcance internacional, associada às temáticas sociais e ambientais; (v) a mudança sutil no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental; (vi) a exigência de novas demandas na seara do planejamento, fruto da constatação de que o desenvolvimento do turismo, por vezes, não favorece às populações locais, contribuindo para a exclusão social; e (vii) a emergência dos debates sobre o “turismo e sustentabilidade”.

Além disso, o modelo de TBC considera o turismo como uma atividade complementar, e não como a única alternativa econômica, realizada de forma integrada às tradicionais ocupações desenvolvidas pela comunidade. Desse modo, por sua vez, pode ser também um meio para alcançar objetivos sociais e ambientais. Estabelece-se, portanto, entre o TBC e as atividades tradicionais de cada comunidade, uma inter-relação que é força motriz tanto do desenvolvimento local quanto da própria

comunidade em si, em um processo de interdependência. Nesse sentido, cumpre ainda considerar que hoje o Brasil encontra-se na rota do turismo convencional e também diferenciado, como é o caso do turismo de aventura, turismo no espaço rural e TBC.

O país acompanha, assim, a tendência de países como a França e os Estados Unidos, que acolheram esses novos modos de fazer turístico, em razão de existir uma demanda reprimida e que busca de forma eficiente vivenciar experiências particularizadas e singulares em seus países, a partir também da diversidade cultural, social e ambiental que existe em cada território.

3 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A questão agrária, efetivamente, se explicita em toda sua magnitude no final dos anos 50 e início dos anos 60, ganhando relevância nacional por causa da preocupação com os rumos da industrialização, já que a agricultura brasileira era vista como um atraso, um entrave ao desenvolvimento econômico (SILVA, 1986).

A questão agrária no Brasil polarizou grande parte dos debates das chamadas 'reformas de base' ou 'reforma das estruturas' no início da década de 1960. Argumentava-se então que a estrutura agrária brasileira, baseada no latifúndio improdutivo, era um empecilho ao desenvolvimento econômico. (grifo original) (SILVA, 1986, p. 33).

Nesse sentido, o principal momento histórico para a realização da reforma agrária no Brasil foi no início da década de 1960, pois se vários movimentos sociais e militâncias de trabalhadores rurais organizados se associaram no sentido de pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária. Finalmente, em toda a história brasileira, o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária.

As mobilizações no período do governo João Goulart adquiriram características de confronto e polarização crescentes, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular (SORJ, 1986, p. 23).

Dessa maneira, o momento histórico da realização da reforma agrária e a diminuição das desigualdades sociais no Brasil foi sabotado e destruído por um pacto entre as elites (o golpe de Estado). Ou seja, a velha oligarquia rural que permeava o poder político através de vários deputados, senadores, governadores, dentre outros e a burguesia industrial, decidiu manter inalterada a estrutura fundiária brasileira e, assim, mudar o rumo do país. Então, após 1964, ocorreu uma reorganização da produção agropecuária.

[...] foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção e do Estado. No caso Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terras (SORJ, 1989, p. 28).

Assim, ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e, principalmente social, as elites brasileiras optaram em manter a desigual estrutura fundiária e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade através de altos subsídios. A crise do Estado brasileiro no final da década de 1970 e início da década de 1980 explode e, gradativamente o paradigma de desenvolvimento rural nacional desenvolvimentista passa a ser ocupado pelo modelo neoliberal.

Nos anos de 1980, com o fim do regime militar, a industrialização e a modernização da agricultura brasileira, o debate da reforma agrária é retomado, principalmente a partir do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA), que pretendia assentar 1,4 milhões de famílias até o final de 1989. Diante disso, a reforma agrária retornava como pauta da sociedade brasileira mediante uma proposta governamental.

O PRNA, lançado em 1985, apresentava um discurso que considerava a Reforma Agrária como uma das “prioridades absolutas no contexto da política de desenvolvimento do País, caracterizando-se como programa da área social orientado para atender à população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social e, de um modo geral, os produtores rurais.” (PNRA, 1985, p. 16).

O Programa defendia a ocupação de “terras ociosas” e garantia a proteção à pequena e média propriedade, bem como àquelas consideradas como empresas rurais. Nesse contexto, segundo Oliveira (2006), a aplicação de um programa de reforma agrária significaria a mudança na estrutura pré-existente da sociedade, isto é, reformaria a estrutura fundiária da época.

As reformas neoliberais no meio rural brasileiro avançam significativamente, da segunda metade da década de 1980 chegando até 1994. Neste período, destaca-se que o Movimento Sem Terra (MST) passa a questionar o modelo de desenvolvimento rural neoliberal e a relação do Estado com os grandes proprietários de terra. Em

resposta à pressão política, o Estado cria dois órgãos: um para questões agrícolas, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), e outro para as agrárias, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este último ficou responsável pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), política voltada para a categoria dos “agricultores familiares”, em operação a partir de 1996.

O MST tem sua origem histórica em termos de lutas através de ocupação de terras improdutivas por volta 1979, quando ocorreram tentativas mais articuladas de ocupações de terras no Sul do Brasil. Muitos consideram o ano de sua criação 1984, quando ocorreu o 1º Congresso Nacional do Movimento. Para Stédile e Fernandes (1999), 1979 representa o princípio de sua gestação e 1984 seu efetivo nascimento. Nesse processo de formação do movimento foi importante a contribuição dada por diversos setores da sociedade, com especial destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica. Sobre essa relação, os autores explicitam:

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. [...] A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 21).

O MST é uma organização social conhecida por suas ações, principalmente, por causa das ocupações de terra, de prédios públicos e de enfrentamento do governo. Por meio dessas ações, o MST tem conquistado terras e um conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais. Dessa forma, os sem-terra vêm se ressocializando e lutando contra a exclusão. O MST passou a cobrar para que se cumprisse a Lei n.4504, de 30 de novembro de 1964, que aduz:

É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.
 § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:
 a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
 b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
 c) assegura a conservação dos recursos naturais;
 d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Já na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra e as pautas por reforma agrária e por direitos trabalhistas voltaram a ser destacadas. Conjuntamente, ocorreram reivindicações de ampliação dos espaços de cidadania (direitos políticos, sociais e culturais) e questionamentos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Nesse processo surgiram o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as “oposições sindicais” ao sindicalismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG que viria a formar o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, mais recentemente, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

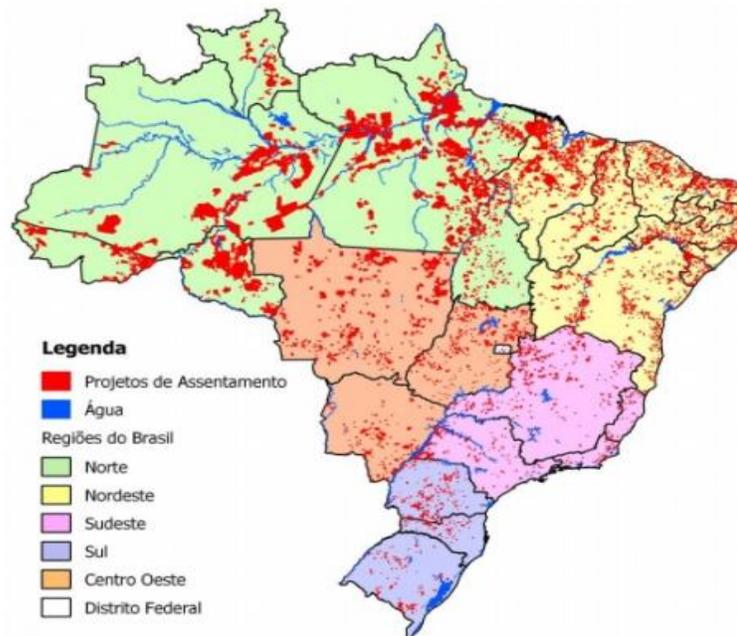
Alguns destes movimentos, desde sua origem, já se contrapunham ao modelo de desenvolvimento que o Estado brasileiro estimulava para a agricultura (produção especializada de monoculturas voltadas para exportação), destacando preocupações ambientais. Dentre esses grupos, alguns podem ser identificados como movimentos sociais, como é o caso do MST, que é o mais duradouro movimento social de luta pela terra existente no Brasil. Negar tal fato e tentar reduzi-lo a um simples ator social é diminuir a importância histórica que esse movimento, através de sua luta, conquistou.

Para Gohn (2011, p.35) os movimentos sociais “são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas”. Essas ações podem ser marchas, passeatas, denúncias, mobilizações, negociações. Hoje, os movimentos sociais têm se utilizado da internet, tanto no espaço local como o internacional. Eles representam forças sociais organizadas, fazem diagnósticos, constroem ações em coletividade, lutam pela inclusão social e despertam nos participantes, que se sentem excluídos, um sentimento de pertencimento social. Portanto, os movimentos sociais lutam por uma sociedade democrática; pelo reconhecimento de diversidade cultural; pela sustentabilidade; pelo fim de todo tipo de exclusão; pela justiça social e têm poder de controle social.

Atualmente, existem assentamentos rurais espalhados por todo o território nacional. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2015, havia no Brasil, 8.763 assentamentos rurais, ocupando

aproximadamente 86 milhões de hectares e com 924 mil famílias assentadas (MEDINA et al, 2016). Esses dados demonstram o avanço da política agrária e a relevância dos assentamentos no contexto atual brasileiro. No entanto, os assentamentos rurais no Brasil estão distribuídos de forma desigual entre as regiões do país, como pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 - Espacialização dos assentamentos rurais no Brasil



Fonte: Gosch (2020).

Segundo Fernandes (2005), no período de 1985 a 1990, o MST se territorializou nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro–Oeste e em parte da região Amazônica. Territorializar-se significa desenvolver um processo de luta e de conquista da terra, que acontece por meio da ocupação das propriedades que não estão cumprindo com a sua função social.

Ao realizarem a ocupação e estabelecerem o acampamento, as famílias criam uma determinada conjuntura política que é modificada por meio de negociações envolvendo o sem-terra, latifundiário e governo, entre outras organizações que apoiam a reforma agrária, como sindicatos de trabalhadores, partidos políticos etc.

Desse modo, acontece a territorialização da luta pela terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território, onde os sem-terra vão construir uma nova comunidade. A luta pela terra leva à territorialização, pois, com a conquista de um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Assim, a cada assentamento conquistado, o MST se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST de outros movimentos sociais e o torna um movimento socio-territorial.

Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. É o que acontece com os movimentos sociais isolados que são criados em diversos estados brasileiros. Os sem-terra organizados no MST, ao conquistarem a terra, vislumbram uma nova conquista. Assim, também dimensionam a luta pela terra em luta pela educação, saúde, moradia, crédito agrícola, cooperação agropecuária etc.

No que tange à sustentabilidade financeira do movimento, o MST recebe recursos de algumas ONG's, nacionais e internacionais, que apoiam a causa dos camponeses e que têm o mesmo objetivo de implementar a reforma agrária no País. Da mesma forma, as famílias que já estão assentadas contribuem financeiramente para o sustento de outras pessoas que ainda não conquistaram sua terra.

Ao longo desses anos de existência, o MST conquistou um lugar de importante mediador de conflitos agrários junto ao poder público e, apesar de todas as dificuldades, mantém viva sua luta não só por reforma agrária. As demandas incluem além de uma modificação na estrutura agrária brasileira, a possibilidade de uma vida digna para os trabalhadores rurais. Desde sua fundação, o movimento é organizado por meio de assembleias e congressos. A primeira é desenvolvida nos próprios assentamentos dos trabalhadores, onde todos têm direito ao voto: mulheres, homens, jovens ou idosos. O movimento é expresso de forma organizada por meio de ações de sindicatos, partidos, da Comissão Pastoral da Terra ou muitas vezes anônima, nos gestos de milhares de apoiadores e simpatizantes da luta.

Com o exposto, a ocupação massiva da terra tornou-se uma importante forma de acesso à terra. É por meio dessa ação, iniciada na década de 70 até os dias atuais, que os sem-terra tentam diminuir o processo de exclusão causado pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e sobrevivência das famílias assentadas.

Frente a essa realidade, o MST resiste e luta para transformar a questão agrária. Mas, diante da atual conjuntura política, é muito mais uma forma de resistência do que de transformação. Sem as ocupações e a conquista da terra, as famílias sem-terra estariam nas periferias das cidades somando-se ao grande número de excluídos.

3.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Os primeiros registros de experiências de TBC no Brasil datam de meados da década de 90 e foram organizados independentes das ações do poder público. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), tais iniciativas foram reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico. No início de sua atuação, o MTur atendeu demandas isoladas de experiências de TBC.

Ressalta-se que o apoio do Ministério do Turismo às iniciativas de TBC ocorreu no âmbito do Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), e estavam alicerçadas no Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão. Esse plano estava baseado na estratégia de associar crescimento de mercado à distribuição de renda e redução de desigualdades regionais e sociais.

Segundo o MTur (2010), a decisão de apoiar o TBC considerou, pelo lado da oferta, a expansão da gestão da atividade turística sob responsabilidade das comunidades locais, aliado a indicadores que apontam o sucesso de algumas destas experiências. Do ponto de vista da demanda, pesquisas nacionais e internacionais demonstram o interesse crescente dos turistas por viver experiências com culturas diferentes e ambientes preservados, revelando a potencialidade das iniciativas de turismo comunitário no Brasil.

A reflexão sobre TBC, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas. Neste período, poucos foram os pesquisadores com estímulo para mergulharem nesse campo de investigação, uma vez que, essa

marginalidade vinha também impregnada de uma crítica silenciosa de distanciamento da realidade, considerando-se as tendências de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional.

Assim, embora muitas tenham sido as iniciativas de se trazer esse tema a luz das discussões, poucas foram às iniciativas capazes de mobilizar pesquisas e políticas públicas com esse objetivo. Isso ocorreu até meados da década de 1990, quando um movimento coletivo de pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país reafirmou a intenção de desenvolver essa discussão no âmbito dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL). As diversas edições deste encontro, desde então, motivaram, de forma evidente, a demanda silenciosa por fóruns dessa natureza e o interesse interdisciplinar pelo tema.

Nesse contexto, considerando que, o turismo em todas as suas formas de expressão e intervenção interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o TBC só poderá ser desenvolvido se os protagonistas desse destino forem sujeitos e não objetos do processo.

O TBC, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Esse tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.

A demanda turística tornou-se mais exigente e evidências surgem de que os turistas desejam vivências únicas por meio da cultura e do meio ambiente. O turista busca autenticidade, intercâmbio cultural, estar conectado com a natureza e com a essência dos lugares visitados. Essas novas exigências contradizem a essência do turismo em massa que privilegia o lucro imediato e em escala e, negligencia a experiência turística em seu sentido autêntico (ZAOUAL, 2008).

Diante desse cenário e, em paralelo ao turismo convencional, novas abordagens do turismo emergem e colocam atores sociais locais como protagonistas da oferta da atividade turística. O cerne de tais abordagens, como o turismo comunitário, são as

propostas e opções diferenciadas para os visitantes, em que o público que opta por esse formato de turismo não é visto como um cliente a priori, mas é acolhido como um membro das famílias locais, interagindo com o dia a dia da comunidade, compartilhando e vivenciando as experiências daquela família. Mas, sobretudo, o que o turista vai encontrar é um turismo com “a cara de quem faz o turismo” e não um turismo “pasteurizado”, principalmente porque seus protagonistas são os que planejam, implementam e executam a atividade turística.

É no TBC que a participação ganha outra dimensão. O conceito de participação, segundo Iorio e Wall (2012) apresenta um tom vago, no qual a participação no TBC é um termo que oculta mais do que revela. Sendo assim, é importante perceber que a participação ocorre em vias de mão dupla, tanto entre os membros da comunidade, como também na relação anfitrião-visitante (UNCTAD/WTO, 2005).

Mediante o dito, o TBC passa a ser fomentado quando o turismo é entendido também como uma alternativa para a inclusão e a participação social. Desde então, diversos projetos de turismo passaram a considerar o capital social e o envolvimento das partes interessadas (*stakeholder engagement*) como elementos fundamentais para a implementação de iniciativas. Organizações não governamentais de grande alcance incluíram esse tipo de turismo em suas pautas, buscando impulsionar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, a participação dos atores sociais em todo o processo de planejamento e implementação, a repartição de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING, 2009).

Bartholo et al (2009) destacam como o turismo de base comunitária engloba também a história de luta pela posse da terra, pela preservação do meio ambiente e pelo direito ao modo de vida tradicional. Ainda, o espaço rural brasileiro vem passando por um processo de mudanças, onde agricultores familiares, pescadores e ex-extrativistas que habitam esse espaço, vêm historicamente sendo excluídos do agronegócio e passam, portanto, a buscar novas alternativas de sobrevivência (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Nota-se, portanto, que a luta pela terra não se restringe aos limites do espaço rural; ela ultrapassa os campos das análises científicas, políticas, sociais e ambientais. Porém, é preciso reconhecer também, que o movimento não possui essa força

midiática, e suas ações e experiências bem sucedidas simplesmente não chegam de maneira clara ao conhecimento dos brasileiros.

3.2 REDES DE APOIO E CASOS DE SUCESSO DO TBC

O fenômeno do TBC tem como premissa fundamental a base endógena em planejamento e desenvolvimento do turismo. Essa nova perspectiva na América Latina tem sido interpretada como uma oportunidade para a melhoria de qualidade de vida por inúmeros grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e ambiental e à margem de projetos turísticos convencionais na região (BARTHOLO et al, 2009; CORIOLANO; SAMPAIO, 2013).

Esses processos têm contribuído para que o TBC seja organizado por meio de ação coletiva e de redes locais, nacionais e latino-americanas, permitindo apontar preocupações comuns e, também, construir alianças entre indivíduos, organizações e movimentos sociais que dividem esse pensamento. Influenciam, assim, agendas de políticas públicas e o delineamento de formas de comercialização nesse setor (BARBOSA, 2011).

As redes de turismo de base comunitária criadas vêm promovendo discussões acerca dessa nova proposta de organização da atividade turística, além de estabelecer intercâmbios de vivências, lutas e desafios experimentados pelas comunidades. Nas redes de movimentos sociais predominam as ações coletivas estabelecidas a partir de vontades políticas bem definidas e comuns a todos os envolvidos.

Como exemplo, pode-se citar a Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), Projeto Bagagem, Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, Rede de Turismo Comunitário da Bahia e projetos referências, tais como, Grãos de Luz e Griôs, Casa do Boneco, A Rota da Liberdade-Cachoeira, ViverTur – Matarandiba, entre outros.

A Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) foi criada em 2004, com o objetivo de fomentar a agroindustrialização, a comercialização e as atividades pluriativas solidárias em assentamentos de reforma agrária. O programa é de

competência do INCRA em parceria com o Mtur, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e MDA. Faz parte do PNRA e conta com o programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) do INCRA, com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

Quando da criação e fortalecimento das redes, o que pretendiam o MDA, MTur e parceiros era trabalhar de forma integrada, utilizando toda atividade turística no meio rural como fator de mobilização nacional para proporcionar retorno financeiro e melhores condições de vida aos produtores, famílias e comunidades rurais. Entretanto, no atual contexto político brasileiro, em virtude de um governo alinhado à extrema-direita, essas redes e o MST vêm sofrendo reiteradas tentativas de enfraquecimento ou, no mínimo, há uma diminuição no apoio destinado a essas redes.

Por outro lado, essas redes se fortalecem a partir de iniciativas populares da sociedade civil e empresas parceiras. Contudo, no tocante à sua formação, pode-se afirmar que o Turismo Rural na Agricultura Familiar vem ocorrendo em todas as regiões e é produto das iniciativas promovidas pelos agricultores com apoio de entidades ligadas a Assistência Técnica e Extensão Rural e as entidades da sociedade civil, organizações comunitárias, formais e informais, gerando novas formas de trabalhos e negócios diversificados.

Na Bahia, na década de 1980, tiveram início alguns planos de desenvolvimento regional inserindo o turismo rural, por parte de entidades ligadas à agricultura, nas regiões mais distantes do sertão, bem como com produtores de sisal na região de Valente, demonstrando a potencialidade da atividade. Ao longo dos anos 90, por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e iniciativas particulares, surgiram programas de fomento ao turismo rural em regiões do Recôncavo Baiano, porém aquém da potência turística baiana. O governo estadual, somente a poucos anos, reconheceu o potencial da atividade como complementar ao turismo cultural e de sol e mar, um dos maiores destinos nacionais de turismo.

Hoje, regiões como Recôncavo Baiano, Costa do Dendê, Chapada Diamantina, Sertão, entre outras, são reconhecidas como áreas de aptidão turística ecorrural. A principal característica desse segmento é propiciar aos moradores da região maior

renda, uma vez que o lucro de tudo que é comercializado acaba voltando para os próprios moradores que, também, são os produtores.

O Recôncavo tem na cultura da cana-de-açúcar a base de desenvolvimento, que já no início do século XX, alimentava grandes usinas com extensas plantações, até que assoladas pela crise dos preços do início dos anos 60, essas usinas fecharam, as fazendas de cana-de-açúcar foram vendidas, divididas e transformadas em áreas de pastagens para gado ou de mato. Nos dias atuais, a matriz econômica rural definida para o Recôncavo reconhece atividades turísticas rurais como uma das formas de manutenção regional, considerando seu potencial ambiental e cultural como atrativo turístico de grande valor agregado. A beleza de suas terras, banhadas pelas águas da Baía de Todos os Santos, a cultura rural local e os povoados oferecem múltiplas experiências.

Em municípios como Santo Amaro, Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Jaguaripe e Nazaré das Farinhas, o turismo rural foi elencado pelo Governo do Estado em 2008, o que possibilitou a capacitação na área de atendimento ao cliente, construção de um portal na internet e estratégias de divulgação dos serviços de hospedagem, objetivando o desenvolvimento sustentável rural. Entretanto, ainda há necessidades estratégicas de posicionamento de mercado e entendimento do seu produto de origem. Destinos no Recôncavo como, a Vila Oliveira de Campinhos, os projetos ambientais como, o Traripe, revelam uma Bahia rural atrativa e pouco conhecida.

Vale destacar que, a Rede TRAF é constituída por técnicos, instituições e empreendedores com interesse no desenvolvimento do turismo, promovendo também um canal de debates e trocas de experiências sobre as principais questões do Turismo Rural no âmbito da agricultura familiar (BRASIL, 2001).

A atividade turística que ocorre no âmbito da propriedade dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos. (BRASIL, 2003, p. 5).

O TBC envolve princípios da prática do associativismo, valorização e resgate do patrimônio cultural e natural, autogestão, comprometimento com a produção agropecuária, sustentabilidade e respeito às diferenças regionais. Uma organização

nacional de articulação, a rede TRAF, fortalece essas ações e oferece um espaço de sistematização das informações das regiões do país, a fim de agrupá-las em banco de dados, e assim, permite que diversas pessoas trabalhem em conjunto de modo organizado.

Já a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) tem a função de fortalecer o turismo comunitário no Brasil. A Turisol consolidou como principais linhas de atuação os seguintes eixos demonstrados no Quadro 5.

Quadro 5 - Linhas de atuação da Turisol

LINHAS	FUNÇÃO
Formação e Capacitação	Encontros de Formação, Encontro Nacional e eventos nacionais e internacionais sobre o assunto
Produção de Conhecimento	Produção de materiais didáticos trabalhados nos encontros de formação e metodologias de sucesso testadas e implantadas por membros da rede. Produção de publicações e vídeos
Impactos em Políticas Públicas	Diálogo com os Ministérios e Secretarias, reuniões, sugestões, elaboração de editais, participação em rede em editais, para o fortalecimento do TC e a criação de políticas, programas e ações governamentais por um turismo justo
Promoção e Comercialização	Fortalecimento dos destinos da rede através da criação de produtos promocionais e estratégias de comercialização conjuntas

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

A Turisol é composta por organizações que se uniram para fortalecer o TBC. Para isso, desenvolveu nove projetos, em sete estados do Brasil e 59 municípios. São membros da Turisol os seguintes projetos: Rede Tucum (CE); Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (Silves, AM), Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima, SC); Instituto Terramar (Fortaleza, CE); Fundação Casa Grande (Nova Olinda, CE); Associação Projeto Bagagem (São Paulo, SP); CEAPS Projeto Saúde e Alegria (Santarém, PA); Associação Grãos de Luz (Lençóis, BA) e Instituto Formação (MA).

Com ideologia similar à da Rede TRAF e da Turisol, o Projeto Bagagem, promovido pela Associação Projeto Bagagem, é uma organização não governamental que trabalha para contribuir com o desenvolvimento de comunidades por meio do turismo comunitário. Desse modo, apoia a criação de roteiros turísticos e identifica ONGs com o perfil compatível aos princípios do TBC para promover parcerias na elaboração de roteiros turísticos e convivência, assim como dialoga com ministérios e secretarias de governo em busca do fortalecimento desse tipo de turismo no país.

Para tanto, o projeto trabalha a partir de três eixos. O primeiro cria uma rede de destinos de turismo de base comunitária, quer dizer, a comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos turísticos e gerenciar coletivamente a atividade. Além disso, a comunidade deve ser a principal beneficiária e a principal atração deve ser o seu modo de vida.

O segundo eixo forma uma rede de agências e organizações parceiras, buscando envolver todos os elos da cadeia do turismo para o benefício das comunidades. Por fim, o terceiro constrói uma rede de visitantes, partindo da ideia de que esses atores continuem apoiando a rede e as comunidades mesmo depois do fim da viagem.

Atualmente, as expedições são feitas para o estado do Pará, para as comunidades ribeirinhas de Santarém e Gurupá, além da comunidade de Lençóis, para o Grãos de Luz e Griô, na Bahia. O Grãos de Luz e Griô é um ponto de cultura, uma associação comunitária, uma rede de famílias e comunidades que nasceu em 1995 e que foi fundada juridicamente em 2001, buscando a realização dos direitos à educação, arte, cultura e desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais, rurais e de periferia da Chapada Diamantina e do Brasil. Objetivam, assim, o fortalecimento da identidade, da ancestralidade e a celebração da vida do povo brasileiro.

No Grão de Luz e Griô envolve grupos de visitantes com 7 a 15 pessoas. Elas levam um pouco da sua cultura, por meio de fotos e vídeos. Assim que chegam, os viajantes fazem uma roda de vivência, como apresentado na Figura 5. Eles participam de dança, circo, festas e eventos produzidos pela comunidade visitada.

Figura 5 - Os griôs e a reinvenção da roda



Fonte: Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/>
Acesso em: 28 ago. 2021.

Já a Rede Tucum é um projeto de turismo comunitário formado por comunidades da zona costeira cearense, construído pela união de parcerias. Conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais. Recebe apoio institucional de duas ONG's, o Instituto Terramar (Brasil) e a Associação Tremembé (Itália). O assentamento Coqueirinho, em Fortim (CE), pertencente a Rede Tucum, recebe turistas desde 2000, mas, somente em 2004, a atividade passou a ter importância para a comunidade com a construção de chalés para hospedagem dos visitantes. Passeios em carro de boi, alimentos orgânicos, apresentações folclóricas e de pequenos esquetes produzido pelos moradores são algumas das atividades oferecidas aos turistas segundo informações relatadas no site da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM, 2008).

A Acolhida na Colônia surgiu com base na associação francesa Accueil Paysan e foi estabelecida uma parceria onde os agricultores passaram a integrar esta rede e ganharam o direito de utilização da sua marca (Acolhida na Colônia no Brasil). A rede hoje está presente em 31 países, com um objetivo em comum, fomentar o movimento mundial pela manutenção da agricultura familiar (GUZZATTI, 2011).

No Brasil a entidade atua em Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo aproximadamente 200 unidades familiares de produção que desenvolvem ou pretendem desenvolver atividades de agroturismo onde a recepção dos visitantes é realizada pela família de agricultores, permitindo o contato entre campo e cidade, troca de experiências e convívio. A Figura 6 mostra um grupo de turistas visitando uma propriedade na região de Parelheiros na cidade de São Paulo.

Figura 6 - Projeto Acolhendo em Parelheiros



Fonte: Acervo digital Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC).
Disponível em: <http://www.ibeac.org.br/passaros-frutas-frescas-e-muito-verde-bem-vindo-a-parelheiros/>.
Acesso em: 14 maio 2021.

Diferentemente do que foi visto até aqui, comunidades quilombolas de Cachoeira, município localizado no Recôncavo Baiano, realizam a 'Rota da Liberdade'. O projeto tem como objetivo promover o turismo ético na região e estabelecer contato direto com os aspectos culturais e históricos que permeiam o quilombo. O roteiro do projeto envolve seis comunidades da região, são elas: Kaonge, São Francisco do Paraguaçu, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia e Camboa.

Entre os roteiros, visitantes podem acompanhar a produção de farinha, de azeite de dendê, de xaropes, além do contato com as rezadeiras e griôs do terreiro local. Um dos roteiros disponibiliza ainda um percurso de barco, passando pelo Convento de Santo

Antônio, pela Igreja Matriz de Santiago do Iguape, Camboa de Pau, o cultivo de ostras, pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição e também pelos manguezais da região. A Figura 7 mostra um grupo de franceses trazido por uma agência de viagens baiana visitando e conhecendo a cultura local na comunidade quilombola Kaonge.

Figura 7 - Turistas franceses em visita à comunidade quilombola Kaonge



Fonte: Acervo digital Quilombo Kaonge (2020).

No caso dos assentamentos rurais, eles apresentam uma grande diversidade de produtos de origem local, sejam naturais ou culturais, que despertam interesse em visitantes brasileiros e estrangeiros. Mas, para que se tornem um componente de atratividade, é necessário, sobretudo, integrá-los a roteiros turísticos. Nesse sentido, a integração da produção associada ao turismo é um fator de grande relevância para o êxito da comercialização dos roteiros, reforçando, assim, o valor dos produtos existentes e, por outro lado, incentivando a identificação de novos produtos em potencial nos assentamentos. As ações de fortalecimento do turismo promovem a produção associada, o que leva a impactos socioeconômicos cada vez mais positivos.

A Rede de Turismo Comunitário da Bahia, por sua vez, é entendida como um coletivo de representantes de iniciativas e empreendimentos de turismo comunitário (ou de base comunitária). Composta por técnicos, professores, pesquisadores e

educadores populares e do campo foi incrementada a partir de 2015. A Figura 8 apresenta o primeiro encontro preparativo no Estado para o Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário-TURISOL.

Figura 8 - I Encontro de Turismo Comunitário da Bahia 2015



Fonte: Acervo digital Rede BATUC (2015).

O Encontro Estadual de 2015 foi fundamental para dar luz à atuação do movimento de Turismo Comunitário (TC) baiano. Características marcantes tomaram formas - a necessidade de atuação no cenário político e a articulação das iniciativas e organizações do TC para que compartilhassem a busca de soluções para os seus desafios e também desenvolvessem as oportunidades que o turismo lhes ofertasse. O Encontro foi organizado por uma Comissão de lideranças das iniciativas: Centro de Educação e Cultura do Vale de Iguaçu/Rota da Liberdade, Cachoeira; ComuniCulturi, Salvador; Platatur/Coopserpp, Plataforma-Salvador; Turismo Comunitário do Calafate/Coletivo de Mulheres do Calafate.

As discussões temáticas do Encontro foram divididas pelos organizadores, conforme observações da atuação de outras redes de TC e por consulta prévia aos inscritos. As entidades que contribuíram para a formação das temáticas foram: ViverTur - Matarandiba, Vera Cruz; Projeto Somar - Itaparica; Lagoa do Boi/ FATRES - Santa Luz; Associação Santa Luzia/TBC - Itapagipe, Salvador; Ladeira da Preguiça -

Salvador; Trilha Griô/Grãos de Luz - Lençóis; Arte Consciente - Saramandaia, Salvador; UNILAB - Acupe de Santo Amaro; ToursBahia - Salvador; Tatur Turismo - Salvador; Caravel Bahia - Salvador; Turismo Afins - Salvador; ANDA Brasil; MalungoTour - Salvador; Casa Encantada - Itapuã, Salvador; Movimento Slow Food; Setor de Turismo do Governo da Bahia; UFBA – ITES, Salvador; Centro de Educação Profissional – BA, Itapuã, Salvador.

Em 2020, no dia 02 de julho, após discussões entre os membros participantes, o movimento resolveu se tornar REDE e adotou o nome de BATUC. A Rede BATUC passou a considerar o termo Turismo Comunitário para expressar todas as organizações baianas, inclusive as que utilizavam o termo Turismo de Base Comunitária em seus nomes. Também, como forma de se posicionar e contrapor às características do turismo enquanto atividade econômica, como por exemplo, o Turismo de Massa, a Rede adotou o termo Turismo Convencional (RODE, 2021). O foco atual de trabalho da Rede BATUC se divide em três elementos fundamentais: Articulação; Comunicação (se desvinculando em um novo elemento, identificado como crucial aos demais – o marketing) e Comercialização.

Estão localizados com pontos de atuação em sete das treze Zonas Turísticas do estado (Quadro 6) e em 10 dos 27 Territórios de Identidade. Complementam a oferta turística da Bahia fazendo um turismo sustentável, responsável e solidário, apoiado na agroecologia, na economia solidária, na educação popular, quilombola, indígena e do campo e no bem viver.

Quadro 6 – Pontos de atuação rede BATUC

LOCAL	ATIVIDADES
Chapada Diamantina	TBC Roteiro Em Cantos da Chapada Diamantina/Assentamentos – Itaetê TBC do Assentamento Boa Sorte – Iramaia TBC do Assentamento Mocambo/ Beira Rio Olhos D’Água – Nova Redenção Turismo do Assentamento Andaraí/Peruca /Poço Azul=Nova Redenção
Sisal	Serra Norte Ecoturismo Comunitário – Itiúba Rota do Sisal - Santa Luz
Litoral Sul	Gente do Conduru - Uruçuca Casa do Boneco/Fazenda Modelo Quilombo D’oiti –Itacaré
Baixo Sul	TBC do Quilombo Jatimane – Nilo Peçanha

LOCAL	ATIVIDADES
Sertão do São Francisco	Turismo Rural Comunitário da Juventude de Uauá
Piemonte da Diamantina	Grupo de Turismo Grota Quilombola – Mirangaba
Semiárido Nordeste II	Turismo Religioso Comunitário do Assentamento Caimã P. da Serra - Adustina TBC do Assentamento Caritá -AME Caritá – Jeremoabo
Recôncavo	Rota da Liberdade Turismo Étnico Comunitário Cachoeira TBC Turismo em Movimento/Assentamentos Santo Amaro
Metropolitano de Salvador	Turismo Comunitário do Quilombo Tereré/Maragojipinho – Vera Cruz Viver Tur Matarandiba – Vera Cruz Roteiro Cultural do Uruguai/REPROTAI - Salvador Platatur-Salvador Turismo Comunitário do Calafate - Salvador TBC do Quilombo Quingoma - Lauro de Freitas
Costa do Descobrimento	Etnoturismo Comunitário da Reserva da Jaqueira – Porto Seguro

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

Os Territórios de Identidade são considerados unidades de planejamento do Governo, integrando as políticas públicas e viabilizando na prática as condições e estruturas para que as ações sejam implementadas. A SEI, que é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado, se constitui como principal provedor de dados do Estado e atende a demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil, dando suporte à Rede BATUC.

O conceito de Território de Identidade advém do processo iniciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com toda a discussão para composição dos territórios rurais em 2003. Os territórios de Identidade são conceituados no Decreto n. 12.354, de 25 de agosto de 2010, no seu §1º.

Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. (SEPLAN, 2010).

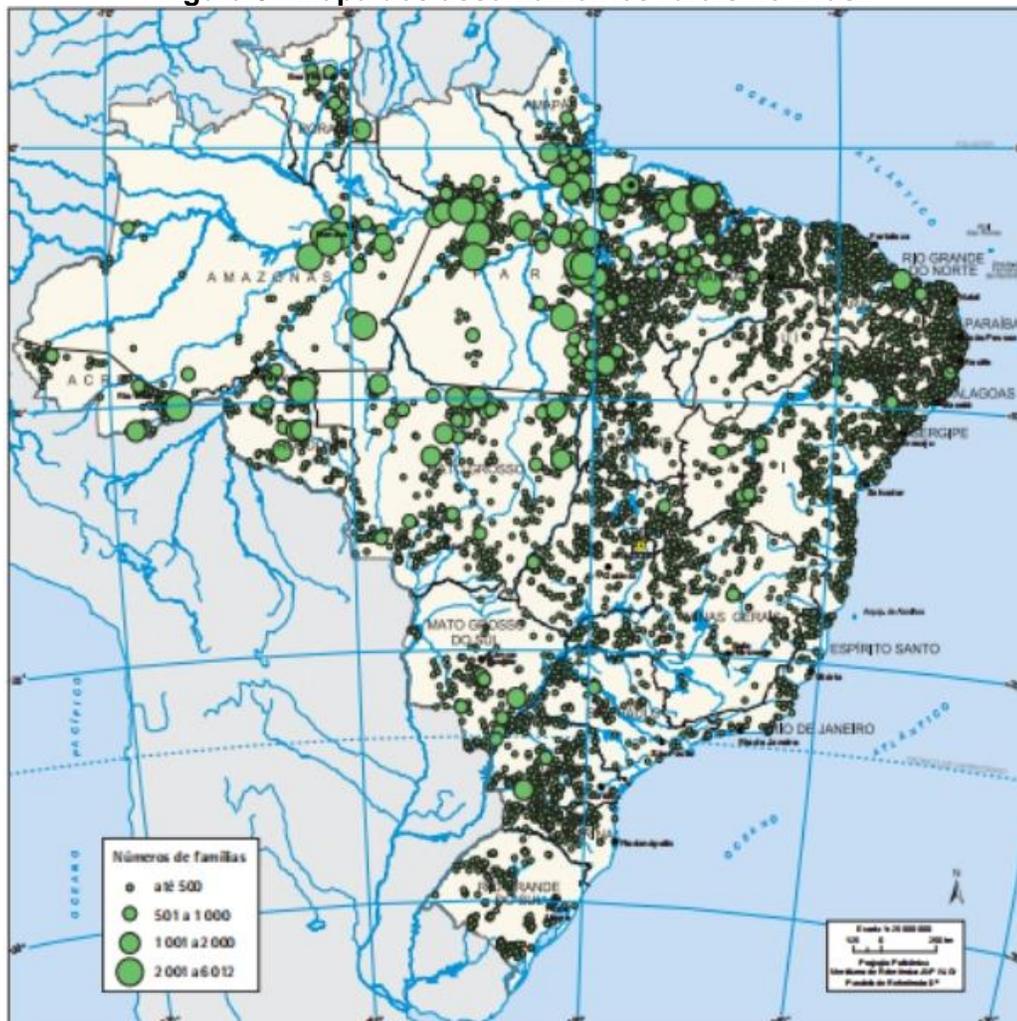
Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida

com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

3.3 TURISMO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

No Brasil, os assentamentos rurais de reforma agrária somam 1.364.057 famílias, vivendo numa área total de 87.702.072 milhões de hectares em 9.431 assentamentos rurais dispersos pelo país. A Figura 9 mostra o mapa dos assentamentos espalhados pelo Brasil.

Figura 9 - Mapa dos assentamentos rurais no Brasil



Fonte: INCRA (2020); Base cartográfica: IBGE (2016); SEI (2016).

De 2019 até maio de 2021, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) expediu 158.172 títulos provisórios e definitivos para agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária. Ao ter a posse da área, provisória ou definitiva, as famílias passam a ter acesso a linhas de crédito para investimento em infraestrutura e custeio da atividade produtiva. Podem participar, também, de programas de assistência técnica e das políticas de apoio à comercialização e aquisição de alimentos.

Destaca-se que, o título provisório, conhecido como Contrato de Concessão de Uso (CCU), garante à família o direito de residir, explorar e produzir em uma área de assentamento da reforma agrária. O assentado que recebeu o CCU não pode, no entanto, vender, arrendar ou transferir para terceiros a posse do lote. O título definitivo, chamado de Título de Domínio, transfere o lote em definitivo para a família assentada, assegurando ao beneficiário a transmissão da área para os herdeiros. O Título de Domínio é inegociável pelo prazo de dez anos.

No estado da Bahia, o movimento MST tem cerca de 26 anos e possui brigadas ao longo do território estadual (Figura 10). As brigadas servem como zonas administrativas que melhoram a articulação do movimento e abrangem assentamentos e ocupações da área.

limites fixados pelos proprietários rurais, pudessem ter um efeito anestésico sobre o crescimento acirrado das lutas dos trabalhadores rurais (FERRANTE, 1997).

Entretanto, essas mudanças muitas vezes acentuaram as desigualdades sociais e ignoraram pequenos trabalhadores rurais, o que contribuiu para o surgimento de uma massa populacional marginalizada que encontrou um meio de reivindicar o direito a terra: a ocupação. Todavia, os assentamentos na Bahia, além de pensarem na agricultura de subsistência familiar, procuraram novas formas de gerar renda extra para suas comunidades.

Dentre os novos processos que surgem no campo, o turismo vem sendo pautado como atividade alternativa para o “desenvolvimento” e sustentabilidade econômica dos assentamentos e das pequenas unidades de produção familiar. Dinis (2011) destaca que o setor turístico tem sido referenciado na literatura e nos relatos de experiências como um setor particularmente promissor para as economias nos assentamentos, capaz de promover a diversificação e agregar esforços empreendedores. Mas, argumenta também que a promoção e o apoio ao desenvolvimento endógeno e a cooperação entre todos os atores locais, bem como, a articulação com atores extra locais são elementos essenciais para o desenvolvimento bem-sucedido do turismo sustentável em territórios rurais e periféricos.

No cenário da atual economia brasileira, em alguns casos, como no dos assentamentos de reforma agrária, a prática da atividade turística surge como uma alternativa de renda e de agregação de valor ao campo, possibilitando a integração entre as gestões locais, assim como o desenvolvimento da comunidade. A partir de então, esses espaços são vistos como um destino potencial de implantação da atividade turística, envolvendo diferentes usos e significados, respeitando as tradições e oferecendo trabalho digno, bem como uma relação direta e respeitosa com a terra e a natureza.

De acordo com Souza e Hespanhol (2010), a discussão que existe acerca dos assentamentos de reforma agrária e as atividades desenvolvidas nesses espaços caminham para a descoberta de novos produtos e serviços.

A própria experiência de vida (por exemplo, a vida no assentamento), o saber-fazer expresso por meio dos alimentos produzidos (doces caseiros, queijos,

pães etc.), do artesanato (cestos, bordados manuais etc.) e a própria lida no campo, poderiam se constituir em possibilidades para que os assentados tivessem o turismo como uma alternativa de renda nos assentamentos pesquisados. (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p. 13).

Portanto, entende-se que é possível tratar a atividade turística como um setor capaz de contribuir e diversificar a renda que circula nos assentamentos rurais e, ao mesmo tempo, agregar valor às atividades já existentes, de modo que não as modifique. Porém, a implantação do turismo nesses locais, assim como em outros, pode ou não ser aceita por parte da comunidade, uma vez que os interesses existentes entre as partes envolvidas e a contribuição esperada para o desenvolvimento social, político, econômico e ambiental, pode não atingir às expectativas de todos os moradores.

O turismo, atualmente, é percebido pelo MST como a oportunidade de dar visibilidade às problemáticas enfrentadas na luta pela reforma agrária. O Movimento, por exemplo, reconhece que, diante de um modelo de organização social perverso e de agricultura insustentável, a organização dos trabalhadores do/no campo, atrai olhares “turísticos”, para além da mera contemplação da paisagem (MELO, 2009).

A luta pela terra não se restringe aos limites do espaço rural e, é aí, onde o turismo pode se constituir como uma real ferramenta de mudança social, auxiliando não somente no desenvolvimento das comunidades rurais assentadas, mas também na luta do movimento social. O turismo em assentamentos rurais não necessariamente envolve toda a comunidade, mas grupos, eventualmente, pequenos de moradores. O controle efetivo das atividades relacionadas ao turismo pela comunidade local é uma condição essencial dessa proposta. Logo, sem a dominialidade não há turismo de base comunitária. É esse elemento-chave que garante o estabelecimento dos direitos de propriedade nas diversas dimensões da atividade.

A gestão da atividade deve ser desenvolvida com sensibilidade e responsabilidade para que o limite máximo de crescimento da atividade possa ser identificado antes que seja ultrapassado, pois geraria, além de impactos naturais graves, o descontentamento do público que vinha sendo contemplado e a desagregação da comunidade receptora. Porém, muitas são as experiências bem-

sucedidas por todo o país, onde proprietários rurais e outros empreendedores com interesses em comum formam grupos para facilitar e promover o incremento da atividade, e assim fortalecem a governança local em prol do turismo rural.

Essa articulação com base local é fundamental para possibilitar uma melhor convergência de interesses que contemplem as reais necessidades da comunidade e atores locais. Isso motiva o engajamento em torno de uma causa que tem como objetivo estimular a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem ou trabalham em um destino turístico potencial ou consolidado.

De acordo com o site Portal Ir3 (2021), nos assentamentos Formiguinha e Serra das Araras, ambos no município de Mineiros (GO), trilhas, cavernas, cachoeiras, piscinas naturais, animais silvestres e vegetação preservada são os principais atrativos. A hospitalidade e a cordialidade das famílias que recebem o turista são outros pontos fortes. Dessa forma, pode-se entender ainda que o turismo no assentamento no contexto da agricultura familiar tem menor importância econômica para a geração de emprego e renda. Tem-se maior dimensão sociocultural na valorização da cultura e hábitos da trajetória histórica e dos recursos naturais, fatores estes que também são importantes quando se busca uma maior coesão social nas comunidades de agricultores familiares.

Por fim, e entre aspectos positivos e negativos, parece haver um grande consenso de que o turismo rural, quando bem desenvolvido, contribui para diversos aspectos do desenvolvimento local como: o resgate e a valorização da autoestima das pessoas, que passam a ver sua cultura, seus fazeres e saberes como fatores capazes de instigar o interesse, e até motivar um fluxo de visitantes e turistas para vivenciar o que é cotidianamente realizado. Ocorre também a melhora na relação entre pessoa e lugar, estreitando os canais de relacionamento e os vínculos com determinado território através do desenvolvimento de atividades de interesse comum, com forte valorização das características do local.

Ainda como benefícios tem-se a força do turismo como instrumento capaz de proporcionar um novo olhar e melhorar a qualidade de vida, bem como tem a possibilidade de agregação de valor às atividades tradicionais, à beleza cênica e ao patrimônio intangível. Uma outra vantagem é o empreendedorismo que envolve e

estimula direta ou indiretamente pessoas da comunidade a atuarem proativamente na atividade turística, ajudando-as na reinserção dinâmica e sociocultural no local.

3.4 EXPERIÊNCIAS DE TBC EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA BAHIA

Para planejar e desenvolver a atividade do turismo em assentamentos de reforma agrária é necessário que a localidade possua atrativos efetivos, que estejam aptos para tal prática. Para saber se o assentamento Eldorado – o lócus dessa pesquisa – tem esse requisito, foi preciso avaliá-lo mediante método de comparação em relação a outros assentamentos que têm o bom funcionamento da prática da atividade do turismo de base comunitária, para que as informações obtidas possam ser usadas em um futuro planejamento da atividade.

3.4.1 A Escolha dos Assentamentos

Definir quais assentamentos deveriam ser contemplados na elaboração dessa metodologia exigiu uma análise comparativa. Decidiu-se, no entanto, colocar como critério que, os assentamentos fossem na Bahia e que desenvolvessem na prática a atividade do TBC. A partir daí, optou-se por três: Assentamento Baixão, em Itaetê; Assentamento Caritá, em Jeremoabo e Assentamento Pancada Grande, em Itacaré.

Os assentamentos selecionados fizeram parte do programa Terra Sol, em convênio com o INCRA em 2013, e já desenvolviam a atividade do TBC. Comportavam a visitação de turistas para a prática de atividades desenvolvidas dentro dos assentamentos que, iam desde a participação da rotina dos assentados nas roças individuais ou coletivas, visitas aos atrativos naturais até o simples fato de ouvir as estórias dos assentados mais antigos e entender todo o processo de conquista daquele espaço.

O programa envolveu a implantação, desenvolvimento e acompanhamento de atividades nas temáticas de fomento à agroindustrialização e à comercialização, abrangendo as famílias assentadas e os técnicos do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). De forma complementar, quando necessário, também houve a

participação de outros atores considerados importantes nos Territórios de Identidades da Bahia.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2010, p. 4), o território é conceituado como:

Território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

De modo diverso ao MDA, Haesbaert (2004) entende o território a partir da apropriação (simbólico-cultural) e dominação (político-econômico). Apresenta as três principais vertentes do território: jurídico-política (espaço de poder do Estado, das instituições, como a Igreja e grupos sociais), cultural (simbólicas e identitárias) e econômica (produção material e contradições sociais). A natureza é vista como território de recurso econômico que é dominado por um seletivo grupo social.

Essas vertentes básicas apontam diferentes enfoques da perspectiva parcial do território. Porém, Haesbert (2004) visualiza o território contemporâneo (globalização e fragmentação) balizado numa visão integradora, pois a leitura do território como espaço não pode ser considerada estritamente política, nem unicamente cultural e tão pouco econômico ou natural. Ou seja, ele é melhor analisado pelas suas diferentes dimensões. Assim, o território é relacional (espaço-tempo, movimento, fluidez e interconexão).

Portanto, todo território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, dado que são exercidos domínio sobre o espaço, tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. Ainda para Haesbert (2004), os dominantes privilegiam o caráter funcional e mercantil dos recursos, os dominados combinam com igual intensidade funcionalidade (recurso) e identidade (símbolo), mas valorizam mais este último, enquanto garantia de sobrevivência, uma vez que “perder seu território é desaparecer”.

As ações foco do programa Terra Sol justificaram-se pelas demandas advindas dos assentados em função do crescente fluxo de turistas nacionais e internacionais que

procuram TBC. Isso em função da valorização da cultura local e rural, do meio ambiente e da experiência de qualidade e enriquecedora, ao mesmo tempo, para o visitante e as comunidades.

Esse fato reforçou a necessidade de organização comunitária para gestão do turismo em várias vertentes, como: capacitações temáticas no tocante às especificidades de serviços de hospedagem; condução de visitantes; manipulação de alimentos; artesanatos; culinária de raiz, artes e culturas típicas dos locais; valorização do patrimônio natural e cultural e sinalização temática.

3.4.1.1 Atributos considerados na escolha de um assentamento para visitaçã

O novo turista é um consumidor cada vez mais exigente que, quando parte em viagem, busca a vivência de experiências únicas e inesquecíveis. Os interesses e as motivações individuais envolvem a procura por espaços ou atrações específicas. Desse modo, a escolha por um destino está fortemente relacionada à análise dos turistas quanto às características que o local apresenta (HUYBERS, 2003). Portanto, perceber o comportamento dos turistas em relação à a escolha do destino garante vantagens estratégicas às agências de turismo, contribuindo para o alcance de seus objetivos (HULTMAN et al, 2015).

Para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, o primeiro passo é identificar e avaliar se, no destino ou região, existem atrativos turísticos significativos, com potencial para despertar o interesse e motivar o deslocamento do turista especialmente para conhecê-los. Quanto maior a diversidade dos atrativos, maiores serão as possibilidades de se criar produtos diferenciados, com mais opções e atividades. E quanto maior o leque de ofertas qualificadas de produtos turísticos, melhores serão as possibilidades para estimular o tempo de permanência do turista no destino.

Em vista desses atrativos, o turismo pode se apropriar de muitos elementos existentes no campo para atrair fluxos turísticos, seja um único elemento chamariz como, o modo de vida da comunidade assentada ou, um conjunto de atrativos gerando um circuito de visitaçã. O circuito pode ser instituído pelo poder público, pela iniciativa

privada ou pela própria comunidade por meio de uma rota, roteiro e outras estratégias. Todavia, a implantação, operação, gestão e o controle das atividades turísticas nos assentamentos devem priorizar a participação comunitária e o respeito ao patrimônio natural e cultural (SILVA, 2015).

Portanto, o desenvolvimento das atividades turísticas em assentamentos rurais necessita ser pautado pela sustentabilidade das ações, participação e protagonismo comunitário. Ademais, o planejamento turístico deve enfatizar as características da localidade, suas potencialidades, oportunidades, fraquezas e ameaças. Neste cenário, com base em um documento produzido pelo sistema de inventário turístico – INVTUR, em 2011, ficou estabelecido que os atrativos naturais deveriam ser classificados nas seguintes categorias: Montanhas, Planaltos e planícies, quedas d'água.

Atualmente, esses atributos tornaram-se mais abrangentes, sendo sete os atributos para o desenvolvimento de TBC (Quadro 7), ou seja, características responsáveis em atrair esse “novo turista” que busca os assentamentos de reforma agrária.

Quadro 7 – Atributos que atraem o turista para os assentamentos

ATRIBUTOS	CARACTERÍSTICAS
Naturais	Contemplam as mais diversas paisagens; incluindo sua biodiversidade, suas formações geológicas e corpos d'água.
Culturais	As manifestações culturais de uma localidade são representadas por pessoas que adquiriram conhecimentos de modo informal com indivíduos da mesma sociedade.
Hospedagem	Exige garantir a sustentabilidade dos recursos, investindo na conservação da natureza a partir da adoção de uma postura de responsabilidade ambiental.
Organização social	Atividade em conjunto na busca de alcançar interesses em comum.
Conservação do Meio Ambiente/Sustentabilidade	Iniciativas sociais ecologicamente sustentáveis.
Infraestrutura Básica	Adequação da infraestrutura para favorecer o desenvolvimento dos assentamentos.
Gestão Participativa	Fomento de políticas públicas capazes de potencializar o desenvolvimento da atividade no espaço natural e a equidade social.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

Os atrativos naturais demandam o gerenciamento do homem e, na medida do possível, a preservação de sua forma original (EMBRATUR, 2008). Em princípio, qualquer componente da natureza pode ser considerado um potencial turístico. A viagem, entretanto, não é determinada apenas pela qualidade dos recursos em si, mas

também por uma série de condições favoráveis, como a proximidade com o local de destino, o que torna positiva a relação tempo-custo-distância entre o turista e o receptor, facilitando o deslocamento.

O termo turismo de natureza é geralmente aplicado às atividades turísticas que utilizam os recursos naturais como atrativo, os quais devem estar em certo estado de conservação (DENG et al, 2002). Com o crescimento dos problemas enfrentados no dia a dia das grandes cidades, a natureza passou a ser valorizada não só como palco para o desenvolvimento das atividades turísticas, mas também como uma oportunidade de se encontrar consigo mesmo por meio do fortalecimento das relações com o ambiente.

Os atrativos culturais estão relacionados a cada comunidade, ou seja, cada uma possui peculiaridades, dessa forma suas manifestações serão diferentes diante das demais. Santos (1996, p. 12) relata que “cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes.”

Por essa perspectiva, os assentamentos podem aproximar indivíduos de regiões diferentes com manifestações culturais e costumes diversos, configurando novas condições para as famílias assentadas que estabelecerão relações sociais. Logo, esse espaço de sociabilidade tem a possibilidade de se tornar um mosaico cultural, e, ao longo do tempo, com a fusão desses elementos diversificados, será gerada uma particularidade da cultura local. Canclini (*apud* CARVALHO, 2001, p. 23) observa que:

[...] os bens culturais de um determinado grupo surgem das necessidades globais de um sistema social e por ele está determinado, ou seja, existe sempre uma organização material própria para cada produção cultural. Tais bens culturais, entre eles o artesanato, sejam de comunidades tradicionais ou das classes populares rurais e urbanas, são manifestações da sua cultura popular.

Os atrativos culturais incluem ainda o artesanato produzido nos assentamentos. Eles possuem duas motivações: a primeira refere-se ao lazer das comunidades, e a segunda como fonte de renda alternativa, ou seja, produção não agrícola. Mesmo durante o lazer, que se caracteriza por atividades que implicam prazer e desprendimento individual, os assentados produzem artesanatos e artefatos que se

identificam com o processo de confecção, experienciando prazer, e os atrelam às necessidades domiciliares.

A valorização do homem do campo, traduzido na cultura, permite envolver populações e comunidades que, assentadas, restabelecem relações com a natureza e com o campo recentes. Compreender as singularidades do homem do campo, suas necessidades e potencialidades, dá subsídio as propostas de atividades alternativas para geração de renda, tendo em vista as dificuldades encontradas pela baixa renda e restrições na produção.

Os artefatos culturais abarcam atrativos de ordem material e imaterial. Os materiais incluem bens arquitetônicos que foram construídos com a intenção de atrair turistas como, parques temáticos, museus e teatros; e ainda, como é o caso de igrejas, monumentos e casas. Os imateriais concentram a gama de manifestações folclóricas, celebrações, feiras e também os saberes e fazeres. Os atrativos culturais ainda podem ser classificados como permanente ou temporário isolado ou em *clusters*, urbano ou rural. Ressalta-se que, é necessário existir a intervenção humana para a consolidação do atrativo, pois, caso não haja, dá-se o nome de atrativo potencial ou recurso turístico, visto que estes “em sua forma original não são mais que a matéria prima dos futuros atrativos.” (OMT, 2001, p. 121).

Quanto a hospedagem, a população assentada desenvolve práticas de hospedagens há anos, reportando-se à época dos conflitos ambientais pela posse de terra, onde hospedavam companheiros de lutas, mas não tinham o cunho turístico.

Os habitantes em sistema de mutirão recebiam em suas residências “companheiros ou compadres”, parceiro de lutas, como eles falavam popularmente, e auxiliavam nos embates, caracterizando hospedagem familiar. A partir daí, emergiram as primeiras experiências de turismo de base comunitária calçados na mobilização da comunidade através de ações cooperativistas e solidárias.

Atualmente, a maioria dos assentamentos ainda preserva a prática de hospedagem nas suas residências, porém assentamentos com uma consciência mais definida da atividade turística conseguiram implantar pousadas ou alojamentos coletivos, praticando de forma simples e sustentável do ato de acolher.

Os meios de hospedagem servem de suporte básico para o desenvolvimento do turismo, sobressaindo-se na busca por tecnologias limpas e práticas mais sustentáveis. O fato de ser um dos principais elementos do turismo, reafirma a necessidade de redirecionamento nos processos de gestão desse atributo, não só nos grandes centros urbanos como também no espaço rural.

Outro atributo é a organização social. A origem dos assentamentos rurais é um exemplo de organização social. Agricultores sem-terra se organizam em busca de um objetivo comum: o acesso à terra.

A grande maioria dos assentamentos rurais no Brasil é subdividida por lotes individuais. Essa lógica de estruturação cria certo isolamento entre as famílias, ficando cada uma delas vinculada apenas às atividades produtivas referentes a seus lotes. A falta de articulação entre os assentados é um dos entraves para soluções de problemas, como ausência de casas, falta de energia elétrica e de água, entre outros. Portanto, o trabalho organizado e em conjunto pode atuar como facilitador para solucionar esses problemas.

De toda forma, o processo de organização social e econômica das famílias assentadas deve partir da identificação de interesses e oportunidades demandadas pelas próprias famílias, possibilitando a comunidade, dentro de um processo de reflexão, determinar o destino daquele novo espaço. A organização coletiva deve ser trabalhada como meio para uma melhor convivência social, além de ser um importante instrumento na viabilidade social e econômica nos projetos de reforma agrária.

Nesse sentido, a constituição da associação faz-se necessária até mesmo para facilitar o processo de negociação juntos a órgãos, como o INCRA, tendo em vista toda a infraestrutura que deverá ser construída na área. Com isso, a organização social e política apresenta-se também como sendo de fundamental importância para o planejamento de alternativas de renda para população local, como o turismo de base comunitária.

Ainda como atributo está a conservação do meio ambiente e sustentabilidade. A percepção do turista e de seu papel na seleção de destinos, social e ambientalmente desejáveis, vem exigindo do setor turístico uma nova postura, que privilegia a competitividade, mas também as especificidades das escolhas do turista e a qualidade

do destino. Entretanto, esse caminho só será possível se a participação social for assegurada como um direito de cidadania para a tomada de decisão política, em qualquer nível.

Os assentamentos rurais se mostram bastante propícios as iniciativas sociais e ecologicamente sustentáveis que visam atender, de forma integrada e participativa, às necessidades do turista, construindo um modelo tecnológico agrícola e uma organização agrária alternativa. Nesse sentido, os assentamentos rurais no Brasil, notadamente aqueles organizados em torno do MST, representam o espaço para a adoção de princípios e práticas agroecológicas, pois reúnem em torno de si uma estrutura social agrária com base na unidade familiar, no trabalho agrícola associativo e cooperado e na preocupação ecológica e ambiental.

Em relação à infraestrutura básica, as relações entre infraestrutura e desenvolvimento e, mais especificamente, o processo de adequação da infraestrutura para favorecer o desenvolvimento dos assentamentos, envolve o entendimento de especificidades e do processo de formação socioespacial dos assentamentos, conforme analisa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA (IPEA, 2010).

Nesse sentido, Bruno e Medeiros (2001) afirmam que problemas relacionados à infraestrutura contribuem para a evasão dos assentados. Isso ocorre quando há o descumprimento das funções por parte do Estado ou a infraestrutura é implementada de forma diferente da vontade ou necessidade das famílias assentadas, principalmente no que se refere à disponibilidade de água, energia elétrica, moradia, transportes e serviços de ensino. Esse sistema de infraestrutura é constituído por alguns subsistemas como: o viário; de drenagem pluvial; de abastecimento de água; energético e de comunicação.

De acordo com Dwyr e Kim (2003), as razões fundamentais, pelas quais potenciais visitantes optam por um destino, são primeiramente influenciadas pelos recursos básicos do destino. Os recursos intrínsecos correspondem às características físicas e ambientais (condições climáticas, paisagem, flora e fauna e outros ativos geofísicos), bem como aos atributos socioculturais do lugar (história, instituições, modo de vida, características arquitetônicas, gastronomia, tradições, arte, etc.) (BENUR; BRAMWELL, 2015). Por outro lado, os recursos criados incluem a infraestrutura

turística (hotéis, atrações, rede de transportes), os eventos especiais, o leque de atividades disponíveis, entretenimento e compras (DWYER *et al.*, 2004).

Apesar dos recursos intrínsecos e criados serem os principais motivadores para as escolhas dos turistas, destinos turísticos prósperos também dependem de recursos e serviços de apoio (CROUCH, 2011). Nesse sentido, a infraestrutura de apoio turístico pode ser entendida como um "conjunto de obras e instalações de estrutura física de base, que criam condições para o desenvolvimento de uma unidade turística, tais como: sistema de transportes, de comunicações, serviços urbanos (água, luz, esgoto, limpeza pública) etc." (EMBRATUR, 1984, p.8);

Há ainda que se considerar a acessibilidade e a qualidade de serviços. A acessibilidade refere-se a todo o sistema de transporte incluindo frequência, facilidade e qualidade dos meios de transportes, regulamentos de aviação, autorizações de entrada, requisitos de visto, concessões, capacidade aeroportuária, concorrência entre as transportadoras. Já a qualidade dos serviços também envolve a hospitalidade, a simpatia percebida da população, a atitude da comunidade local em relação ao turismo e as relações de mercado, que incluem várias dimensões ao longo do qual um destino se estabelece e constrói vínculos com os mercados de origem (DWYER; KIM, 2003).

Por fim, a gestão participativa que proporciona uma maior abertura representativa de comunidades, organizações não governamentais e demais órgãos institucionais, no intuito de alavancar melhorias e salvaguardar os hábitos dos residentes.

Na visão de Beni (2006), é imprescindível que haja a vinculação do público e a corresponsabilidade junto à população, em qualquer que seja o projeto de mobilização social, para que as pessoas compreendam o quanto sua participação é importante, e assim acreditem na concretização do projeto. Em se tratando de assentamentos e agricultura familiar, geralmente, existem grupos gestores compostos pelos representantes dos grupos de produtores assentados e por representantes das cooperativas e associações de base.

Diante dos atributos expostos, partiu-se para coleta de dados, a fim de construir o quadro comparativo. Esse método visou converter os critérios em valores, de forma que, pudessem ser analisados e processados, permitindo que elementos imensuráveis

fossem comparados, para alcance do objetivo principal. Foi estabelecida uma escala absoluta para realizar as comparações dos critérios dos assentamentos, tendo como referência o Eldorado. Assim, o primeiro passo consistiu em avaliar o potencial de atratividade dos assentamentos investigados, com base no grau de importância dentro do assentamento, como apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Valor e descrição dos critérios de avaliação dos assentamentos

VALORES	IMPORTÂNCIA NO ASSENTAMENTO
0 – Inexistente	Não existe a prática no assentamento
1 - Pouco Explorado	Importância pequena praticada no assentamento
2 - Moderadamente Explorado	Grande importância ou essencial no assentamento
3 - Fortemente Explorado	Importância absoluta no assentamento

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

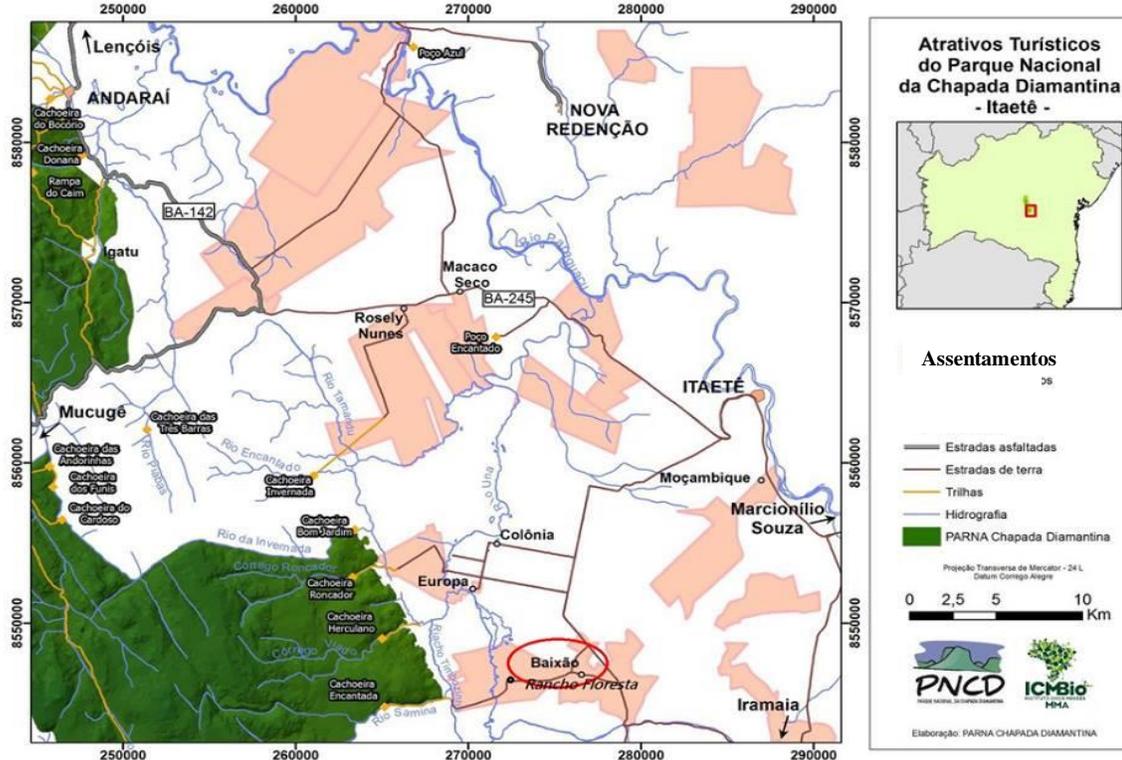
A avaliação englobou as peculiaridades e o interesse que podiam despertar nos turistas, para então estabelecer um valor quantitativo, de zero a três, segundo o grau de importância dentro do assentamento.

3.4.2 Os assentamentos e seus atributos

3.4.2.1 Assentamento Baixão

O assentamento Baixão (Figura 11) está localizado próximo ao povoado do Rumo, 30km do município de Itaetê - Andaraí. O acesso ao Projeto de Assentamento (PA) se faz pela rodovia BA-245. Sua entrada fica após 3,5km, sentido ao povoado de Colônia, num trajeto de 27,5km feito em estrada de chão batido.

Figura 11 - Mapa de localização do assentamento Baixão



Fonte: Prefeitura de Mucugê (2017).

Disponível em: <https://rogeriomucuge.wordpress.com/>
 Acesso em: 01 nov. 2022.

A fazenda pertencia à empresa Agropastoril Quatro Irmãos Ltda., que era proprietária de uma área de 12.420,2000 hectares de terra, distribuídas no país em quatro imóveis. O Conjunto Brasiléia, formado pelas fazendas São José, Brasiléia e Baixão tinha uma área de 3.646,0878 ha que foi dividida em 145 lotes individuais de 16 hectares cada.

Alguns moradores não se adaptaram ao local e foram embora, os quais inicialmente se abrigavam em barracos de pau e lona. Atualmente, o lugar conta com casas de alvenaria, água encanada e energia elétrica. Cada família dispõe de dois lotes de terra, onde plantam para o sustento e, cujo excedente é vendido. Os lotinhos, como são chamados, são próximos ao Rio Una, e as culturas são produzidas com o processo de irrigação direto dos rios.

Os atrativos naturais do assentamento Baixão, segundo a avaliação, são de valor 3. A questão ambiental tem avançado muito, em razão das práticas conservacionistas dos assentados que preservam as matas ciliares, praticam o consorciamento do caju

orgânico com outras culturas, desenvolvem práticas agroecológicas sustentáveis, não possuem a tradição da produção de carvão (prática recorrente na região) e realizam compostagem com o lixo orgânico.

Possuindo grande parte da sua área nos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, o assentamento Baixão tem procurado integrar-se ao turismo regional. Após a articulação e a capacitação de alguns jovens do assentamento, foi implantado um núcleo da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê (ACVI) no local, com o objetivo de dar suporte às atividades de exploração do potencial turístico como a Cachoeira Encantada, situada no Parque Nacional da Chapada Diamantina - PNCD e o acesso pela área de proteção do Baixão.

O PA Baixão foi o único onde foi realizado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA) em 2000. Essa intervenção do Estado garantiu aos assentados informações acerca da qualidade dos solos e do potencial produtivo. Esse estudo orientou a organização espacial do assentamento, levando os assentados a priorizarem os solos mais profundos para a delimitação dos lotes, deixando os solos “fracos” e desgastados como reserva legal. Como parte do assentamento está localizada no perímetro do Parque Nacional da Chapada Diamantina, as matas ciliares dos rios Una e Timbó, que cortam o local foram definidas como área de Reserva Permanente.

Trata-se de um local de difícil acesso, onde se percorre 25 km em estradas não pavimentadas e depois se caminha por uma trilha bem acentuada, com cerca de 4 km de extensão.

Também é possível encontrar, a 9 km do Assentamento Baixão, a cachoeira Encantada apresentada na Figura 12. O acesso à surpreendente queda d'água de 230m de altura pode ser feito tanto por baixo quanto por cima, com a possibilidade de dormir no local. Nas duas opções, avistam-se cânions de até 400 m, animais silvestres, como macacos, além de pinturas rupestres.

Figura 12 - Cachoeira Encantada



Fonte: Prefeitura de Mucugê, (2017).
Disponível em: <https://rogeriomucuge.wordpress.com/>
Acesso em: 10 ago. 2021.

Os atrativos culturais do Baixão tiveram valor 1. Foram identificados roteiros menos “comerciais”, nos quais o visitante pode conhecer fabricação artesanal de rapadura e o modo secular de se fazer a farinha de mandioca herdada dos índios. Em algumas opções também está incluso o “colha e pague” em plantações agroecológicas, onde quem visita sai com a sacola repleta de frutas, legumes e verduras.

A hospedagem representa grau 3, pois, para impulsionar o turismo foi construída uma Eco pousada apresentada na Figura 13, com capacidade de abrigar 16 pessoas, por meio do Programa Terra Sol, convênio com INCRA. A pousada é gerida pela associação do assentamento.

Figura 13 - Eco Pousada rural do assentamento Baixão



Fonte: Disponível em: instagram - @ecopousadabaixao2021.
Acesso em: 4 dez. 2021.

O empreendimento foi instalado onde funcionava a casa sede da fazenda e serve para hospedar os que queiram conhecer a Cachoeira Encantada e o modo de vida de quem vive em assentamentos rurais. Já as Figuras 14A e 14B mostram a parte interna (recepção e quarto) da Eco Pousada.

Figura 14 - Recepção e quarto da Eco Pousada Rural



Fonte: Fonte: Disponível em: instagram - @ecopousadabaixao2021.
Acesso em: 4 dez. 2021.

O atributo organização social do assentamento teve valor 3. Este atributo é caracterizado pela divisão das famílias em grupos, denominados de brigadas. No Baixão são 14 brigadas, sendo cada uma composta por 10 assentados. De cada brigada é escolhido um representante. A organização dos núcleos de brigadas do assentamento Baixão são as seguintes: frente de massa, setor de comunicação, setor de gênero, setor da juventude, setor de saúde, setor de produção, setor de formação e setor de educação. Desta forma, o representante de cada núcleo de brigada faz a articulação com os outros setores.

Existem também as brigadas de trabalho coletivo no assentamento. O assentamento tem um grupo formado de 40 jovens, com reuniões quinzenais, nas quais se discutem questões relacionadas à geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida do assentamento e outras questões. Esse grupo discute o Projeto de Apicultura para o assentamento, que possui área para a execução da atividade, mantendo assim, o jovem no assentamento. A participação da mulher tem sido ínfima, porém, têm aumentado gradativamente com o avanço dos trabalhos de serviço de ATES.

Segundo Trabuco (2008), a associação encontra dificuldades para mobilizar os assentados e convencê-los a estarem presentes nas atividades do MST. Por outro lado,

os assentados frequentam as instâncias no interior do assentamento, como as brigadas e os setores. A falta de participação não enfraquece a identidade do MST, pois todos se declaram integrantes do Movimento. Isso talvez se deva à presença de militantes nas instâncias de poder do assentamento, que atualizam a práxis via a condução das assembleias, fortalecendo as brigadas e valorizando os símbolos do Movimento. Ademais, os assentados recebem informes sobre as atividades do MST nas assembleias.

Quanto a conservação do meio ambiente e sustentabilidade, este atributo obteve valor 3. O Baixão destaca-se por desenvolver o ecoturismo, visto que possui belas paisagens, trilhas, grutas e a Cachoeira Encantada, situada no Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD). O parque possui 152.000 hectares e protege uma parcela da Serra do Sincorá, que é a parte norte da Serra do Espinhaço, cadeia montanhosa que se estende de Minas Gerais à Bahia. Possui grande diversidade ecológica e ambiental, abrangendo três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. O Parque está inserido nas Reservas da Biosfera (RB) da Caatinga e da Mata Atlântica.

O Parque Nacional pode ser acessado pelos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê (Região Sul do parque - local do Assentamento Baixão), Lençóis, Mucugê e Palmeiras, através de 38 trilhas de entrada. A sede administrativa do Parque Nacional fica na cidade de Palmeiras. Não há estruturas institucionais de apoio à visitaçã dentro do Parque Nacional, tais como guaritas ou centro de visitantes, portanto, não há cobrança de ingressos.

A infraestrutura do assentamento é de valor 2. O local é formado por uma Agrovila onde há posto de saúde, escolas com o Ensino Infantil, Fundamental e Médio, associação de condutores de visitantes, posto dos correios, supermercados, casa de material de construção e um previ fogo. A agrovila possui estrutura para que os moradores não precisem se deslocar para o município de Itaetê. Vale ressaltar, por outro lado, que no entorno da agrovila foram distribuídos lotes para os pequenos produtores. Contudo, não obtiveram acesso a créditos e nem a infraestrutura necessária para desenvolverem suas atividades.

A água utilizada pelos assentados é de excelente qualidade, pois é proveniente de uma nascente localizada na serra (dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina). Ela chega ao assentamento por gravidade através de uma infraestrutura de captação e distribuição já existente na fazenda. A água quase mineral é utilizada tanto na produção (molhar plantações, dar água ao gado) quanto para o consumo nas residências. Já a energia elétrica é comunitária e o pagamento é realizado pela associação mediante arrecadação de uma taxa entre os assentados.

No local, ainda há campo de futebol e igrejas de diferentes religiões. Diferente do que ocorreu em outros assentamentos da região, a união entre as pessoas não foi apenas durante a invasão da propriedade, e sim, nas lutas em prol de um bem comum, ou seja, o desenvolvimento do povoado.

Em relação a gestão participativa, a avaliação foi valor 3. A Associação de Condutores de Visitantes (ACV), comandada por Orlando e Gurino (Fundadores da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê - ACV-I), está preparada para receber turistas nas incríveis cachoeiras que cercam suas terras. A ACV é extremamente organizada e ativa (qualidades que se mantiveram desde a época do movimento dos sem-terra). Os guias locais que atuam na região são vinculados à ACV-I, que foi estabelecida no final da década de 1990 e fortalecida pelo Terra Sol, programa do INCRA que atuou no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária nos assentamentos da região.

Ao todo, no município, há 10 assentamentos, dos quais, quatro áreas de reforma agrária, recebem fluxo turístico constante, principalmente, de visitantes em busca das belezas naturais das cachoeiras e grutas. Todavia, devido à falta de informações e o difícil acesso ao local, muitas vezes os turistas já chegam na localidade com os guias das agências, o que limita o desenvolvimento do turismo no Baixão e desestimula os moradores locais.

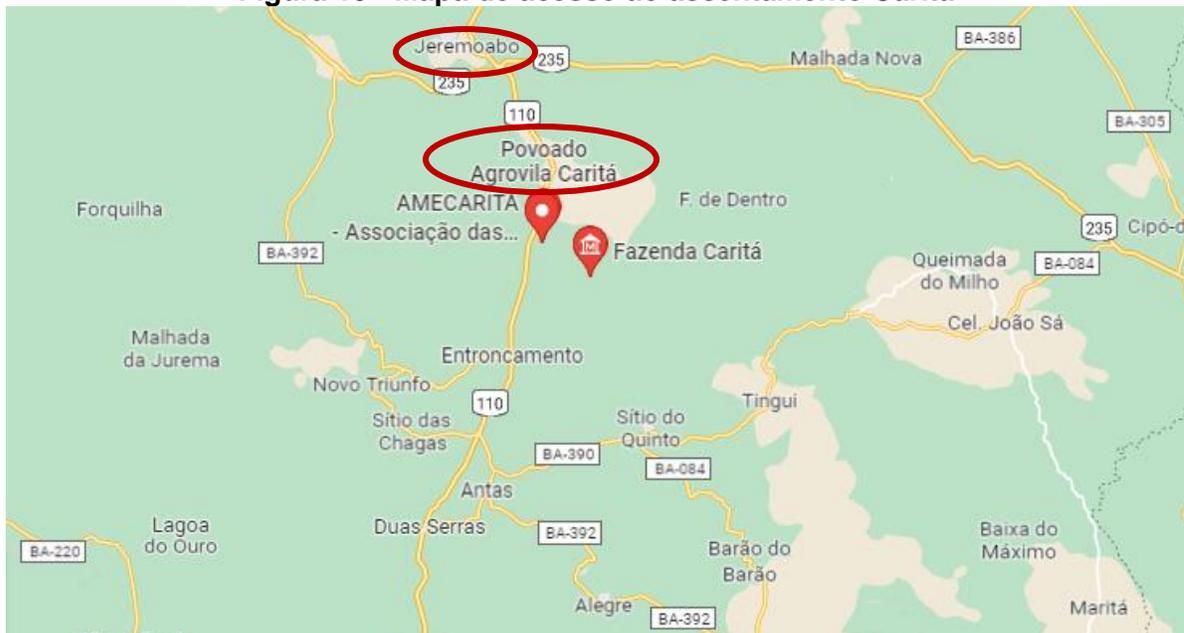
Dentre os quatro assentamentos que se destacam no município de Itaetê, além do Baixão, está o Rosely Nunes, onde se encontra a Cachoeira da Invernada e a Lagoa da Serra Negra. A Gruta Lapa do Bode e o encontro das águas dos rios Una e Paraguaçu são atrativos do assentamento Santa Clara e, no Europa, é possível desfrutar das belezas da Cachoeira do Roncador.

Há, ainda, no local, a Associação de Produtores e Produtoras do Assentamento Baixão (APPAB), que atua na fabricação de alimentos derivados do aipim, realizados por jovens empreendedores e cultivo de alimentos agroecológicos.

3.4.2.2 Assentamento Caritá

O PA Caritá (Figura 15) localiza-se no Território de Identidade Nordeste II, no semiárido baiano, no Município de Jeremoabo, no Quilômetro 90 da BR-110, a 19 km da cidade, que se encontra totalmente incluída no "Polígono das Secas".

Figura 15 - Mapa de acesso ao assentamento Caritá



Fonte: Google maps (2022),

Encontra-se aproximadamente a 371km da capital Salvador, sendo interligada a ela pela BR-324, BR-116, BR-084 e BR-110. Está a 84Km de distância de Paulo Afonso, sede da região administrativa mais próxima, mantendo, assim, fortes vínculos na área comercial, de serviços e econômico-financeiro com esse centro.

A comunidade do Caritá é constituída por uma pequena agrovila, na antiga Fazenda Caritá, habitada em sua história por Cícero Dantas e, logo após, pelo Coronel

João Sá, no município de Jeremoabo, onde as casas estão dispostas próximas umas das outras. Atualmente, a comunidade conta com 100 famílias residentes onde 99 são cadastradas no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária–SIPRA, segundo a presidente da associação Jovelina Andrade Santos.

Ainda conforme os representantes do assentamento, a data de ocupação se deu no dia 9 de março de 1999 e a emissão de posse no dia 31 de março de 2001, sendo a agricultura a atividade principal das famílias. Destaca-se que, atualmente, essa prática vem enfrentando grandes dificuldades por questões da seca.

Os atrativos naturais representam valor 1. O PA Caritá tem a predominância de cerrado intercalado com regiões de planalto, onde seu bioma principal é a caatinga. A serra do Caritá, localizada próximo da antiga casa da sede do Barão de Jeremoabo, e com vista para lotes com produções agrícolas dos assentados, possui uma nascente com água potável. Nesse local, as pessoas, quando acampadas, se reuniam debaixo de uma árvore denominada de Quixabeira, árvore que representa a história de luta e resistência da comunidade, para passar o dia e relatar a história do assentamento e sua organização social.

Com o passar dos tempos, a nascente vem sofrendo algumas intervenções feitas pelo homem, como o aumento da nascente e contenção feita com concreto em suas margens. Tais mudanças foram feitas sem a realização de um estudo prévio, segundo a comunidade, trazendo riscos à perenidade da água.

Os atrativos culturais obtiveram valor 2. O artesanato das mulheres empreendedoras do Caritá vem, através de uma história de lutas e conquistas, dando valor sentimental as suas peças produzidas através da tecelagem artesanal e manual. Existem dois grupos que trabalham com artesanato. Um grupo é a Associação de Mulheres Empreendedoras do Caritá – AMECARITÁ, grupo formal que tem seu trabalho voltado à produção de tecidos artesanais feitos em Teares. Já reconhecido em outras localidades, desenvolve produtos de qualidade, mesclando o crochê, costuras e pinturas nos seus produtos. O outro grupo é o Grupo Sol e Sereno, entidade informal no qual as peças produzidas revelam a criatividade dos artesãos, que utilizam materiais reciclados juntamente com retalhos de tecidos, lãs e conchas, criando bonecas de pano, enfeites de canetas, casinhas de bonecas, conjuntos de banheiros e outros.

O grupo de teatro formado por jovens e apoiados pela Pastoral Rural, fazem apresentações com temas direcionados à religiosidade e fé, à realidade deles e à conscientização na preservação da natureza. As apresentações são feitas para os visitantes do PA e, principalmente, para os grupos de italianos que os visitam anualmente.

A Casa Sede da Fazenda, com características da época do século XIX, que pertenceu a Cicero Dantas e ao Coronel João Sá, tem fama de ter abrigado importantes encontros políticos sobre as decisões dos conflitos da Independência. Dentre essas construções está a chamada "piscina do Barão", um sistema de captação de água que desce por gravidade a partir de uma nascente que pode ser conhecida a partir de uma bela trilha na caatinga.

A hospedagem teve valor 1 na avaliação, tendo a casa dos assentados ou a cidade de Jeremoabo, como formas de hospedagem. Já a organização social obteve grau 3. Após conhecerem o trabalho da Pastoral Rural com a luta pela Terra e o acesso às políticas públicas de direito, os assentados passaram a ser assessorados e a participarem das diversas atividades formativas, organizativas e articuladoras, apoiada pela MISEREOR. Essas ações têm promovido à inclusão social e a cidadania, valorizando todos os aspectos humanos, sociais, políticos e econômicos, tendo como princípios a solidariedade e a coletividade, ligando fé e vida, de trabalhadores e trabalhadoras que sempre foram excluídos do processo democrático de direito.

Há ainda a Associação dos Assentados, liderada por Marcondes Nascimento, e os grupos produtivos. O assentamento tem também os Apicultores que trabalham em agroindústrias de beneficiamento de mel, as associações dos Apicultores do Assentamento do Caritá e de Jeremoabo, além dos Apicultores de Heliópolis, os quais foram capacitados nas sedes das suas associações.

No PA existe uma casa de mel, onde é trabalhada a apicultura e a meliponicultura (criação racional de abelhas sem ferrão). Sua produção é comercializada através da cooperativa de mel de Jeremoabo (Cooperativa dos Apicultores Integrados do Sertão da Bahia) e da Cooperativa de Apicultores do Sertão (COOAPIS), que fica em Cícero Dantas.

A conservação do meio ambiente e sustentabilidade teve valor 2, segundo a avaliação. O PA possui três Reservas de Proteção Permanente (RPP). Todavia, a comunidade não soube dizer o atual estado de conservação dessas reservas, o que pode revelar desde a falta de comunicação entre as instâncias responsáveis pelas RPPs e a comunidade até o distanciamento dos assentados em relação ao tema. Uma dessas áreas corresponde à Serra do Caritá, localizada atrás da casa sede, que vem sofrendo especulações de uma mineradora, no qual foram feitos aceiros para estudos da área no intuito da extração do manganês. Outro aspecto é que nesse PA existem algumas práticas, em relação ao “lixo”, que oferecem riscos à saúde ambiental do local, pois os resíduos orgânicos são oferecidos aos animais ou enterrados.

O atributo infraestrutura foi avaliado com valor 3, onde a agrovila possui duas escolas, uma a Escola Municipal do Caritá e a outra leva o nome de Reforço Escolar São Gabriel. No comércio interno da agrovila, a comunidade pode contar com uma padaria, três bares, duas mercearias e quatro casas de doces, lanches e salgados.

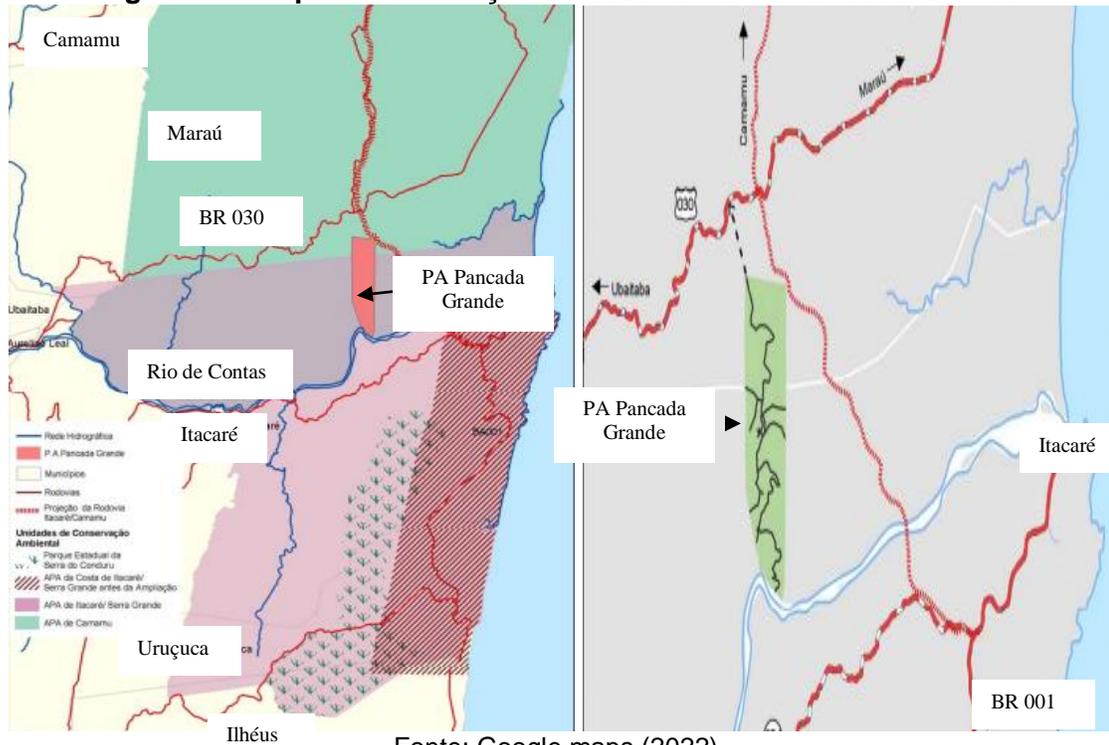
O local possui água encanada, que é retirada de poço artesiano através de bomba d'água. Existem também 10 cisternas instaladas. O fornecimento de energia elétrica dá-se pela COELBA através de postes. A comunicação é feita através de telefones públicos, particulares e telefonia móvel (cobertura da Vivo). Na agrovila há três igrejas, sendo uma católica e duas evangélicas. Não há posto de saúde no assentamento.

Quanto a gestão participativa, a mesma teve valor 2. De acordo com o Estudo Integrado do programa Terra Sol em convênio com o INCRA, esse quesito se iniciou após o trabalho da Pastoral Rural com a luta pela terra, reivindicando o acesso às políticas públicas. Nesse processo, o apoio da MISEOR foi de fundamental importância para a promoção da cidadania e de melhores condições de vida.

3.4.2.3 Assentamento Pancada Grande

O Assentamento Pancada Grande, indicado na Figura 16, está inserido na Área de Preservação Ambiental (APA) Itacaré/Serra Grande, no Território de Identidade Litoral Sul, reunindo um importante patrimônio natural.

Figura 16 - Mapa de localização do assentamento Pancada Grande



Fonte: Google maps (2022).

O local é composto por uma extensa área de Mata Atlântica, ainda preservada, pelos rios de Contas e Pinheiros, por belas cachoeiras e quedas d'água e por uma das mais ricas biodiversidades do planeta.

Seu acesso se dá pela BR-101 ou por Itacaré através da BA 001 que liga o município ao PA Pancada Grande, totalizando 28km. Já por Ilhéus até o entroncamento, partindo do km 59, são 19km. A distância da sede municipal de Maraú é de 30km, de Camamu, 40km, de Ubatuba são 32km, de Aurelino Leal em torno de 41km e de Uruçuca, 39km. Para acessar a estrada não pavimentada que liga a rotatória da BA 001 ao assentamento existem duas opções: a primeira é percorrer 2km de estrada de chão até chegar ao território demarcado do assentamento e mais 4km até a localização da agrovila ou a outra opção é partir de Itacaré e deslocar-se pelo rio de Contas por meio de embarcação e, a seguir, percorrer uma trilha de mais ou menos 6km.

A antiga fazenda Nova Esperança era de propriedade de Ângelo Calmon de Sá, produtor de uma das principais atividades agrícolas da época, o cultivo de cacau. Em 1996 foi desapropriada para fins de reforma agrária por falência. Com a crise cacauceira,

fato intensificado com a vassoura-de-bruxa, praga que atingiu toda a região de cultivo da fruta, as relações socioeconômicas foram alteradas em toda a estrutura agrária do baixo sul ao extremo sul baiano.

A migração ocorrida após a “quebra” da economia cacauera para os centros urbanos reverte em “o retorno à condição de assentados”. E, assim, o indicativo processual da ocupação da extensão territorial da fazenda. O município de Itacaré era muito dependente da monocultura do cacau, mas, com a crise, a população sem opções de emprego na zona rural migrou num processo crescente para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades e condições de vida.

Paralelamente a isso, vem acontecendo em Itacaré, assim como em outros municípios da região cacauera, o aparecimento de assentamentos rurais desencadeados a partir da pressão dos movimentos dos trabalhadores desempregados do cacau que desejam continuar vivendo na zona rural. O Projeto de Assentamento Pancada Grande representa um destes casos.

O implemento do turismo na região está sendo importante, segundo Serrano (2003) para a diminuição dos efeitos negativos da crise do cacau. Com a implantação dessa atividade, houve um grande avanço na geração de renda na região, que estava estagnada. É frequente no assentamento, segundo relatos dos assentados em conversas informais, a visitação espontânea de turistas, oriundos de outros estados e países no período de verão. Mas, esta geração de renda não vem contribuindo para melhorias no âmbito social, ou seja, a implantação do turismo impulsionou o crescimento econômico sem contribuir para seu desenvolvimento.

Os atrativos naturais obtiveram valor 3. Dentre os potenciais atrativos naturais foram destacados pela comunidade assentada os rios, trilhas interpretativas, roçados, lotes, plantações, bioma de mata atlântica, espécies da flora e fauna e a cachoeira Pancada Grande (Figura 17).

Figura 17 - Cachoeira Pancada Grande, Itacaré, Bahia



Fonte: Acervo do Próprio autor (2013).

A cachoeira Pancada Grande é alimentada pelo Rio Pinheiro na APA Itacaré – Serra Grande, mede aproximadamente 29m de altura a partir da queda d’água e 40m na sua totalidade. Apresenta trilhas de aproximadamente 40 a 60 minutos com até 6km de distância da agrovila.

Os atrativos culturais tiveram valor 1. As datas comemorativas festejadas no assentamento envolvem diversos grupos sociais. São festejados o Dia das Mães, o Dia dos Pais e o dia das Crianças na escola. Há também os festejos de São João, com o forró que envolve toda comunidade; o aniversário surpresa de assentados e o grupo de louvor. As atividades esportivas fazem parte desse contexto com o jogo de futebol, bingo e dominó.

A hospedagem de valor 1 envolve a casa de assentados ou nas pousadas no município de Itacaré. A organização social também teve grau 1. Há uma associação local (Associação dos Colonos do Projeto de Assentamento Pancada Grande) que foi constituída para que os créditos fossem liberados, não por um processo de amadurecimento do grupo social, mas por exigência do INCRA. Além da associação

dos colonos, o assentamento conta com o Grupo de Mulheres do Pancada Grande e o Grupo de Turismo Rural de Base Comunitária.

A conservação do meio ambiente e sustentabilidade obteve valor 3. O PA Pancada Grande possui no seu espaço geográfico características do patrimônio natural sem interferência da ação antrópica (homem) e que, até o momento, não foram registrados, por meio dos estudos ambientais ou de impacto, danos a biodiversidade entre a fauna e flora existente. Além disso, práticas sustentáveis são encontradas no manuseio da agroindústria, através da utilização de adubo orgânico e uso de inseticida natural derivado da manipueira.

No segmento da piscicultura, o abastecimento de água é por gravidade, e o investimento é baixo em razão da estrutura já existente. Também a comunidade desenvolve a apicultura, que se trata de uma atividade de baixo impacto ambiental.

Quanto à infraestrutura, esta foi avaliada com valor 3. O PA possui rede elétrica como contribuição do programa Luz para Todos do Governo Federal, água encanada na maioria dos lotes, sendo que existe ainda a utilização de captação de água por gravidade. Em relação ao saneamento básico existem cisternas e fossas nas residências. O sinal de telefonia celular é da operadora Vivo. Há antenas parabólicas por todo o assentamento. O assentamento não possui um posto de saúde, nem coleta de lixo.

A comunicação externa é feita de forma presencial ou por telefone, pois o assentamento não possui internet, sendo necessário, muitas vezes, procurar um local com sinal para completar a ligação via celular. Por não possuir posto de saúde no assentamento, a comunidade do PA Pancada Grande busca atendimento na Fundação Hospitalar de Itacaré, localizada na sede municipal da cidade, necessitando de um veículo em caso de emergência.

Em virtude da ineficiência da coleta de lixo, os dejetos inorgânicos são queimados e os orgânicos despejados no quintal. Entretanto, faz-se necessário a verificação do montante para melhor adequação do lixo e iniciativas de coleta seletiva, a fim de minimizar os impactos que afetam o solo do assentamento.

Um ônibus escolar foi comprado pelos assentados e locado à prefeitura para fornecimento de serviço de transporte para o próprio assentamento, sendo a renda recebida revertida em prol da associação dos agricultores rurais.

A gestão participativa do assentamento teve valor 2. No local há o Grupo de Mulheres do Pancada Grande, composto por 12 mulheres, com o objetivo de desenvolver ações que garantam parte da alimentação de suas famílias, organizado com o auxílio da Pastoral da Criança e da Igreja Católica. Com o enfraquecimento da atividade da Pastoral restou ao grupo a confecção de peças em crochê e bonecos de bucha vegetal.

No Brasil, as pesquisas que aprofundam e trazem à tona alternativas não agrícolas ainda estão na fase inicial, especialmente, quando o *lócus* da pesquisa são os assentamentos rurais de reforma agrária. E para os assentados surge a oportunidade de obter um aumento na renda, de resgatar ou manter a cultura, valores e ideais através da recepção de turistas nas propriedades.

A prática do turismo nesses espaços aparece não apenas como uma atividade não agrícola capaz de gerar renda, mas também como forma de preservar e compartilhar as culturas existentes nesses espaços, em suas diversas formas de manifestação. Assim, a atividade turística passa a ser uma ferramenta de contribuição para o desenvolvimento social, político e econômico desses locais. Contudo, deve-se lembrar que, as realidades são um tanto quanto distintas e merecem ser “reorganizadas” para que não haja a apropriação do espaço rural e a exclusão dos próprios moradores.

Após o levantamento, avaliação e descrição das variáveis encontradas nos assentamentos, segue-se com a apresentação do Quadro 9, no qual essas variáveis são mensuradas segundo o grau de importância nos assentamentos, a fim de servir para uma futura comparação com o assentamento Eldorado, foco deste estudo.

Quadro 9 - Mensuração das variáveis selecionadas quanto ao grau de importância nos assentamentos analisados

ASSENTAMENTOS	AN	AC	HOSP	OS	MA	INFRA	GP	MÉDIA
Baixão	3	1	3	3	3	2	2	2,4
Caritá	1	2	1	2	1	3	3	1,8
Pancada Grande	3	2	1	1	3	3	2	2,1
Média	2,3	1,6	1,6	2	2,3	2,8	2,3	

Fonte: Elaboração do próprio autor (2021). AN (atrativos naturais), AC (atrativos culturais), HOSP (hospedagem), OS (organização social), MA (meio ambiente), INFRA (infraestrutura), GP (gestão participativa).

Com base no Quadro 9 acima, as etapas iniciais foram a de coleta dos dados, avaliação das variáveis selecionadas e mensuração das mesmas, para após haver dados concretos para comparação com o assentamento Eldorado. Nessa comparação serão utilizados os mesmos critérios e, estes serão discutidos com base no pensamento de teóricos, além dos resultados da pesquisa de campo, tabulação e análise dos dados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo realiza um enfoque sobre o campo de pesquisa, apresentando o contexto em que o objeto de estudo está inserido, além de realizar uma discussão sobre os eixos temáticos da presente pesquisa. Desse modo, caracteriza a realidade social e as variáveis presentes no assentamento de reforma agrária Eldorado, no município de Santo Amaro da Purificação - BA.

Após o enquadramento teórico dos diversos conceitos implícitos nesta investigação, assim como da revisão de literatura, que se debruça sobre o tema, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados no presente estudo, bem como a tabulação e análise dos dados.

Coletou-se dados primários e secundários para posterior interpretação e descrição, a fim de subsidiar as discussões propostas neste estudo. Além disso, realizaram-se visitas *in loco* como forma de embasar as informações acerca do assentamento Eldorado.

Foi realizado o levantamento bibliográfico, buscando-se por publicações científicas sobre o tema TBC em assentamentos de reforma agrária, bem como realizou-se um estudo aprofundado, levantando informações pertinentes ao turismo nesses locais. Utilizou-se a metodologia participativa, em forma de entrevista semiestruturada formulada pelo próprio autor. Segundo Krammer (2007), essa metodologia é um pré-requisito, por exemplo, das entrevistas semiestruturadas que foram desenvolvidas com assentados, construídas a partir de um roteiro prévio, constando temas como: caracterização do entrevistado, renda, infraestrutura, gestão do lixo, atividades existentes, potencialidades culturais, naturais e históricas, além de outros atrativos do assentamento para o turismo e a participação na gestão do turismo.

Nas conversas com diferentes pessoas (mulheres, homens e jovens), buscou-se informações sobre as necessidades básicas para que o assentamento voltasse desenvolver a atividade turística. A partir do roteiro, foram realizadas transcrições das falas de cada entrevistado e coletadas informações relevantes sobre o turismo no assentamento, com um diário de campo.

A entrevista semiestruturada buscou alcançar uma maior familiaridade com os dados coletados, bem como embasar os resultados obtidos. Conforme Laville e Dionne (1999), o recurso da entrevista semiestruturada proporciona flexibilidade à coleta de dados, assim como uma maior abertura ao entrevistado, tornando dessa forma as respostas mais fidedignas, a qual se traduz através de uma série de perguntas que seguem o fio condutor que é a raiz da problemática, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas, na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento.

Nesse sentido, faz-se necessário desvendar o grau de interesse das lideranças e moradores em relação ao retorno da visitação ao assentamento e ainda diagnosticar o público-alvo para o desenvolvimento do turismo nessa área. Para isso, foram elaborados dois questionários, sendo um denominado questionário líder, direcionado à liderança do assentamento, que buscou informações gerais do assentamento como infraestrutura, gestão do lixo, lista de atrativos turísticos, atividades existentes, produção agrícola e turismo. Este questionário foi adaptado do questionário do Estudo Integrado de Turismo de Base Comunitário do assentamento Eldorado realizado pela FUNDESF.

Já o segundo questionário foi direcionado aos assentados, que visou investigar o perfil dos assentados, renda, escolaridade e grau de envolvimento dos entrevistados na prática da atividade turística, bem como detectar a aceitação dos mesmos em relação ao desenvolvimento da atividade no assentamento. De acordo com Dencker (1998), a finalidade do questionário é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação em relação a uma população ou amostra determinada. Essas informações dizem respeito, por exemplo, a quem são os turistas, o que fazem no assentamento, o que pensam os moradores em relação à atividade turística etc.

A fase seguinte da pesquisa foi o trabalho de campo caracterizado pela aplicação efetiva dos questionários, no dia 02 de agosto de 2021. A intenção dos questionários foi avaliar e entender a prática da atividade turística no assentamento antes da pandemia do COVID-19. Em conversa com a líder do assentamento, Gislene Falcão (Manteiga), foi indicado que, em 2021, o assentamento Eldorado abrigava cerca de 50 famílias residentes, chegando a um número aproximado de 200 pessoas

assentadas, entre adultos e crianças. Foram 30 entrevistados pertencentes a domicílios distintos.

Diante da pandemia do coronavírus Sars-CoV-2, agente etiológico da Covid-19, do número elevado de pessoas infectadas e das mortes no Brasil, foram adotados protocolos de segurança para garantir a integridade de todos os envolvidos na pesquisa, como o uso de máscara de proteção durante toda a permanência no assentamento, utilização de álcool em gel para higienização das mãos e distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os participantes.

Nas entrevistas feitas nas unidades familiares, os horários e locais da aplicação dos questionários variaram em função da disponibilidade das pessoas, sendo aplicados ora nas roças, em horário das atividades, ora em casa, nos intervalos das funções exercidas.

Houve o cuidado de não identificar os entrevistados, somente as pessoas com destaque na comunidade, a exemplo, da líder da associação, moradores antigos e donos de estabelecimentos. Outras fontes de coletas de dados utilizadas foram os relatos de história; notas de campo; registros fotográficos e de filmagem. Entende-se que, a partir do método descrito e executado, os resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários, foram os mais próximos possíveis ao que pensa, acredita e age a população residente no assentamento em relação à proposta de turismo de base comunitária.

4.1 O ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ELDORADO

Inicia-se aqui nesta sessão o estudo de caso do assentamento Eldorado, onde foi descrita a sua localização, tradições culturais e atrativos para os visitantes como forma de desenvolvimento local.

4.1.1 Localização e contexto regional

O termo Recôncavo é utilizado para referir-se às cidades próximas à Baía de Todos os Santos, limitando-se ao interior, ou seja, isenta-se Salvador, capital do estado, no limite norte. Hoje, segundo Brandão (2007), é chamado de Recôncavo da

Bahia ou simplesmente de Recôncavo (Figura 18). A questão da sua delimitação é complexa e discutida tanto por estudiosos quanto por autoridades administrativas.

O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...] A unidade do Recôncavo provinha e provém [1959] das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal). Salvador presidia a esse espaço, coordenando as suas funções diretoras. (SANTOS, 1998, p. 62-65).

Figura 18 - Território de Identidade Recôncavo Baiano



Fonte: Brasil (2002); IBGE (2010).

O Território de Identidade Recôncavo está localizado na Mesorregião Metropolitana de Salvador, ocupando uma área de 4.570 km² (IBGE, 2013), o que corresponde a aproximadamente 0,8% do território estadual. Reconhecido como um dos 27 Territórios. Na época colonial, o Recôncavo foi um modelo de organização: *plantation*. O açúcar era o motor da economia e tudo girava em torno dele. Houve, assim, uma divisão do trabalho em subáreas: a dos canaviais (Santo Amaro) e a da economia de subsistência (Cachoeira e Nazaré) para a produção de gêneros alimentícios, com alguma especialização.

No século XIX, o Recôncavo da Bahia contava com oito núcleos urbanos importantes: Candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe, Nazaré das Farinhas e Aratuípe. Hoje, é composto

administrativamente por 20 municípios: Cabeceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo e São Francisco do Conde (Figura 19).

Figura 19 - Relação de municípios

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS
RECÔNCAVO	1- Sto. Amaro, 2- Saubara, 3- Gov. Mangabeira, 4- Muritiba, 5- Cabeceiras do Paraguaçu, 6- Cachoeira, 7- S. Félix, 8- Maragogipe, 9- Cruz das Almas, 10- Castro Alves, 11- Conceição do Almeida, 12- S.Felipe, 13- Sto. Antonio de Jesus, 14- Muniz Ferreira, 15- Varzedo, 16- D. Macedo Costa, 17- Nazaré, 18- Sapeaçu, 19- São Sebastião do Passé, 20- S. Francisco do Conde.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Esses 20 municípios possuem expressiva importância na formação política, econômica e sociocultural no estado da Bahia. É um território que teve um passado glorioso, importante para a dinâmica territorial e, atualmente, ainda se mostra um lugar de relevância para o crescimento econômico e de expressividade cultural.

No município de Cachoeira se produzia o fumo que servia de moeda no tráfico negreiro. A área de Nazaré fornecia lenha para os engenhos, madeira para os estaleiros de Salvador e para construção civil, além de objetos de argila e cerâmica. A baía e os rios eram as principais vias de comunicação, bem como abastecia a cidade com peixes. Em volta, o sertão era o lugar de criação de gado. As atividades econômicas, bem como a divisão do trabalho, construíram o espaço e determinaram as relações sociais, ou seja, fizeram o Recôncavo. A cana de açúcar, o fumo, a pesca e a cerâmica constituíram as raízes de várias identidades dentro do mesmo território.

O Recôncavo de hoje não está mais vinculado às paisagens dos canaviais, que se concentram, agora, em pequenas plantações em Santo Amaro, São Francisco do Conde e Cachoeira, no Vale do Iguape, com a produção voltada para pequenos engenhos de rapadura e alambiques localizados. A única produção que restou de

açúcar no Recôncavo fica por conta da Usina Aliança, com suas plantações e instalações no município de Amélia Rodrigues. Dos antigos engenhos restaram apenas algumas casas restauradas pela classe alta, que mesmo assim, para mantê-las, começaram a explorar ainda timidamente o turismo rural.

Assim, o Recôncavo, território supostamente rural, na realidade, é uma região urbana, salientando que na urbanização se consideram cidades, vilas e aglomerações menores. Ainda subsistem problemas na agricultura, mas não são mais relevantes como antigamente. O território não se adequa mais aos critérios do Programa Territórios da Cidadania (TC) que o criou.

Cumprir elucidar, nesse sentido, que, por sua concepção e gerenciamento, o TC combina diferentes ações de ministérios e governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tornando mais eficiente a ação do poder público nos territórios. A composição desse território é a associação de municípios com proximidade de características econômicas e ambientais, bem como identidade e coesão social, cultural e geográfica. O programa tem como estratégia promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre governo federal, estados e municípios (BRASIL, 2008).

Conforme Pedrão (2007), o Território de Identidade Recôncavo tem sido retratado como o lugar de uma significativa vida cultural, baseada em seus elementos de tradição e de determinados componentes de uma cultura tradicional. Exemplo de uma tradição cultural do local, é o samba de roda, que foi difundido pelos africanos no Brasil colonial, sobretudo, nessa região e que no ano de 2005 foi tombado como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Além do samba de roda, o Recôncavo traz consigo outras manifestações culturais. Muitos autores ponderam que essa realidade se deve ao processo histórico pelo qual esse território foi submetido. É nesse cenário com características culturais muito fortes, que o turismo ganha força.

4.1.2 A Baía de Todos os Santos

Patrimônio Cultural da Humanidade, a Baía de Todos os Santos (BTS) tem extensão de 1.052 km², sendo a maior baía do Brasil, perdendo apenas para a Baía de Hudson, no Canadá. É também local de marcos históricos na vida nacional, estadual, de seus municípios circunvizinhos, além de seus habitantes.

A baía recebeu o nome de “Todos os Santos”, em 1501, quando uma expedição portuguesa foi enviada para mapear as novas terras descobertas um ano antes por Pedro Álvares Cabral. Na tradição da religião católica, nomeavam-se os acidentes geográficos de acordo com o santo do dia. A importância desta zona remonta à fundação do Brasil.

A região tem grande diversidade natural, formada por mata Atlântica, bananais, manguezais, coqueirais e recifes de corais. É também bastante procurada para a prática de esportes náuticos, como mergulho. Eventos como competições de natação, Campeonato Baiano de Windsurfe e a travessia de Mar Grande a Salvador acontecem na baía de Todos os Santos. Por possuir paisagem natural e território de ocupação indígena, a BTS é o portal de entrada que abrigou posteriormente populações, vilas e cidades (CRA, 2001).

É composta por 56 ilhas e 16 municípios que compõem o Recôncavo Baiano: Salvador, Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Vera Cruz, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Simões Filho (Figura 20). Sítio oceanográfico de características únicas em seu mar interno e nas regiões que a cercam. Irrigada por três grandes rios da região (Jaguaripe, Paraguaçu e Subaé), a BTS é um porto natural por excelência, com suas águas calmas e boa profundidade para permitir a atracação de navios, com pontos de profundidade que chegam aos 70m (CIRANO; LESSA, 2007).

Figura 20 - Baía de Todos os Santos, BA, Brasil



Fonte: Correio24h. Disponível em: <https://especiais.correio24horas.com.br>
Acesso em: 30 out. 2021.

Dentre as baías da costa leste brasileira, é a única que apresenta dez terminais portuários de grande porte, um canal de entrada naturalmente navegável e canais internos profundos. Isso a tem tornado um elemento facilitador do desenvolvimento da região. Sua riqueza natural, com expressiva extensão de recifes de corais, estuários e manguezais e sua forte relação com a história do Brasil faz da BTS um polo turístico relevante.

As comunidades que vivem no entorno da Baía de Todos os Santos são as mais diversas, partindo dos remanescentes tradicionais de pescadores até os metropolitanos cidadãos da capital. Estas comunidades se estabeleceram no esteio do povoamento da região, formado principalmente por negros escravizados, fugidos, ex-escravos, brancos livres e alguns remanescentes de índios dos habitantes originais (BANDEIRA; BRITO 2011).

Por sua diversidade, a BTS influencia em muitos traços a cultura local, incluindo a gastronomia. Dessa forma, a culinária baiana é parte forte no atrativo cultural que

cerca e cativa os visitantes. As diferentes influências africanas, indígenas e europeias formam um cardápio diverso e rico com pratos locais, variações e adaptações dos originais de além-mar. Todas essas características encantam não apenas os turistas, mas também os nativos da região, assumindo, assim, a culinária como um traço de identidade baiana.

Santo Amaro é uma cidade histórica que se encontra na zona turística da BTS, destino mais procurado por turistas do estado e do estrangeiro. A contextualização dessa região apresenta dados diversos que atravessam variadas narrativas e períodos com enfoque em atividades econômicas, chegando na valorização da atividade turística, assim como no seu desenvolvimento.

4.1.3 Caracterização do município de Santo Amaro

Situado ao Sul do Recôncavo Baiano, Santo Amaro (Figura 21), possui uma área de 492,912 km² e uma população de 61.702 habitantes (IBGE, 2010). Encontra-se a 71km de distância de Salvador, tendo como vias de acesso a BR-324 e a BR-420. É formada por três distritos (Santo Amaro ou sede, Acupe e Oliveira dos Campinhos), dois povoados (Itapema e São Braz) e um arraial (Pedras).

De acordo com dados da SEI (2014), Santo Amaro apresenta clima úmido a subúmido e a sua vegetação caracteriza-se pela presença de floresta ombrófila densa/floresta atlântica, um tipo de formação de mata ciliar que ocorre ao longo dos rios. O relevo é composto de planícies marinhas e fluviomarinhas (manguezal).

Sua sede é cortada pelos rios Subaé e Sergimirim. Limita-se com as cidades de Cachoeira, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e as águas da Baía de Todos os Santos (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

Figura 21 - Município de Santo Amaro



Fonte: Bahia Turismo

Disponível em: <https://bahiaturismo.com.br/passeio/passeio-santo-amaro-e-cachoeira/>
Acesso em: 20 out. 2021.

A povoação do município se desenvolveu em local privilegiado para navegação e contou com a fertilidade da terra, o que favoreceu o crescimento de inúmeros engenhos e comunidades em outras áreas, como Acupe e São Braz. Também promoveu Santo Amaro como importante zona produtora da cana-de-açúcar, fumo e mandioca, destacando os engenhos, as casas de farinha e as empresas de beneficiamento de fumo.

Conforme Paim (2005), os primeiros habitantes de Santo Amaro se estabeleceram nas proximidades da Patatiba, local caracterizado pela presença de solo massapé, favorável ao cultivo agrícola. Eram os índios Abatirás, possivelmente uma ramificação dos Aimorés, povo que ocupava a costa e as margens dos principais rios da região.

Para manter a produção em Santo Amaro muitos engenhos de açúcar necessitavam de mão de obra para o trabalho agrícola, a solução na época foi “recorrer à escravidão negra” (PEDREIRA, 1977, p. 197). Os negros, constantemente, eram maltratados pelos “senhores”, o que provocou, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, muitas rebeliões contra a escravidão no Recôncavo. Com base nessa mão de obra escrava é possível observar que durante esse período consolidou-se a

riqueza advinda da cana-de-açúcar, beneficiada ainda pela construção da Estrada de Ferro Santo Amaro, que trouxe desenvolvimento econômico, social e cultural para a cidade.

Ainda de acordo com Paim (2005), semelhante a diversas outras cidades do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro contém em sua história uma forte influência da cultura afro-brasileira, perceptível nas diversas expressões tradicionais performatizadas nas ruas da cidade. Anualmente, manifestações como o *Bembé* do Mercado, a Festa da Purificação e outros festejos associados ao Samba de Roda, Capoeira e ao São João inspiram um discurso recorrente sobre a relevância da cultura e das manifestações religiosas para a identidade da cidade.

Todos os anos, nos meses de fevereiro, a cidade de Santo Amaro celebra Nossa Senhora da Purificação, com a tradicional Lavagem das Escadarias do templo, novenas em latim, missas, procissões e muito samba de roda. A Figura 22 apresenta o momento do sagrado da festa.

Figura 22 - Lavagem das escadarias da Igreja de Santo Amaro



Fonte: Bahia Já (2013).

Disponível em: <https://www.bahiaja.com.br> Acesso em 21 ago. 2021.

A Festa em homenagem a Nossa Senhora da Purificação tem início em 24 de janeiro e estende-se até o dia 02 de fevereiro. Neste período, a parte religiosa ocorre durante nove noites, as chamadas novenas, na Igreja Matriz da Purificação, a qual é

tombada pelo IPHAN e, certamente, inúmeros turistas a visitam devido aos detalhes em seu interior.

Outra manifestação cultural que chama atenção dos turistas na cidade de Santo Amaro é o *Bembé* do Mercado (Figura 23), uma manifestação religiosa em comemoração à abolição da escravatura, assegurada pela Lei Áurea de 1888, sendo o único candomblé de rua do mundo.

Todo dia 13 de maio, a celebração afro-brasileira *Bembé* do Mercado comemora o fim da escravidão e reforça a resistência do povo negro. Os praticantes dessa expressão cultural que, têm forte base na religiosidade popular de matriz africana, reforçam que a festa é um culto às divindades das Águas representadas por Iemanjá e Oxum, sendo também momento de agradecer a proteção individual e coletiva.

Figura 23 - Xirê nas celebrações do *Bembé* do Mercado



Fonte: Guia Negro (2020).
Disponível em: <https://guianegro.com.br>
Acesso em: 21 ago. 2021.

Por sua vez, a culinária é mais um atrativo, pois iguarias como maniçoba, prato típico indígena (Figura 24), dão mais sabor à cultura local. A maniçoba recebe os mesmos ingredientes da feijoada, porém, com a folha da mandioca no lugar do feijão.

Seu preparo é feito com as folhas da mandioca moídas e cozidas por aproximadamente uma semana, para que se retire da planta o ácido cianídrico, que é venenoso. Depois são acrescentados carne de porco, carne bovina e outros ingredientes defumados e salgados.

Figura 24 – Maniçoba, prato típico indígena



Fonte: Alves (2019).
Disponível em: <https://agro20.com.br/manicoba/>
Acesso em: 21 ago. 2021.

Quando o turista visita Santo Amaro, ele pode desfrutar de uma série de manifestações e monumentos culturais. Dentre essas possibilidades, são destaque a casa que Dom Pedro II, as rodas de capoeira, o samba de roda e a batida cadenciada das grimas do maculelê, despertando emoções primitivas em quem assiste ao espetáculo.

A prática do turismo na região acontece em grande escala em períodos de veraneio. O município possui cachoeiras pequenas, como, a do Urubu apresentada na Figura 25, além de poços, como o da Mãe d'água, ambos com acesso por meio de trilha. Ainda há pequenos riachos, como o da Lastrela e uma praia, a Itapema.

Geralmente, turistas chegam entre a primavera e o verão em passeios para conhecer esses lugares.

Figura 25 - Cachoeira do Urubu



Fonte: Ribeiro (2018).
Disponível em: https://medium.com/@maya_around/
Acesso em: 21 ago. 2021.

Todavia, apesar de todo o potencial turístico existente em Santo Amaro, a cidade não explora a sua riqueza devidamente e tem permitido a destruição do seu patrimônio, que sofre com a ação do tempo, do vandalismo e descaso. Faltam recursos financeiros para a restauração e revitalização do acervo arquitetônico, que com o descaso, vê toda a sua história se desvalorizando, e com isso, a impossibilidade de desenvolver principalmente, o turismo cultural, que é um dos potenciais de desenvolvimento econômico local, que, se feito de forma planejada e ordenada, os impactos negativos sobre a sociedade, patrimônio e meio ambiente seriam minimizados, sobressaindo-se os impactos positivos, que teriam maior e melhor incidência na vida dos habitantes de Santo Amaro.

Além do potencial para o turismo cultural, de acordo com Campos Filho (2010), no estado da Bahia tem crescido o número de assentamentos e comunidades quilombolas interessadas em ações ligadas às atividades turísticas, principalmente a partir de demandas vindas dos próprios movimentos sociais nas suas estratégias de reivindicação. Há uma quantidade significativa de assentamentos com potencial turístico identificado no estado (cerca de 25 no total e quatro deles localizados no Território do Recôncavo Baiano e Zona Turística da Baía de Todos os Santos). Nesse cenário, destaca-se o Assentamento Eldorado, objeto de estudo dessa pesquisa.

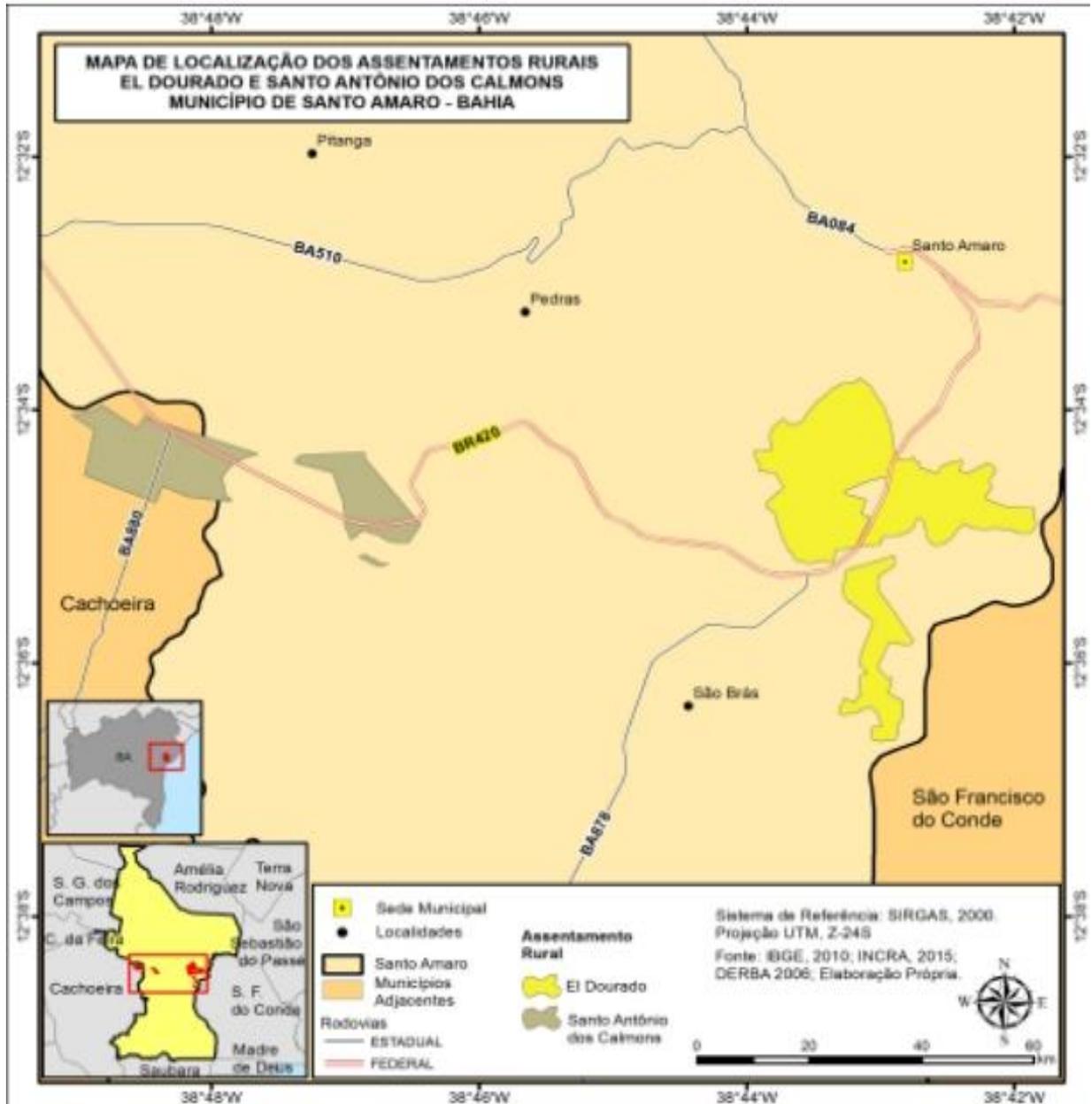
4.2 AS ORIGENS DO ASSENTAMENTO ELDORADO

O Assentamento Eldorado (Figura 26), antiga “Fazenda Pitinga”, está localizado no território de identidade do Recôncavo Baiano, dentro do município de Santo Amaro. Encontra-se a 3km do município e a 77km da capital do estado. Abrange uma área de 634,400 hectares e visa o plantio de culturas de subsistência.

O PA é constituído de floresta ombrófila de remanescente de Mata Atlântica e áreas de Mata fechada. “A maior parte dos remanescentes de florestas estão em propriedades de agricultores familiares” (CAMPS FILHO, 2010, p.6). Esta afirmação parte do princípio da prática da agricultura familiar, tendo os agricultores relação de convívio com a terra em uma prática de subsistência através de ferramentas rudimentares.

Ao mesmo tempo em que preserva a tradição, novas técnicas de manejos ecológicos e agroflorestais estão sendo implantados na comunidade, de forma a conservar e ampliar as opções de roçados, cultivo e extração sustentáveis dos recursos naturais produzidos pela ação antrópica. Isso é feito para coibir fatores restritivos como sazonalidade, falta de capacitação e produção em áreas desprovidas de cobertura vegetal, conforme dados do Diagnóstico socioambiental do projeto Eldorado.

Figura 26 - Mapa de localização do PA Eldorado do Pitinga



Fonte: Silva (2015).

A vegetação nativa do PA foi suprimida em relação ao plantio de culturas de subsistência, sendo visível a necessidade de informações para verificar o estado de conservação das áreas a serem ou que estão em regeneração.

Com relação ao solo, a predominância é o latossolo vermelho e amarelo, de textura argilosa e profunda, com solos de média a alta fertilidade. Os solos mais férteis

normalmente estão ocupados pela cacauicultura. Já nas áreas de pouca predominância vegetativa ocorrem normalmente as construções das estradas.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ELDORADO

Para caracterizar o Eldorado, partiu-se de um questionário onde foram aplicadas 29 questões aos moradores e um à líder da associação dos assentados. A disposição das casas do Eldorado em formato de agrovila, ao longo de três ruas e, com distância de 30m entre as casas, favoreceu o encontro com os entrevistados, porém, durante a aplicação dos questionários, constatou-se que diversas residências estavam vazias, pois alguns assentados, em função da falta de emprego, passavam o dia na cidade de Santo Amaro desenvolvendo atividades informais ou em Salvador na busca de oportunidades.

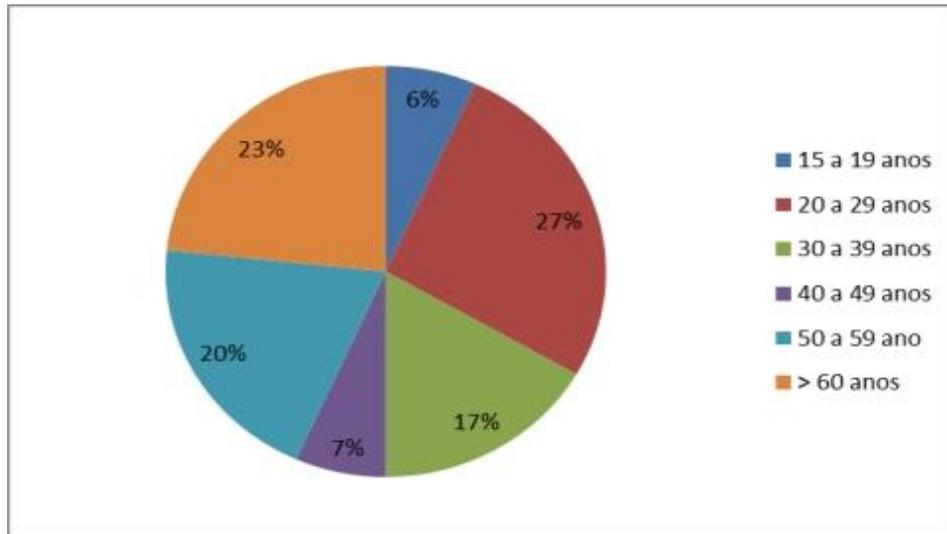
Além disso, a visita foi realizada em um dia de segunda-feira e muitos estavam na feira de Santo Amaro vendendo seus produtos. Por conta da pandemia do Covid-19 e de todas as medidas restritivas, não foi possível retornar ao assentamento para uma segunda visita.

Na primeira parte do questionário aplicado, as questões buscavam traçar um perfil dos moradores assentados. Dessa forma, as questões eram concernentes a gênero, idade, estado civil, grau de escolaridade, filiação e quantidade de moradores por residência. A amostra foi composta por 55% de pessoas do gênero feminino e 45% do gênero masculino.

Em relação à faixa etária, conforme indica a Figura 27, há uma predominância, dentre os entrevistados, de pessoas acima de 50 anos. A maioria destes é formada por adultos, assim sendo, um percentual elevado de pessoas em idade ativa (PIA)¹.

¹Para o IBGE, um indivíduo só será considerado em idade ativa se tiver dez ou mais anos de idade. Essa amostra revela outra característica percebida no assentamento durante a visita: as pessoas idosas, com mais de 60 anos, permanecem no assentamento.

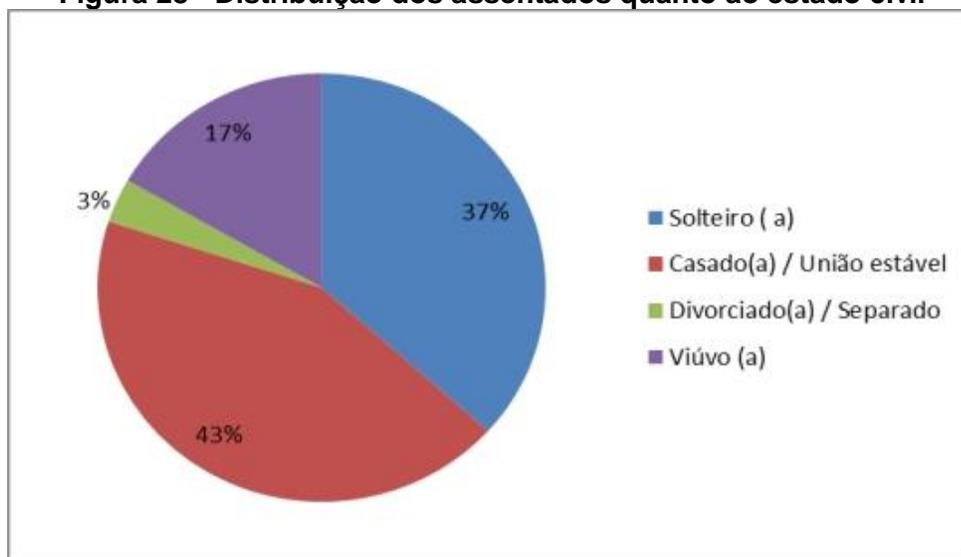
Figura 27 - Distribuição dos assentados por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Após questionou-se sobre ao estado civil dos assentados. A Figura 28 a seguir demonstra que 37% dos entrevistados declararam-se solteiros, 43% são casados ou em união estável, 17% divorciados ou separados e 3% viúvos.

Figura 28 - Distribuição dos assentados quanto ao estado civil

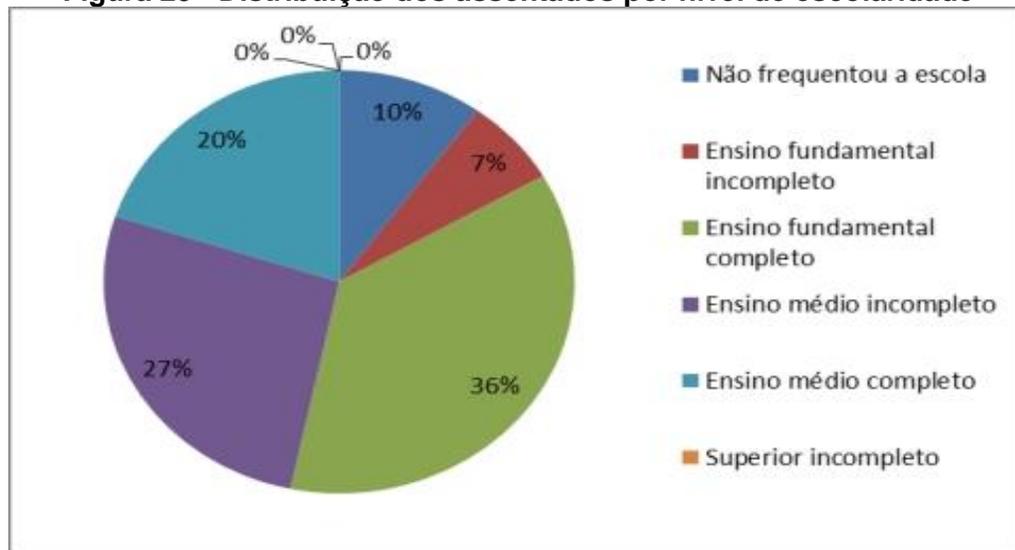


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

No decorrer da entrevista, observou-se que muitos assentados utilizavam a palavra “amigado(a)”, para identificar um tipo de estado civil, sendo assim, passou-se a considerar essas respostas como características de união estável, já que no questionário piloto não havia este termo, e os entrevistados falavam assim por não serem casados no “papel”.

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados é baixo, com 80% dos moradores não tendo completado o ensino médio e 53% apresentando, no máximo, o ensino fundamental (Figura 29).

Figura 29 - Distribuição dos assentados por nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

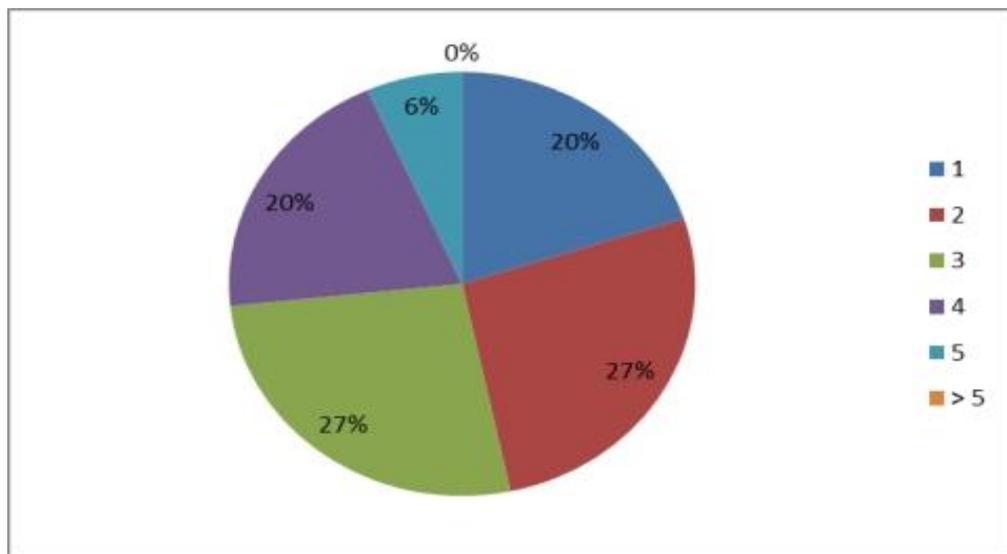
A educação representa uma importante forma de analisar a qualidade de vida encontrada no assentamento. A oferta de serviços de infraestrutura como a construção de escola pública no local é um importante passo rumo ao desenvolvimento social local, representando uma conquista importante para o assentamento.

Durante as entrevistas e aplicação dos questionários, observou-se que a nomenclatura dos níveis de ensino (ensino fundamental e médio) precisaria ser modificada, por perceber, previamente, que os entrevistados se confundiam com elas, o que poderia induzir respostas erradas. Então adotou-se a livre resposta dos

entrevistados, que geralmente afirmavam ter estudado ou não até a antiga 4ª série do ensino primário, que se refere nesta pesquisa ao atual ensino fundamental, já para o ensino médio, os jovens e alguns adultos tinham a informação correta.

Analisando o número de pessoas por domicílio no assentamento, notou-se que em 74% das residências encontra-se entre 2 até 4 moradores. Registrou-se também que 20% dos domicílios são habitados por 5 moradores (Figura 30).

Figura 30 - Distribuição de assentados por número de moradores/residência



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Verificou-se na Figura 30 que 6% das residências abrigam uma única pessoa, principalmente entre os idosos, refletindo o efeito acumulado de eventos demográficos, socioeconômicos e de saúde ocorridos em etapas anteriores do ciclo vital.

O tamanho da prole, a mortalidade diferencial, o celibato, a viuvez, as separações, os recasamentos e as migrações conformam, ao longo do tempo, tipos distintos de arranjos familiares ou domésticos, que podem colocar o idoso, do ponto de vista emocional e material, em situação de segurança ou de vulnerabilidade (BERQUÓ, 1996).

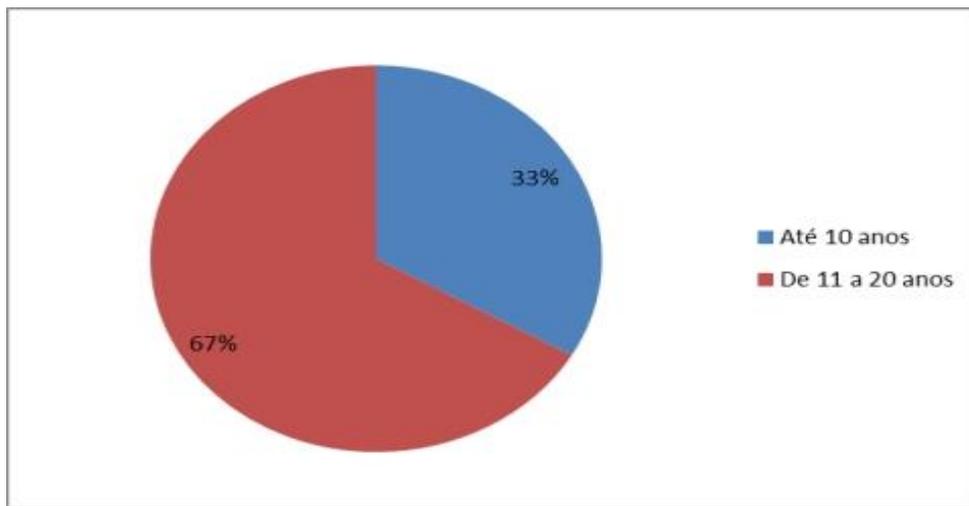
A segunda parte do questionário foi focada na percepção dos moradores em relação ao Assentamento Eldorado. Os vínculos emocionais com o entorno são

igualmente importantes na formação da identidade do sujeito, como ressalta Tuan (1983), quando destaca a diferença entre as noções de espaço e lugar. O espaço indiferenciado, caracterizado como o local da aventura, da liberdade e do movimento, transforma-se em lugar à medida que o sujeito o vivencia através do tempo e da intensidade, passando, então, a ser dotado de valor afetivo para o sujeito.

Segundo Proshansky et al (1983), identidade de lugar é uma subestrutura da identidade profunda da pessoa. É constituída por cognições (formadas pelas memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, entre outros.) sobre o mundo físico, relativas à variedade e complexidade dos lugares nos quais ela vive e satisfaz suas necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Dessa forma, a identidade de lugar deve ser compreendida como uma construção pessoal, em que as experiências diretas com o ambiente físico a modificam. Por sua vez, essas experiências são transformadas pelos processos cognitivos.

Assim, foram realizadas perguntas preliminares para entender a percepção dos moradores em relação ao assentamento. Percebeu-se que a maioria dos entrevistados tem mais de dez anos no local, sendo 67%, enquanto 33% moram a no assentamento a menos tempo (Figura 31), isso os habilita para responder com propriedade sobre a realidade local.

Figura 31 - Distribuição dos assentados por tempo de moradia



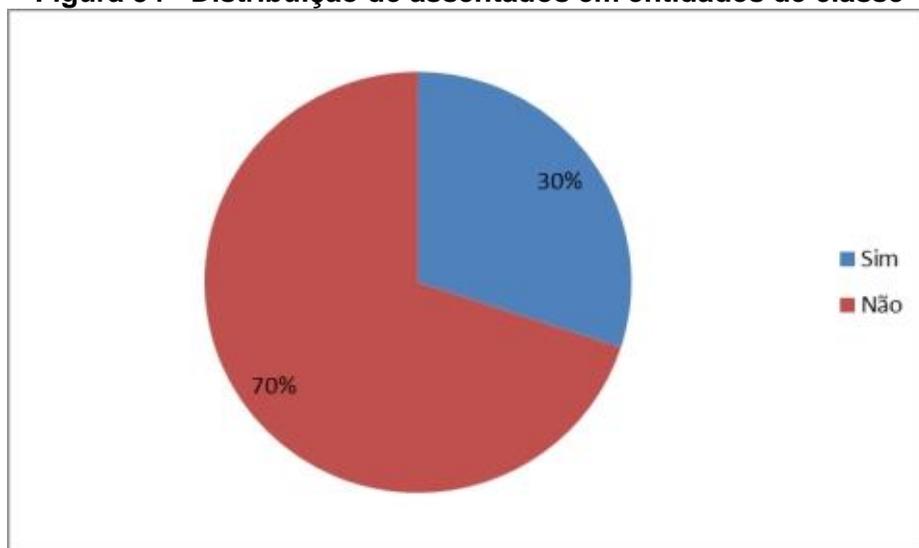
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Quanto à produção, a maioria dos entrevistados alegou possuir produção agrícola, cerca de 81%. É importante destacar que, para os que afirmaram possuir produção agrícola, os mesmos produzem quase tudo que necessitam para a subsistência familiar. Quando não produzem algum alimento em seu lote, recorrem à compra na cidade de Santo Amaro.

Foram identificadas durante as entrevistas as seguintes produções agrícolas: quiabo, aipim, jambo, abóbora, feijão, milho, jenipapo e hortaliças. Quando há excedente, os produtos de subsistência produzidos no assentamento são comercializados diretamente com o consumidor ou por intermediários do município. Os intermediários, nos períodos de safra, compram principalmente aipim, quiabo e feijão, que são comercializados juntamente com outros produtores da região.

Como dito anteriormente pelos entrevistados, há uma falta de organização social adequada no assentamento, e isso pode ser verificado na Figura 34. Não existe a participação dos assentados nas entidades de classe, refletindo na ausência de ações conjuntas nos trabalhos realizados na comunidade. Essas evidências impactam diretamente na dificuldade em formar articulações que levem ao aprimoramento de redes de cooperação, estreitando relacionamentos entre as famílias ali residentes.

Figura 34 - Distribuição de assentados em entidades de classe



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Dos entrevistados, 30% disseram fazer parte da associação do local (Associação de Moradores e Pequenos Agricultores do Eldorado). Todavia, reclamam da falta de uma gestão atuante nas questões referentes ao assentamento. Eles relataram que, no “passado”, a associação era mais atuante, porém, com a troca de coordenadores e líderes, não está tendo a oportunidade, nem apoio para desempenhar o seu papel.

Alguns entrevistados informaram fazer parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma ação do Governo Federal que compra alimentos da agricultura familiar e distribui para as pessoas que necessitam. A identificação dos beneficiados se dá em razão de estarem em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo atendidas pela rede socioassistencial.

Os agricultores familiares podem vender para o PAA de forma individual ou coletiva, por meio de cooperativas da agricultura familiar de que façam parte. As compras são realizadas pelo Governo Estadual e Prefeituras Municipais que participam do programa e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com recursos do MDS e do MDA.

Por sua vez, a terceira parte do questionário trata da renda do assentado, sua situação atual em relação ao mercado de trabalho, conforme expresso nas figuras a seguir.

A relação de trabalho no assentamento não ocorre de maneira formal, pois as famílias trabalham em seus lotes e utilizam-se de seus membros e de grupos que fazem parte para ajudá-las. Existe uma parceria e a mútua cooperação entre os assentados, não necessitando manter um vínculo empregatício no lote para a produção de subsistência.

O termo “da roça” é aplicado pelos assentados quando se referem que o sustento vem da lavoura, ou seja, da venda dos produtos das plantações. Já outros vêm de atividades esporádicas, como venda de bebidas na beira da estrada ou algum “bico” que aparecer.

O que acontece e, com frequência, é os homens prestarem serviços em fazendas circunvizinhas aos assentamentos, obtendo, dessa forma, uma complementação da renda. Isto demonstra que, a política vigente não concretiza os

objetivos a que se propõe e, apenas, o trabalho no lote não tem sido suficiente para garantir o sustento.

As evidências apresentadas aqui comprovam que a agricultura familiar está sendo efetivada plenamente no assentamento. Pode-se afirmar com isso que, os assentados da reforma agrária necessitam, entretanto, de mais políticas públicas que os envolva diretamente na promoção do bem-estar social. Ao mesmo tempo, os dados coletados permitem entrever que é possível que, a coletividade se organize de forma mais adequada, a fim de reivindicar e obter benefícios para a comunidade. Destaca-se, nesse sentido, que promover uma reforma agrária, de qualidade, não é constituída apenas de assentar as famílias. É necessário também políticas de amparo ao trabalhador rural para que ele possa realizar suas atividades econômico/produtiva, como é descrito no II Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2003).

Num cenário atual de arrefecimento das oportunidades de trabalho, e ainda, mais agravado em função da pandemia do COVID-19, um dos gargalos para os assentados foi o escoamento ou a comercialização dos produtos agrícolas. As formas mais comuns de viabilizar sua produção são por meio do acesso às políticas públicas, por exemplo, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e PAA ou da venda direta em feiras livres (em ruas e praças públicas) e mercados.

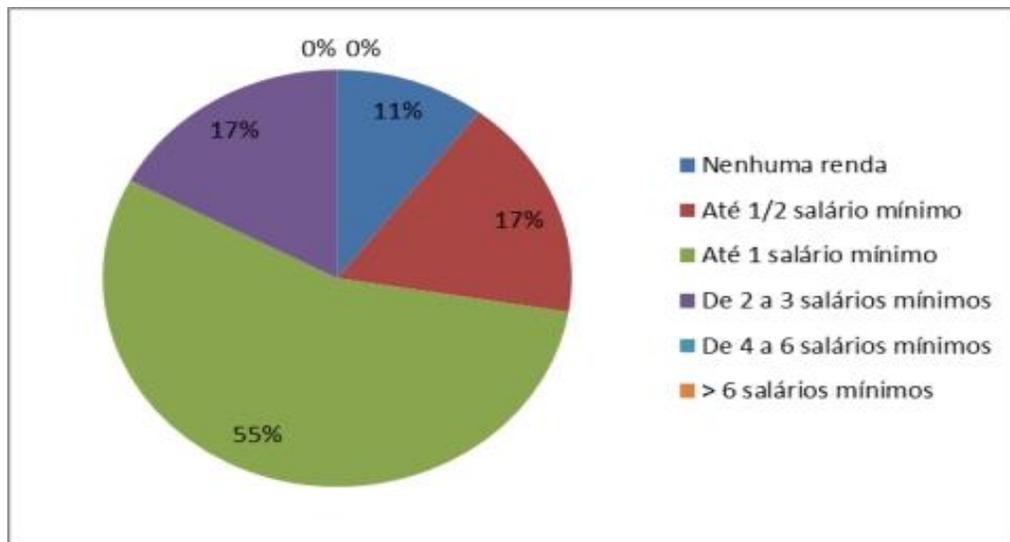
Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (2011), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa que garante por meio de transparência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Já o PAA, instituído pela Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, é, juntamente com o Programa Bolsa Família, iniciativa específica do governo do ex-presidente Lula, um instrumento que visa estruturar ações no âmbito da política agrária e da segurança alimentar, objetivando concretizar o Projeto Fome Zero.

A existência desses programas permite o reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar como produtora de alimentos e agente econômico integrado a outros setores da sociedade. Atuam também como poderoso mecanismo de inclusão e legitimação dos assentados da reforma agrária na vida social e econômica local. Por

causa da pandemia, muitos municípios estabeleceram a quarentena e decretaram restrição de horários ou o completo fechamento dos mercadões e a suspensão das feiras livres, que foi o caso de Santo Amaro. Isso afetou diretamente a renda dos agricultores familiares, incluindo os assentados do Eldorado.

Diante do exposto, 55% dos entrevistados recebem rendimento que, equivale a cerca de um salário mínimo mensal, conforme estabelecido pela Medida Provisória n. 1.091/2021, no valor de R\$1.212,00, resultante de aposentadorias ou da venda da produção agrícola. A Figura 35 apresenta a distribuição dos respondentes por renda familiar.

Figura 35 - Distribuição dos assentados por renda familiar

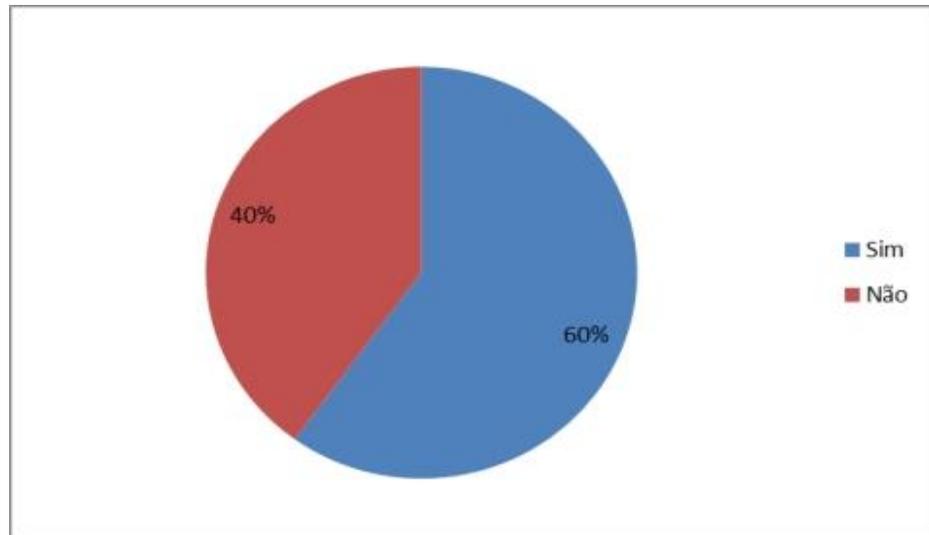


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Para os sem rendimentos mensais (11%), deve-se levar em consideração os jovens que não desenvolvem atividades remuneradas e vivem dos rendimentos dos pais ou ainda sofrem consequências por conta da pandemia da COVID-19. Nas demais variações de rendimentos, tem-se 17% dos entrevistados que recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo ou de dois a três salários.

Num quarto momento foi aplicado o questionário junto aos moradores para coleta de informações acerca da percepção dos assentados quanto à atividade turística no assentamento Eldorado.

Figura 36 – Percepção dos assentados sobre a atividade turística



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

A partir das respostas apresentadas na Figura 36, nota-se que 60% dos entrevistados conhecem a prática da atividade turística no assentamento Eldorado, imprimindo uma valoração positiva, ao afirmarem que seria bom o retorno do TBC na comunidade. Entre as diversas explicações, a que mais se destaca é a troca de experiência entre visitantes e a comunidade. Porém, 40% dos entrevistados relataram que não tinham conhecimento da atividade por residirem no assentamento a menos de cinco anos e não tiveram oportunidade de vivencia-la.

Em relação à valorização do trabalho e os conhecimentos adquiridos na interação com os visitantes, um dos entrevistados apontou melhorias em conhecimento, em cultura, dizendo: “isso é muito bom. Você está sempre aprendendo com as outras pessoas..., nossa! É muito bom, é gratificante.” (Entrevistado 1). Foi quase unânime que o turismo contribuiu para a valorização dos produtos agrícolas da localidade, como demonstrado na seguinte fala: “as pessoas valorizam mais, pois a gente vê o pessoal

das grandes cidades procurar mais, pois é um produto que vem lá do meio rural, não é aquela coisa do dia a dia, não é aquela coisa do mercado.” (Entrevistado 2).

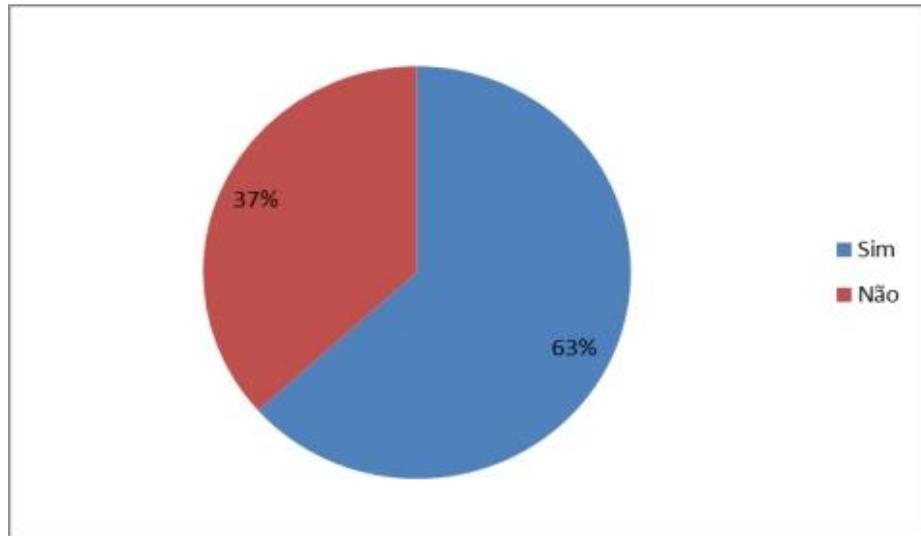
Da mesma forma, há uma maior valorização da cultural local. Para todos os entrevistados que viram a atividade como positiva, apontaram os atributos culturais locais como importantes, principalmente através dos produtos típicos e da gastronomia, como visto na fala do senhor Thomaz, morador antigo do Eldorado: “então é uma valorização como um todo, indiretamente todos estão ganhando”.

Com relação às mudanças trazidas pelos visitantes para a comunidade, observou-se que foram destacados mais aspectos positivos, pois, de acordo com o relato de um dos assentados:

“Nós aprendemos e estamos convivendo com gente de todo o Brasil e essa integração é importante. Nós acabamos conhecendo o mundo em casa, só em contato com esse povo. Nós acabamos conhecendo pessoas com várias profissões e conversamos, trocamos ideias.” (Entrevistado 3).

A seguir, na quinta parte do questionário, foi abordado o grau de envolvimento dos assentados na prática da atividade turística. Depois de investigar sobre a importância da atividade turística, buscou-se descobrir se os moradores do Eldorado tinham de fato um envolvimento com a atividade ou se ficava restrito a pequenos grupos ou pessoas. Para isso, durante a entrevista, para aqueles que afirmaram ter algum tipo de envolvimento, listou-se algumas possíveis forma de envolvimento. Todavia, no decorrer das entrevistas, percebeu-se que os assentados retratavam o envolvimento no passado quando a atividade era mais frequente. Ainda assim, para o foco da pesquisa, constatou-se, conforme Figura 37, que 63% afirmaram ter tido envolvimento com a atividade e 37% nunca participaram da atividade.

Em conversa com os moradores, muitos indicaram que a atuação das mulheres foi bastante significativa para “a abertura de portas”, palavras dos companheiros e homens do assentamento. Isso porque, essas agentes, em suas reivindicações sociais, conseguem movimentar a maioria das mulheres e os demais membros das famílias em torno das diversas ações a serem construídas.

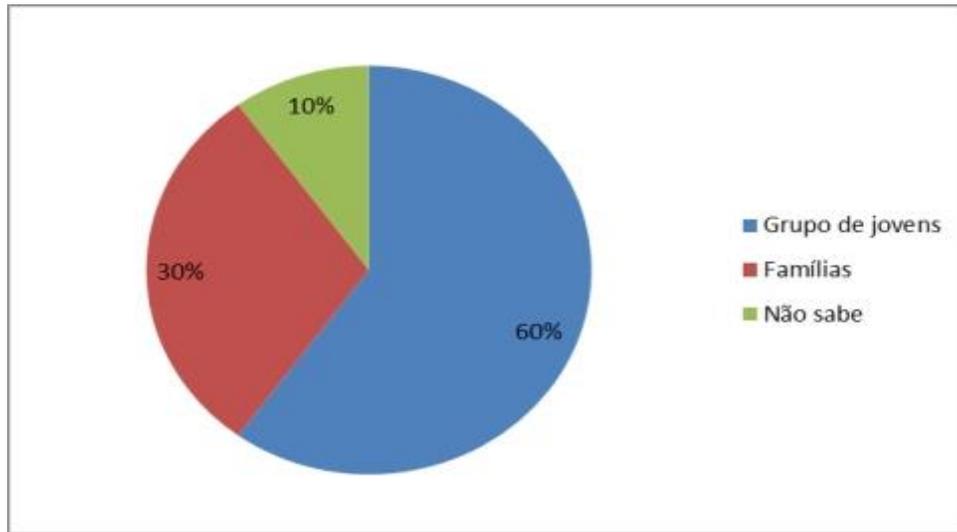
Figura 37 - Envolvimento dos assentados com a atividade turística

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Desse modo, foi questionado aos assentados se já tinham escutado sobre o termo turismo de base comunitária e, como esperado, dentre os 30 entrevistados, incluindo o questionário do líder, 21 dos moradores entrevistados (72%) nunca tinham ouvido falar no termo.

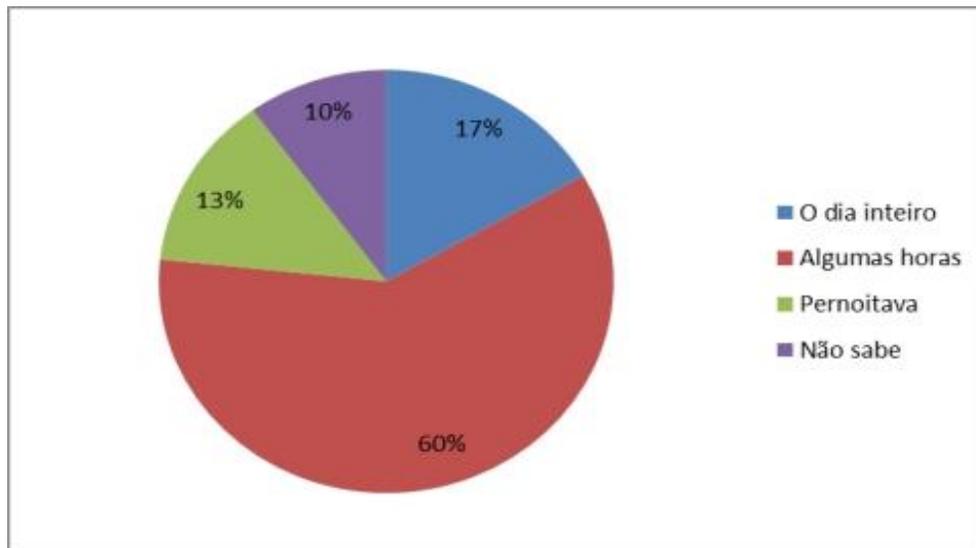
Entende-se que o TBC pode representar uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Suas especificidades podem ajudar a aliar conservação ambiental e valorização cultural em comunidades espalhadas por todo o território nacional, apresentando ao mundo e aos próprios brasileiros uma diversidade de “brasis” conhecida por poucos.

No que concerne à quinta parte do questionário, esta foi direcionada às informações sobre a atividade turística realizada dentro do assentamento com questões relacionadas ao perfil dos visitantes e tempo de permanência. Na Figura 38, pode-se observar que 60% dos turistas que visitaram o Eldorado faziam parte de grupo de jovens, enquanto 30% eram famílias.

Figura 38 - Perfil dos visitantes ao Eldorado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Os assentados ainda relataram que as visitas eram esporádicas e giravam em torno de algumas horas (60%), conforme apresentado na Figura 39.

Figura 39 - Tempo de permanência do turista no assentamento

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Entretanto, os turistas tinham a oportunidade de conhecer as áreas coletivas e as produções individuais das famílias. Eles aprendiam sobre a produção da mandioca, desde o preparo da terra até o plantio e a colheita da raiz. Nas visitas, os representantes da comunidade contavam um pouco sobre a vida no assentamento, o convívio social e a sua organização econômica, ou seja, o processo de conquista da terra e o Movimento Sem Terra.

Vale ressaltar que, o caráter pedagógico que assumem essas visitas de acordo com os dados da ocupação dos visitantes. Conforme discutido na revisão bibliográfica, o turismo pedagógico pode vir a assumir um papel central na execução das atividades de turismo, ainda mais com uma demanda representativa de estudantes, o que pode ser direcionado também à formação política promovida pelo MST.

Os visitantes buscavam no assentamento, de acordo com a Figura 40, descobrir o sabor de frutas tropicais, que, para os turistas, tinham sabor exótico. Conhecer histórias de vida de gente que tem na terra um ideal. Essas curiosidades simples para muitos brasileiros são inusitadas, principalmente, para estudantes estrangeiros que visitaram o assentamento.

Figura 40 - Nuvem de palavras - atividades realizadas no assentamento



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Além disso, pode-se perceber, no relato dos entrevistados, que havia um grande interesse, sobretudo de estudantes, em conhecer as memórias e os fatos marcantes da história de luta pela terra no município através das famílias que haviam vivenciado os períodos históricos, desde os acampamentos até a instalação e estabilização do assentamento.

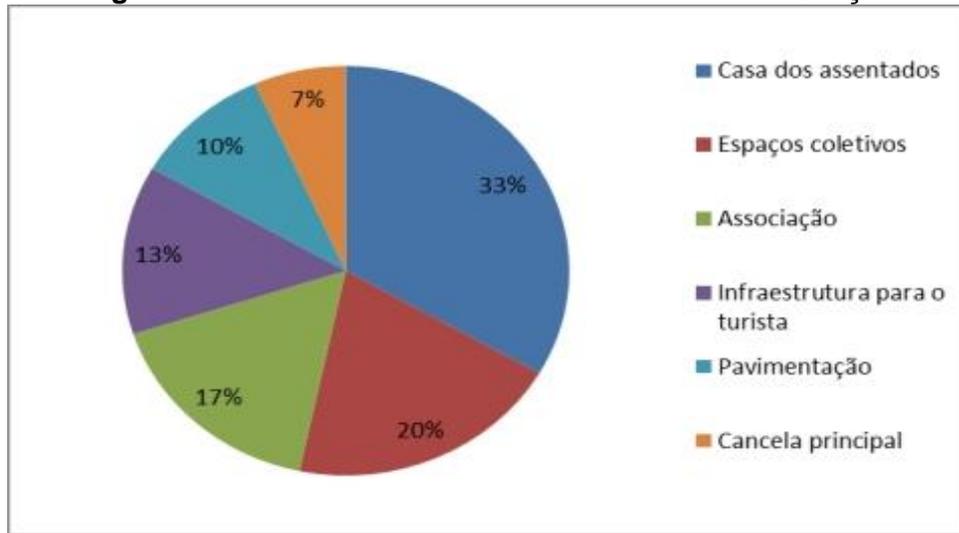
A sexta e última parte do questionário estava relacionada à gestão da atividade turística no assentamento. É importante ressaltar que, a prática do turismo rural exige a transformação de comunidades rurais em pequenas “empresas organizadas”, oferecendo atividades planejadas e uma estrutura adequada para a recepção dos turistas. Isso deve ser feito de modo que não represente impacto ao meio ambiente, através do uso consciente dos recursos naturais e o comprometimento das pessoas (proprietários, colaboradores, clientes, entre outros) com a redução dos impactos ambientais, respeitando as limitações e a renovação dos recursos naturais da região.

Além dos benefícios no que tange às questões econômicas dessa população, existem vantagens maiores, como o conhecimento e a valorização do seu território, o resgate da autoestima e a mobilização em torno de ações que possam viabilizar, com dignidade, a vida dos assentados, populações historicamente colocadas à margem dos processos de desenvolvimento.

Durante a aplicação dos questionários, todos os assentados entrevistados eram contra a cobrança da visita, afirmando que os turistas, além de comprar seus produtos agrícolas, deixavam quantias individualizadas, no caso de quem acompanhasse o grupo ou de forma coletiva, sempre no intuito de melhorar os espaços coletivos.

A Figura 41 apresenta qual o melhor destino do dinheiro arrecadado. Da amostra, 33% dos entrevistados achavam que o dinheiro proveniente do turismo deveria ser investido na melhora das casas dos assentados. Dessa mesma amostra, 17% disseram que o ideal seria investir na associação do assentamento para melhoria do local e aquisição de equipamentos para gestão do assentamento. Já 20% relataram que preferiam que o dinheiro fosse investido nas instalações coletivas do próprio assentamento.

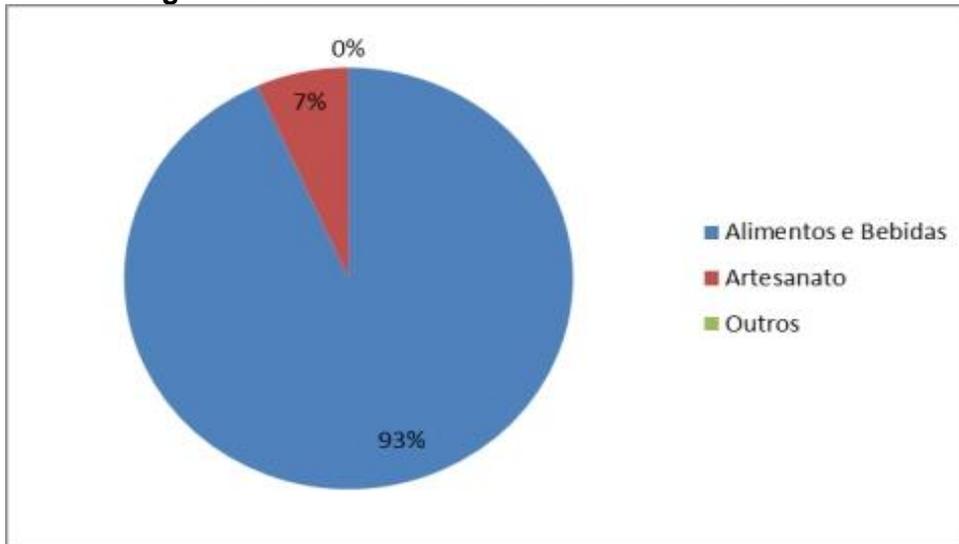
Figura 41- Destino do dinheiro arrecadado com a visitação



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

Em relação ao consumo de produtos feitos pelos turistas no assentamento, constatou-se, de acordo com a Figura 42, que o maior consumo é feito principalmente no bar de seu Thomaz e dona Marizete, na entrada do assentamento.

Figura 42 - Produtos consumidos no assentamento



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

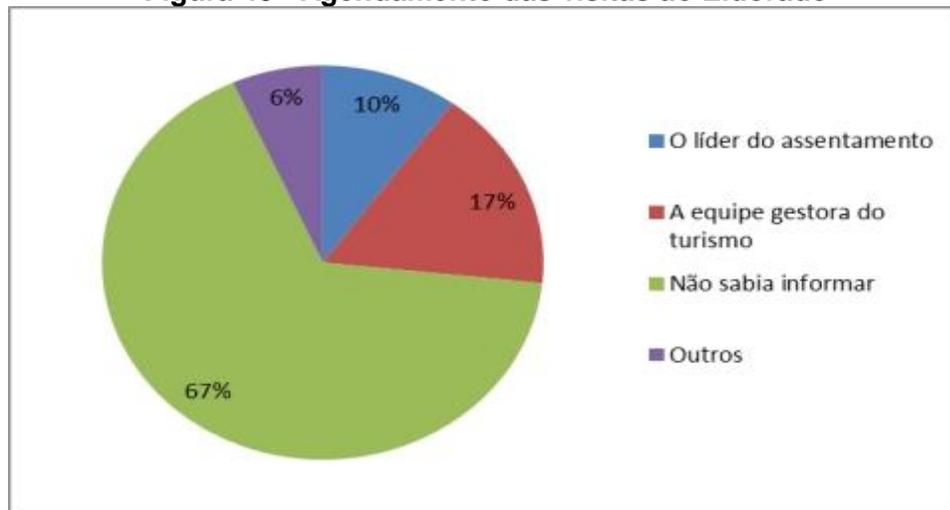
Esse consumo corresponde a 93%. Ali são servidos diariamente refeições com variadas opções, dentre elas feijoada e frango caipira, além da venda de produtos orgânicos produzidos nos próprios lotes dos assentados, tais como amendoim, quiabo, abóbora, hortaliças e frutas diversas.

Foi observado ainda que, outras barracas de assentados também costumam vender produtos agrícolas em menor quantidade. No que tange à venda de bebidas para turistas e visitantes são ofertados água mineral, refrigerantes e algumas bebidas alcoólicas, como cervejas e cachaças.

Em relação ao artesanato no assentamento, apesar de ser uma área rica em materiais como, o bambu e a palha da bananeira, alguns entrevistados citaram a necessidade de um curso de capacitação para a prática da atividade no PA Eldorado, vista como forma de envolver os jovens e mulheres na produção associada ao turismo, agregando valor à prática. Vale ressaltar que já existe uma demanda dos assentados para desenvolver essa habilidade, promovendo a representação do PA e expressando a identidade local. A líder da associação mencionou que produzia junto com outras assentadas algumas bijuterias feitas com miçangas, porém, não existe uma produção em larga escala para venda.

Outra questão foi o agendamento das visitas dos turistas ao assentamento Eldorado, apresentado na Figura 43.

Figura 43 - Agendamento das visitas ao Eldorado



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

A maioria dos entrevistados (67%) não sabia informar como eram feitos os agendamentos das visitas. Entretanto, alguns mencionaram que algumas agências se comunicavam diretamente com o líder do assentamento (10%) ou com algum assentado que fazia parte do grupo gestor da atividade do turismo (17%).

Por fim, duas perguntas abertas foram feitas aos entrevistados. A primeira: quanto eles ganham ou chegaram a ganhar com a atividade do turismo no assentamento de maneira direta ou indireta? Em relação a essa questão, dentre os entrevistados, 100% informaram que não sabiam que o valor a receber variava de acordo com o número de visitantes, o tempo de permanência e dos acordos com algumas agências que intermediavam as visitas.

E a segunda questão foi o que poderia melhorar no assentamento para receber os turistas? Os entrevistados informaram que existe a necessidade de muitas melhorias no assentamento, dentre elas a manutenção das vias internas, reforma nas instalações coletivas e, principalmente, um local que pudessem recepcionar melhor os grupos com espaço para venda dos produtos agrícolas e não agrícolas do assentamento.

Para a caracterização dos potenciais atrativos do Eldorado em relação aos assentamentos abordados anteriormente, realizou-se uma seleção através da pesquisa de campo e dos documentos intitulados como Estudos Integrados de Turismo de Base Comunitária, desenvolvidos pela equipe da FUNDEF. Isto possibilitou a coleta de informações sobre os atrativos naturais, culturais, hospedagem, organização social, conservação do meio ambiente, gestão participativa e presença de infraestrutura turística, fatores necessários ao estabelecimento e desenvolvimento da atividade turística (Quadro 10).

Analisando o quadro a seguir, pode-se perceber que o potencial de atratividade do Eldorado varia, em sua maioria, entre os níveis um e dois, ou seja, atrativos com valores moderados com potencial de desenvolvimento. Destacam-se como pontos fortes na escolha do valor atribuído, além dos atrativos naturais, leva-se em conta a comida típica, o modo de vida dos assentados e sua organização social.

Quadro 10 - Comparativo das variáveis do TBC no assentamento Eldorado em relação a seus congêneres na Bahia

ASSENTAMENTOS	NA	AC	HOSP	OS	MA	INFRA	GP	MÉDIA
Baixão	3	1	3	3	3	2	2	2,4
Caritá	1	2	1	2	1	3	3	1,8
Pancada Grande	3	2	1	1	3	3	2	2,1
Eldorado	2	2	1	2	1	2	1	1,5
MÉDIA	2	1,7	1,5	2	2	2,5	2	-

Fonte: Elaboração próprio autor (2021). AN (atrativos naturais), AC (atrativos culturais), HOSP (hospedagem), OS (organização social), MA (meio ambiente), INFRA (infraestrutura), GP (gestão participativa).

Tomando por base os critérios abordados que alcançaram pontuação dois, a exemplo da organização social e gestão participativa, pode-se inferir que, se forem implementadas políticas internas no assentamento e estruturação de cada elemento, eles serão capazes de gerir melhor a atividade turística. Particularmente, em relação a gestão participativa, encontrou-se um contexto interessante para compreender que o envolvimento da comunidade assentada pode trazer impactos positivos ou negativos na atividade do turismo.

As ações podem levar os assentados à inclusão social por meio da articulação entre os próprios assentados e os agentes externos, contribuindo assim, para o incremento da atividade dentro do assentamento. Não é possível falar de turismo negligenciando as dimensões histórica, social, econômica, ecológica, educativa, cultural, política e ética, entre outras.

Além disso, a necessidade de se implementar a infraestrutura básica a fim de atender de forma mais adequada os turistas pode beneficiar a comunidade local com melhoria no saneamento básico, pavimentação das vias internas do assentamento e a recuperação de áreas degradadas e instalações coletivas.

O que se pode observar nos assentamentos estudados e, que sintetizou-se no quadro 10, é que há uma tentativa de fortalecimento do turismo, porém, tanto a ausência de estrutura adequada, como de assistência técnica e recursos financeiros,

faz com que os assentados não consigam desenvolver a atividade. Para que a prática do TBC tenha realmente um impacto positivo no assentamento é preciso que as políticas públicas estejam aliadas ao MST, pensando em estratégias que tenham uma atuação mais horizontalizada e participativa.

Atualmente, o assentamento Eldorado conta parcialmente com os atrativos abordados, pois a ausência dessas variáveis de forma adequada não permite fazer análise comparativa mais aprofundada entre os outros assentamentos e o Eldorado.

Em termos estruturais, realizou-se uma breve apresentação sobre conceitos de espaço e territorialidade, os quais auxiliaram a compor a descrição sobre o assentamento Eldorado, contextualizando-o. Em seguida, foram destacadas as características do Território do Recôncavo, onde o objeto de pesquisa está inserido, apontando os municípios que compõe o território. E, por fim, procedeu a apresentação do assentamento Eldorado.

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, relata Milton Santos em “Por uma geografia nova” (1978), é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções e recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território.

Para o geógrafo Milton Santos (1982), o espaço não se qualifica da maneira tradicional como consta nos dicionários (geograficamente), ele adquire uma noção de tempo, permitindo o reconhecimento do movimento e apresentando as coisas de maneira heterogênea. O conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções.

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Por sua vez, Corrêa (1995, p. 65) chega a uma definição de organização espacial, que, segundo o próprio autor, é uma expressão equivalente a espaço, ou seja, é o “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra.” O conceito de espaço passa, portanto, pela área que pode ser vivida, experimentada, sentida por um indivíduo ou pela coletividade. O espaço é, por isso, marcado pela afetividade.

Henri Lefebvre concebe o espaço como lócus da reprodução das relações sociais de produção (apud CORRÊA, 1995). Santos, inspirado em Lefebvre, merece destaque, pois explicita teoricamente a forte conexão entre sociedade e espaço ao conceituar a formação socioespacial. Para Santos (1998), o espaço só pode ser entendido a partir da sociedade e esta só se concretiza através de seu espaço.

Desse modo, o espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. O controle, o ordenamento e a gestão do espaço fundamentam-se na categoria “território”. Determinar esta relação entre espaço e território não significa decantá-la a fim de obter apenas uma definição, uma vez que, no pensamento geográfico, o conceito de território é polissêmico, como diz Haesbert (2011). De acordo com essa visão, território também pode ser definido da seguinte forma:

O território é conceituado como um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e, uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2010, s/p.).

Essa inter-relação entre espaço e território, considerando os entrecruzamentos entre o geográfico, o cultural e o humano, permite que seja possível falar também em territórios de identidade. Para o processo de territorialização da Bahia, cujo objetivo principal é minimizar as diferenças no cenário socioeconômico baiano, e com isso promover uma política de participação mais igualitária, é preciso também considerar os territórios de identidade, que se constituem como importantes vias para a promulgação

de políticas públicas destinadas a populações específicas. Desse modo, o caminho para a cidadania se faz também pelo reconhecimento dessas identidades.

4.4 ATRIBUTOS DO ASSENTAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TBC

Os atributos de um assentamento são as características que o local tem capazes de atrair os turistas e conseqüentemente promover o desenvolvimento do local e melhorar a qualidade de vida de seus moradores. Então aqui foram listados os atributos do assentamento Eldorado para a promoção do TBC.

4.4.1 História do Eldorado

Em 1996, o MST chegou ao Recôncavo baiano, inicialmente no município de Santo Amaro, onde as ocupações de terra deram origem aos assentamentos Eldorado do Pitinga, Nova Suíça e Bela Vista. O MST ocupou as fazendas de devedores e sonegadores do Banco do Brasil e do Banco Econômico. As ocupações favorecidas pela conjuntura e pela pressão exercida pelo movimento, rapidamente foram efetivadas. O compromisso da União de desapropriar esses imóveis rurais tem se realizado historicamente sob a pressão dos movimentos sociais que ocupam essas áreas e exigem o direito de posse.

No dia 17 de março de 1997, o MST, com a participação de 70 famílias, ocupou a antiga fazenda Pitinga, reivindicando-a ao Estado como imóvel improdutivo. Por sua condição de improdutividade, o imóvel deveria ser destinado para fins da reforma agrária por não cumprir a sua “função social”, segundo a determinação do artigo 184 da Constituição Federal de 1988. Partindo desse pressuposto, é importante elucidar o que dispõe o artigo 184 da Constituição Federal.

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (Artigo 184/CF) (BRASIL, 1988).

Ainda nesse contexto, a Constituição Federal assegura que a função social da propriedade será cumprida quando a propriedade rural atender aos critérios:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

No caso do acampamento Eldorado, a ocupação se deu numa conjuntura política favorável - na época da recuada do Estado mediante a repressão dos movimentos sociais e de uma relativa abertura no campo das políticas fundiárias após a crise política provocada pelo massacre do Eldorado de Carajás – e, estrategicamente, numa área em situação de inadimplência do Grupo Econômico com o Banco Central. Estes fatores facilitaram a desapropriação e criação do Ponto de Assentamento que aconteceu depois de oito meses de ocupação, tempo relativamente rápido.

A heterogeneidade interna do grupo do PA Eldorado é uma das suas características mais notáveis. Vindos de lugares diferentes - do campo ou da cidade, do litoral ou do sertão; por motivos variados, são jovens, idosos, crianças, mulheres e homens. A sua composição tem mudado ao longo dos anos. É composto por famílias constituídas por filhos dos assentados, criados no assentamento e também por famílias que não participaram do processo de ocupação da terra. Hoje, no Eldorado, residem 50 famílias, que pode variar entre três ou quatro moradores por residência. Em Santo Amaro, além do Eldorado, existem os assentamentos.

Além do assentamento Eldorado, existe o Nova Suissa, com cerca de 100 famílias assentadas nos 1.821 hectares da Fazenda Nova Suissa, reúne pessoas de origens variadas, tendo como principais atividades a agricultura de subsistência e a pecuária, desenvolvidas com práticas e técnicas tradicionais. O Assentamento Bela Vista (ABV), localizado no município baiano de Santo Amaro, por sua vez, encontra-se na região Recôncavo Sul, subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu. Os assentados praticam agricultura de subsistência e cultivam em roças tradicionais produtos para consumo próprio e para venda na feira local.

O assentamento Eldorado está dentro do bioma da Mata Atlântica, marcado com riquezas naturais e com a presença do Rio da Penha, que segundo relato dos assentados, está localizado a 500 metros da agrovila.

4.4.2 Infraestrutura do Eldorado

Não existem placas de sinalização para chegar no assentamento. As vias internas de acesso são feitas de estrada de chão batido, cascalhado e argila, e tem boa acessibilidade, porém as vias de dentro dos roçados e trilhas não estão em boas condições de uso, acarretando dificuldades para percorrer, como é mostrado nas Figuras 44A e 44B.

Figura 44 - Entrada (A) e via interna (B) do PA Eldorado



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

O assentamento possui rede elétrica, uma contribuição do programa Luz para Todos, do Governo Federal. Tal programa promove o acesso de famílias residentes em áreas rurais à energia elétrica, de forma gratuita, através da extensão de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares. O Programa tem priorizado escolas rurais, quilombolas, indígenas, assentamentos, ribeirinhos, pequenos agricultores, famílias em reservas extrativistas, afetadas por empreendimentos do setor elétrico.

Criado em 2004, o programa Luz para Todos, até setembro de 2020, por meio da Coelba – concessionária da Neoenergia na Bahia – realizou mais de 664 mil conexões e beneficiou 2,4 milhões de pessoas, buscando a universalização do acesso à energia na área rural. As obras se estendem por 415 cidades baianas e a meta é universalizar todo o estado até 2021.

O atendimento de água por rede geral de abastecimento se dá por meio da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA). Entretanto, no assentamento é insuficiente. A água é encanada na maioria dos lotes, sendo que existe ainda a utilização de captação de água por gravidade ou cisternas. A proximidade dos lotes com os mananciais hídricos da região propicia a utilização dessas águas nos núcleos, tendo portando significativa ligação com seu uso na agricultura e consumo doméstico.

A realização de irrigação nas lavouras se dá através de captação por bombeamento, o qual envolve consumo de energia elétrica assim como uma boa estrutura de encanamentos. A questão da irrigação está condicionada, portanto, às condições socioeconômicas do assentado.

As residências que possuem instalações sanitárias utilizam fossas como destino dos esgotos domésticos, sendo que os tipos de fossas identificadas no assentamento estudado são fossas rudimentares, do tipo fossa “negra”, construídas em alvenaria de tijolo, sem impermeabilização e nenhuma proteção contra poluição e/ou contaminação do solo e das águas subterrâneas.

Algumas famílias queimam os resíduos como alternativa de tratamento e como destinação final enterram os resíduos. A queima dos resíduos, como plásticos,

madeiras, papéis e outros materiais podem liberar substâncias inflamáveis prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Apesar das famílias queimarem e enterrarem os resíduos sólidos como alternativa de tratamento e/ou destinação final, durante as visitas de campo observou-se ainda a presença de resíduos sólidos a céu aberto e nas proximidades das residências.

Destaca-se ainda que, quanto à infraestrutura relacionada à comunicação, o assentamento possui sinal de telefonia celular e duas formas de acesso à internet, a internet rural via satélite, que funciona através de uma mini antena parabólica, geralmente instalada no telhado da propriedade rural. Esta mini antena captura o sinal que vem via satélite e o transmite via cabo para um modem *wi-fi* dentro da casa ou através da empresa particular Tsunami, com sede em Santo Amaro, onde os assentados podem contratar os planos de acordo com suas necessidades.

4.4.3 Educação

Em relação ao acesso à educação por parte dos assentados, há a presença da rede pública municipal de ensino na localidade com a Escola Municipal Antônio Conselheiro (Figura 45) com sala de aula e brinquedoteca (Figuras 46 e 47). Entretanto, a escola do assentamento oferece apenas educação infantil e ensino fundamental I, desse modo, os estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio precisam se deslocar para outras cidades, diariamente.

A escola Antônio Conselheiro conta com uma turma de educação infantil e duas turmas do ensino fundamental, uma regular e outra pelo programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A professora é contratada pela prefeitura e não mora dentro do PA nem faz parte do MST. Os filhos dos assentados que estudam no ensino fundamental II e do ensino médio precisam deslocar-se até a comunidade Pitinga ou Santo Amaro. A escola está localizada no antigo galpão da fazenda e dispõe de pouco material escolar, o que prejudica as suas atividades. Em 2016 foi reformada pela prefeitura, pois teve a estrutura afetada pelo deslocamento do solo massapé).

Figura 45 - Escola Antônio Conselheiro – PA Eldorado



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Figura 46 - Sala de aula



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

O transporte escolar é realizado em parceria com outras localidades circunvizinhas, sob a responsabilidade da prefeitura da cidade, que transporta os

alunos das séries mais avançadas para a sede do município em ônibus ou vans escolares no período da tarde e à noite.

Figura 47 - Brinquedoteca



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

4.4.4 Produção Agrícola

O MST percebe a produção como uma atividade central de uma organização que pretende, além de gerar um maior benefício e desenvolvimento da área, estimular o sentimento de pertencimento ao local, práticas coletivas e novos valores, que visem uma transformação social, dentro do PA.

Os assentados relataram que a principal fonte de renda da maior parte da comunidade é a produção e comercialização dos produtos agrícolas cultivados no assentamento, tais como: mandioca, banana (Figura 48), milho, feijão, quiabo (Figura 49), goiaba, jenipapo, manga, jaca, jambo (Figura 50), maracujá, aipim, fruta-pão, abóbora, amendoim, banana da terra, inhame, batata doce, dendê e hortaliças (Figura 51).

Figura 48 - Produção de bananas



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

O escoamento dos produtos é outra questão importante. A maioria das pessoas vende a mercadoria no próprio assentamento, alguns conseguem levar os produtos nas feiras livres da região (especialmente, Saubara e Santo Amaro) e vendem a beira da estrada.

Figura 49 - Produção de quiabos



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Figura 50 - Produção de jambos



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Figura 51 – Hortaliças e tubérculos



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Alguns desses produtos são beneficiados, como a mandioca - farinha, beiju, tapioca e puba (Figuras 52), além do mel e azeite de dendê (Figuras 53), que são comercializados juntamente com a produção na entrada do assentamento e nas feiras das cidades mais próximas. Além disso, há também algumas pessoas que vão até o assentamento para comprar a produção dos assentados.

Figura 52 – Beiju e puba



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Figura 53 – Azeite de dendê



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Os dados coletados até aqui demonstram que esses assentados desenvolvem uma agricultura com grande variedade e com poucos recursos. Essas informações caracterizam as famílias do assentamento Eldorado como “pequenos agricultores familiares”. O grupo de técnicas tradicionais rurais utilizadas na produção, faz com que o pequeno agricultor junto com sua família se dedica à terra a que estão rotineiramente

ligados. Desse modo, o cultivo se dá para o seu próprio consumo, com uma produção de alimentos diversificados e, o excedente é comercializado.

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas, seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquiriu novas significações. Quando o poder público implantou uma política federal voltada para esse segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (BRASIL, 1996) ou quando criou a Lei n.11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontram-se diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo.

As pesquisas acadêmicas buscam compreender o papel exercido por esse segmento social na estrutura político-econômica do País e sugerir formas para inserir as parcelas excluídas no processo de desenvolvimento. É nesse contexto que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade. Assim, um aspecto relevante da agricultura familiar é sua vocação tanto para a produção como para o consumo. Além disso, a gestão familiar propicia a realização de atividades que requerem maior cuidado no manejo dos recursos.

Outra função atribuída à agricultura familiar, a sociocultural, significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade. O aumento dos problemas enfrentados pelas populações de grandes cidades tem levado à busca de modos de vida mais saudáveis, à valorização por alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, a optar por produtos produzidos de forma artesanal, com matéria prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza.

Essa tendência tem resultado na valorização da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural. Também é parte desse processo, a existência de criação de bovinos leiteiros e pequenos animais como suínos e aves nos quintais. Esse sistema de produção animal está relacionado à capacidade de produção, ao manejo, aos benefícios sociais e até mesmo à

sobrevivência das famílias em situações como nas secas periódicas que acometem o Nordeste do Brasil (Figura 54).

Figura 54 - Criação de bovinos



Fonte: FETAG (2013).

4.4.5 Culinária

No assentamento Eldorado existe elementos que são próprios do local e podem ser aliados ao turismo rural. A culinária típica rural é diversificada e saborosa no assentamento, com preparação de galinha caipira, churrasco de porco, beiju na folha de bananeira, pamonha de milho, bolachinhas de tapioca, mariscos entre outros. Tudo servido no principal restaurante do assentamento (Figura 55), de propriedade do Senhor Thomaz e Dona Marizete (Figura 56), antigos moradores, localizado na entrada do assentamento, à beira da estrada.

Figura 55 - Bar e restaurante



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Figura 56 - Senhor Thomaz e Dona Marizete



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

Essas características são saberes que traçam a riqueza e o patrimônio cultural gastronômico regional (Figura 57). Bell e Valentine (1997) complementam, ao observarem que esse tipo de cozinha é construída a partir da herança cultural que

dialoga com as fronteiras e identidades territoriais solidificadas no imaginário popular, submetidas, no entanto, a novos arranjos,

Figura 57 - Marisco aratu



Fonte: Acervo do próprio autor (2021).

A culinária regional, nesse contexto, pode ser compreendida, segundo Atala (2008. p.20-21), como “um espaço de pertencimento”, onde há de se considerar que essas raízes de pertencimento fazem parte da história do povo, que usa o território e nele produz uma infinidade de sabores, desenvolvendo um conjunto de técnicas de conservação e de preparo dos alimentos.

4.4.6 Artesanato

O artesanato realizado atualmente no assentamento é pequeno, apesar de ser uma área muito rica em materiais como o bambu e a palha da bananeira, entre outros insumos encontrados com facilidade na região. Apenas algumas mulheres assentadas, como Manteiga, Joélia, Val e Té, confeccionam bijuterias de miçangas.

A líder da associação, “Manteiga”, citou a necessidade de cursos de capacitação para desenvolver melhor a prática do artesanato no PA Eldorado, a fim de envolver

jovens e mulheres na produção voltada para o turismo, assim agregando valor à atividade no assentamento. Então, muito além de pensar em empregar pessoas da comunidade como ação assistencialista, o objetivo é fomentar a prática da atividade turística e a produção como estratégias de desenvolvimento do assentamento.

4.5 GESTÃO E PRÁTICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A perspectiva de autogestão das iniciativas que caracterizam o TBC exige permanente interlocução e negociação de compromissos intracomunitários, de modo que a população local assuma o controle pleno no desenvolvimento turístico (LEE, 2013). Os membros da comunidade têm que incorporar estratégias de colaboração para coordenar os elementos que conformam o “pacote turístico”, tais como transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento, e assegurar as necessidades dos turistas.

Além disso, minimizar as ameaças potenciais do turismo sobre o local, de forma a preservar os atrativos turísticos e alcançar o benefício coletivo para a comunidade, passa pela implementação de alianças mutuamente benéficas que sejam economicamente rentáveis e socialmente aceitáveis para a população local.

Durante a pesquisa de campo, 35 assentados foram entrevistados e afirmaram que os turistas vêm acompanhados de guias oficiais de Salvador, porém dentro do assentamento são guiados pelos assentados. Eles acrescentam que o roteiro feito para eles começa pela visita à Santo Amaro, Recôncavo Baiano, Assentamento Eldorado, Cachoeira, Muritiba.

A atividade turística na comunidade conta com uma estrutura com grande capacidade para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, plantações e criação de animais. Além disso, existem barcaças para secagem de cacau, casa de farinha e uma casa que serviu como dormitório para os visitantes. Existe um refeitório próximo a escola e um restaurante na entrada do assentamento.

Quanto às atividades oferecidas aos turistas, estas incluem essencialmente visita às plantações, conversas com moradores antigos e explicações sobre o modelo de organização político e social do assentamento e do movimento MST (Figura 58). Normalmente, esses turistas procuram estes destinos motivados pelas belezas naturais, a tranquilidade e o convívio com a população local.

Figura 58 - Estudantes estrangeiros em conversa com moradores



Fonte: FUNDESF (2013).

Por estar em uma área turística, as parcerias com entidades locais, como prefeituras, associações de Santo Amaro e intercâmbio com assentamentos vizinhos, valorizariam a cultura local, favorecendo a colaboração entre os sujeitos. Isto poderia virar realidade com o desenvolvimento de uma roteirização agregando valores aos potenciais existentes da região. É fundamental também uma conscientização das crianças dos assentamentos, revelando o papel do turismo rural na comunidade para evitar o sentimento de diferença social entre quem visita e quem está sendo visitado.

Os atrativos turísticos inicialmente encontrados no PA Eldorado, por meio da visita técnica exploratória, são o modo de vida rural da comunidade, casa de farinha, utilização de barcaças, roças, plantações, lavouras, hortas oriundas da agricultura familiar, experiências agroecológicas e seu ciclo de produção, que fazem parte do cotidiano das famílias assentadas. De acordo com Rodrigues (1998, p. 86), as motivações que levam os turistas a buscarem o TBC indicam que:

Os turistas aspiram por uma mudança de ambiente, um tipo de vida diferente que lhes permita a recuperação de energias perdidas; um contato mais próximo com a natureza, na alimentação do mito do eterno retorno; uma vivência com pessoas, cujos modos de vida são tidos como simples, em oposição aos padrões comportamentais urbanos, considerados frios e despersonalizados; um lugar não massificado, diferenciado, bucólico, tranquilo.

Assim, é preciso ficar atento às necessidades e desejos da demanda, a fim de promover o desenvolvimento do turismo em assentamentos. A demanda pode surgir de habitantes da região, de outros estados e países. Logo, essa forma alternativa de turismo pode beneficiar diretamente a comunidade de assentados, proporcionando a geração de renda complementar para as propriedades rurais, ao mesmo tempo em que estimula a preservação do meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o TBC como uma alternativa econômica e sustentável para comunidades rurais do interior do estado da Bahia, no Brasil. Para o aprofundamento da discussão, teve-se como objeto de pesquisa o assentamento de reforma agrária Eldorado, localizado no município de Santo Amaro – BA. O problema central deste estudo estava em entender como se dá a apropriação do TBC, enquanto atividade promotora do desenvolvimento local e geradora de renda para as famílias assentadas.

Desse modo, entendeu-se que o objetivo geral de discutir a prática do TBC no assentamento Eldorado, localizado na região de Santo Amaro, na Bahia, considerando a via do desenvolvimento local com preservação do meio ambiente, foi alcançado. Nesse contexto, este estudo mostrou-se relevante, pois abordou o TBC numa comunidade de assentados, mostrando a realidade passada e a possibilidade de retomada da atividade turística que em detrimento da pandemia de Covid-19 estacionou a prática auxiliar na promoção do bem-estar e do desenvolvimento local.

Em relação ao objetivo específico: contextualizar o TBC no âmbito das novas tendências do turismo, partiu-se da literatura nacional especializada, analisada com profundidade nesse estudo, podendo-se afirmar que, no Brasil, o TBC vem sendo interpretado, a partir de uma leitura que privilegia, prioritariamente, o protagonismo da população local, na medida em que essa oferece produtos e/ou serviços aos turistas, tendo como principais impactos a valorização local, geração de renda e oportunidade de estreitamento de laços afetivos entre os moradores (BAPTISTA; MOREIRA, 2017, p. 200).

Quanto ao objetivo: discutir as inter-relações entre TBC e desenvolvimento local foram diversas as contribuições teóricas sobre o desenvolvimento que o TBC reforça. Sachs (2008) No TBC, o desenvolvimento ultrapassa os anseios da acumulação do capital, destacando a necessidade de alcançar também o bem estar social, enquanto que o crescimento enfatiza somente o progresso e inovação.

Sobre o objetivo: apresentar experiências de TBC no estado da Bahia que possam trazer subsídios para o caso analisado, os critérios utilizados para a seleção

dos assentamentos para aprofundamento da pesquisa foram definidos levando-se em consideração dois fatores. O primeiro fator considerado foi à relevância da atividade turística no assentamento, identificada por meio de informações de atores locais, divulgação na mídia e estudos científicos já realizados no assentamento. O segundo fator considerado foi pertencer ao programa Terra Sol, em convênio com o INCRA. Com isso, optou-se por três assentamentos, o Baixão, em Itaetê; o Caritá, em Jeremoabo; e o Pancada Grande, em Itacaré.

Nesse contexto de assentamento, caracterizou-se a comunidade do assentamento de Eldorado e sua relação com o TBC. O PA Eldorado tem uma conjuntura ambiental, social e cultural que indicam este local tem um forte potencial para o Turismo de Base Comunitária. Localizado em um território com notado apelo turístico, merece um olhar atento para as possibilidades de desenvolvimento social aliado à política de reforma agrária com foco em atividades não agrícolas diretamente conectadas ao dia a dia da comunidade.

A atividade turística não só pretende resgatar, potencializar e valorizar a cultura local, como também desenvolver e estimular a preservação dos patrimônios sociocultural e ambiental.

Identificar as iniciativas locais relacionadas à prática da atividade do turismo de base comunitária no assentamento Eldorado possibilitou observar a viabilidade do TBC com foco na segmentação do turismo de experiência no assentamento. É explícita essa viabilidade quando se analisa os elementos potenciais detentores de atrativos naturais, manifestações culturais com interesse de resgate, atividades agrícolas, culinária, artesanato e trabalhos manuais que buscam novos aprimoramentos.

Portanto, os objetivos propostos foram atingidos, visto que buscou-se delinear cada um dos capítulos a um objetivo específico, o que permitiu aprofundar a discussão e transitar entre concepções teóricas e práticas sobre o TBC.

A hipótese dizia que o TBC poderia ser uma importante via para o assentamento Eldorado do MST, bem como para as demais comunidades assentadas e, até mesmo, para a região de Santo Amaro, dada a potencialidade turística desse território. Reitera-se, portanto, que o TBC se apresenta como propulsor do desenvolvimento local e bem-

estar da comunidade do assentamento agrário, sendo assim, uma forma de renda complementar à agricultura familiar.

Todavia, identificou-se também que há a necessidade de uma maior mobilização coletiva quanto à gestão dessa atividade no assentamento, bem como de melhorias de infraestrutura na localidade, a fim de atender às necessidades da demanda e desenvolver o local.

Cumprido elucidar ainda que o Turismo de Base Comunitária em assentamento, hoje, é percebido pelo MST como uma oportunidade de dar visibilidade às problemáticas enfrentadas na luta pela reforma agrária. O MST sabe que, diante de um modelo de organização social perverso e de agricultura insustentável, a organização dos trabalhadores do/no campo atrai olhares turísticos para além da mera contemplação da paisagem. É óbvio que tem consciência de que há também quem busque os assentamentos visando apenas ter experiências não obtidas na cidade.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos políticos almejados pelo MST, os assentamentos, tal como o Eldorado, contam com recursos naturais e o saber-fazer de seus moradores, que são vendidos aos visitantes que buscam desde um contato com a natureza, um prazer na comida típica do campo e seus costumes, até a formação sociopolítica. Nesse movimento de oferecer o contato entre a população em geral e os assentados, reside o momento crucial da possibilidade transformadora, ou seja, da mesma forma como já foi mostrado, a visita pode ganhar uma dinâmica de reconhecimento do “outro”. Também pode ser o momento de alienação, de afastamento do visitante da realidade, do contexto histórico e do papel do assentamento de reforma agrária.

Dessa forma, entende-se que para o assentamento Eldorado, o TBC, de cunho pedagógico ou de experiência, se apresenta como uma alternativa para intermediar o diálogo entre comunidade interna e externa, já que as visitas ao assentamento vinham ocorrendo com o objetivo principal de conhecer o modelo social desenvolvido pelo MST e suas unidades produtivas, que possuem um modelo cooperativista autogestionário. Entretanto, viu-se também potencialidade para aprimorar a experiência do TBC na comunidade, diversificando roteiros a partir de uma prática integrativa com a natureza,

com a vivência na comunidade e, ainda, recuperando roteiros históricos que envolvem a antiga sede da Fazenda Pitinga.

O turismo no assentamento se apresenta como uma prática do turismo feito em pequena escala, que considera as particularidades e especificidades das áreas rurais, promovendo a diversificação da economia regional, melhorando as condições das famílias assentadas, interiorizando o turismo, diminuindo o êxodo rural e promovendo o reencontro dos cidadãos com as suas origens rurais e com a natureza. Desse modo, são criadas alternativas que valorizam atividades rurais, integrando visitantes e comunidade (MARTINS; MORETTI, 2004).

A consolidação da atividade turística dependerá, portanto, de esforços coletivos, principalmente do empoderamento da associação local, focada em ser protagonista dos destinos das famílias que lutam pela permanência no campo. Então, para pensar ações junto com outros atores da atividade turística, é necessário que os moradores assentados estejam introduzidos em discussões – esse é, inclusive, um dos pilares do TBC, justamente em razão da importância da gestão participativa. Dessa forma, a autogestão coletiva impulsiona a economia solidária e desencadeia, de forma socializada, melhorias e bem-estar para toda a comunidade.

Banducci Júnior (2014). Devido à prática do turismo em assentamentos ser uma atividade recente, existe resistência de alguns assentados em mudar os seus hábitos agrícolas e adotar uma nova prática. Todavia, destaca-se que a proposta do TBC é que, o turismo como prática, não tire o foco do ambiente rural e, sim, seja uma alternativa econômica para o homem do campo, ou seja, se configurando como uma atividade complementar e secundária para angariar renda, executada em respeito à cultural local e ao meio-ambiente.

Com isso, o turismo em assentamentos promove o intercâmbio de características culturais e conhecimento. Outro ponto positivo é a abertura de mercado para os produtos produzidos no local, sejam esses produtos artesanatos, frutas, verduras ou animais, ou seja, o turismo oferece uma oportunidade de escoamento de produção, como indicam Cassimiro Filho, Lima e Silva (2009). Destaca-se, ainda, que o turismo em assentamentos passa por muitos desafios, principalmente a falta de divulgação da atividade por órgãos regionais e a falta de apoio dos gestores em âmbito municipal,

estadual e até federal. Nesse sentido, não é dada a importância devida à atividade do TBC, especialmente em comunidades rurais e/ou quilombolas.

Entretanto, mesmo frente a esse contexto, reafirma-se que o turismo é um fator de transformação social em comunidades de assentados, considerando que não apenas complementa a renda do pequeno agricultor, como também promove um aumento na qualidade de vida da população através da geração de empregos e a profissionalização da comunidade.

Igualmente destaca-se a preservação ambiental e a sustentabilidade das produções agrícolas e não agrícolas apresentadas na comunidade, impulsionando o desenvolvimento local. O TBC pode ser uma importante via para a histórica região do Recôncavo e, especialmente, de Santo Amaro, ao mesmo tempo ser uma atividade sustentável.

O TBC está associado a chegada de turistas, ocorrerá conseqüentemente o aumento do consumo, produção de bens e serviços, gerando assim a criação de novos empregos e dinamização do desenvolvimento local. Embora o turismo seja caracterizado como um importante vetor de dinamização econômica, ele não se restringe apenas a isso, já que se caracteriza, também, pela prática cultural e social, além de promover a interação entre a comunidade e os visitantes. Isso motiva o segmento do turismo de forma concreta com avaliação dos potenciais do local. Entre acertos e erros na forma de gestão inicial, pode-se afirmar que se desenvolve um novo marco, o da participação comunitária rural baseada no cooperativismo, sentimento de pertencimento e associativismo.

Nesta pesquisa, em relação ao Turismo de Base Comunitária como alternativa econômica e sustentável para comunidades rurais do interior do estado da Bahia, desenvolveu-se o estudo tendo por escopo o assentamento de reforma agrária Eldorado, localizado no município de Santo Amaro – BA. Analisou-se que, a prática do TBC nesse assentamento é um vetor essencial de desenvolvimento local, entendendo-se que essa prática pode ser uma geradora de capital para outras comunidades, promovendo o desenvolvimento direcionado à melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Ressalta-se que, a prática do TBC no referido assentamento do MST, impulsiona o desenvolvimento local, sem esquecer da conservação do meio ambiente através do turismo pedagógico. Chegou-se a essa conclusão mediante a visita de campo para coleta de informações através de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, traçando assim, um perfil dos moradores assentados e da atividade turística.

Os dados coletados indicaram como perfil geral que a maioria dos assentados do Eldorado são adultos, a partir dos 50 anos. A predominância é de mulheres, sendo esta a força atuante da comunidade. Há, de modo geral, um equilíbrio entre pessoas solteiras e casadas, sendo que a maioria possui filhos. Em termos de renda, o valor médio corresponde a um salário mínimo, entretanto, nenhum dos assentados soube precisar quanto o TBC já rendeu para si ou para a comunidade.

Como demandas, os assentados sinalizaram a necessidade de maior organização política e gestora para a retomada da prática do TBC, o que identificou-se como ponto positivo. Além disso, pontuaram que são necessárias melhorias na infraestrutura do assentamento, como diversificar produtos para melhor atender os turistas. Outro ponto é que veem o TBC como uma mola propulsora do desenvolvimento da comunidade, como também acham enriquecedora a troca de saberes entre os assentados e os visitantes.

Reitera-se que, o TBC em assentamentos tem se projetado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local. Entretanto, para a visibilidade da atividade é preciso exercer uma prática cuidadosa, com parâmetros, sistematização de experiências e reconhecimento dos limites da proposta de cada comunidade. Constatou-se que, a medida em que é apresentada aos visitantes a realidade rural como a dos assentamentos de reforma agrária, isto auxilia na desmistificação do funcionamento desses espaços e propicia o intercâmbio de saberes. Nesse sentido, a implantação de atividades turísticas em assentamentos configura-se como uma alternativa para a valorização da agricultura familiar e de seus moradores, além de favorecer o desenvolvimento local, sendo assim, uma atividade imprescindível para a qualidade de vida de todos os envolvidos.

O estudo reafirma, portanto, que o TBC é uma alternativa viável e, sobretudo, capaz de proporcionar uma experiência prazerosa e única ao turista. Atrelado a isso, entende-se que, no atual contexto pandêmico, o TBC pode ser compreendido e retomado como uma prática econômica para os assentados, levando em conta a preservação do meio ambiente.

Vale ressaltar, contudo, que não se encerra neste trabalho as discussões acerca do TBC em assentamentos de reforma agrária, tendo em vista o papel de cada participante que compõe a rede da atividade turística. Espera-se que, essa breve reflexão estimule o debate a respeito da atividade turística em assentamentos, bem como desperte para a necessidade de se vincular tais atividades a assuntos de interesse geral, como, por exemplo, a divisão de terras.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO TURISMO - EMBRATUR. **Excelência em turismo**: aprendendo com as melhores experiências internacionais. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

AGUIAR, M.R.; DIAS, R. **Fundamentos do turismo**. Campinas: Alínea, 2002.

ANDRADE, J.V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRIOLO, A.; FAUSTINO, E. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. *In*: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ANSARAH, M.G.R. **Turismo**: segmentação de mercado. São Paulo: Futura, 1999.

AVENA, B.M. **Turismo, educação e acolhimento**: um novo olhar. São Paulo: Roca, 2006.

ÁVILA, Vicente Fídeles. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

_____. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações. Revista Interna-cional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande: UCDB, v.1, n.1, p. 63-76, set. 2000.

BACHA, Maria de Lourdes; STREHLAU, Vivian Iara. Uma tipologia para segmentação de hábitos de viagem das classes populares. **Turismo - Visão e Ação**, Camboriú, v.11, n.2, p. 175-200, maio-ago. 2009.

BAHIA, E.T.; BOLSON, J.H.G.; PIRES, F. Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil: estudo de caso Minas Gerais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL (ENTBL), 6., Curitiba, 2004. **Anais [...]** 2004. Disponível em: <https://entbl.ccsa.ufrn.br/> Acesso em: 14 set. 2021.

BAHL, M. **Fatores ponderáveis no turismo**: sociais, culturais e políticos. Curitiba: Protexto, 2003.

BANDEIRA, Fábio Pedro S.F.; DE BRITO, Ronan Rebouças Caires. **Comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos**: aspectos históricos e etnoecológicos. *In*: _____. **BAÍA de todos os Santos: aspectos humanos**, [s.l.]: [s.n.], 2011.

BANDUCCI JÚNIOR, A. **Turismo no assentamento rural Andalucia (MS):** uma experiência autônoma e comunitária. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2012.

BAPTISTA, L.; MOREIRA, J.C. Ecoturismo de base comunitária no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR: A ótica das comunidades de entorno. **Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural**, v.15, n.1, p.195-210, 2017.

BARBOSA, L.G.M. et al. **Impacto econômico do COVID-19:** propostas para o turismo brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2020.

BARBOSA, L.M. **Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2011.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R. et al (orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAVA, S.C.A. Produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.31, 2003.

BELL, D.; VALENTINE, G. **Consuming geographies.** London: Routledge, 1997.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. **Globalização do turismo:** megatendências do setor e realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo – Visão e Ação**, v.6, n.3, p. 295-305, set./dez. 2004.

BENTO, L.C.M. **Potencial geoturístico das quedas d'água de Indianópolis.** 2010. 150p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2010.

BENTO, Lilian Carla Moreira; FARIAS, Mayara Ferreira; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite. Geoturismo: um segmento turístico? **Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/UERN**, v.9, n.1, p. 1-23, 2020.

BENUR, A.M., BRAMWELL, B. Tourism product development and product diversification in destinations. **Tourism Management**, n.50, p.213–224, 2015.

BERQUÓ, Elza. Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O ENVELHECIMENTO HUMANO: UMA AGENDA PARA O FIM DO SÉCULO. 1996. **Anais [...] 1996.**

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? *In*: BECKER D. F.; BANDEIRA, P. S. (org.). **Determinante e desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BOYER, Marc. **A história do turismo e massa.** São Paulo: Edusc, 2003.

BRANDÃO, J.O.S. **Turismo de Base Comunitária:** Ressignificando a concepção de comunidade. 2014. 234 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF, 2014.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos e seus riscos. **Revista Recôncavos.** Cachoeira: Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), v.1, n.1, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986. Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências. **DOU,** Brasília, 21 nov. 1986.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Brasília: Secretaria de Educação Básica. Edital de convocação, v. 6, 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007.** 2003. Disponível em: <https://bitly.com/Wecel> Acesso em: 06 jul. 2020.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010.** 2007. Disponível em: <https://bitly.com/sbV6c> Acesso em: 06 jul. 2020.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016.** 2013. Disponível em: <https://bitly.com/EDZR9> Acesso em: 06 jul. 2020.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022.** 2018. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf Acesso em: 18 mar. 2020.

_____. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo:** diretrizes e procedimentos. Brasília: Ministério do Turismo, 2001.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo**. 2017. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br> Acesso em: 06 jul. 2020.

_____. **Turismo de rural: conceituação e características básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Ministério dos Transportes. **DNIT, mapa rodoviário da Bahia**, 2002.

BRUNO, R.; MEDEIROS, L. Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais. **Cadernos da Terra**, v.1, n.9, 2001.

CABUGUEIRA, Artur. A importância econômica do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v.2, n.2, p. 97-104, 2005.

CAMPOS FILHO, Alberto Viana. **Grupo de Trabalho-GT2 – políticas públicas desenvolvimento e turismo rural educação do campo como instrumento para o fortalecimento do turismo comunitário e solidário no recôncavo baiano em assentamentos rurais e comunidades quilombolas**. Disponível em: http://143.107.95.102/prof/kasolha/citurdess/anais/pdf/eixo2/GT2_10.pdf Acesso em: 15 jul. 2020.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1988.

CARVALHO, J.J. O lugar da cultura tradicional na sociedade Moderna. **Revista O PERCEVEJO - revista de teatro, crítica e estética**, Rio de Janeiro: UNRIO, 2000.

CASSIMIRO FILHO, F.; LIMA, V.P.; SILVA, T.N. **Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento rural para o assentamento Coqueirinho**, Fortaleza/CE. UFC, 2009.

CAVALCANTI, Keila B.; HORA, Alberto S.S. Política de Turismo no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v.13, n.2, p. 54-73, nov. 2002.

CIELO. **Estudo inteligência competitiva Banco do Brasil** 2019. [arquivo particular].

CIRANO, M.; LESSA, G.C. Oceanographic characteristics of Baía de Todos os Santos, Brasil. **Revista Brasileira de Geofísica**, v.25, p. 363-387, 2007.

CNC. **Turismo no Brasil aumenta faturamento em 2,2%, em 2019**. 2020. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/editorias/turismo/noticias/turismo-no-brasil-aumenta-faturamento-em-22-em-2019> Acesso em: 22 nov. 2020.

COELHO, André Meyer; RIBEIRO, Letícia Magno; FONTES FILHO, Joaquim Rubens. A Experiência como vantagem competitiva para o turismo. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2007. **Anais [...]** 2007.

COHEN, Erik. **Contemporary tourism: diversity and change**. San Diego, CA, USA: Elsevier, 2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **A contribuição do turismo ao desenvolvimento local**. Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COUTINHO, A.C.A. et al. Turismo e geoturismo: uma problemática conceitual. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v.11, n.4, out. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i4p754> Acesso em: 23 ago. 2021.

CRA. **Avaliação das áreas costeiras superficiais, BTS Praias de Salvador**. Salvador/BA, mar. 2001.

CROUCH, G.I. Destination competitiveness: an analysis of determinant attributes. **Journal of Travel Research**, v.50, n.1, p.27-45, 2011.

CRUZ, R.A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CUNHA, L. A. **Definição e o âmbito do turismo: um aprofundamento necessário**. Lisboa: Recil, 2010.

CUNHA, L.; ABRANTES, A. **Introdução ao turismo**. 5. ed. Lisboa: Lidel, 2013.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DENG, J.; KING, B.; BAUER, T. Evaluating natural attractions for tourism. **Annals of Tourism Research**, v.29, n.2, p. 422-438, 2002.

DEERY, M.; JAGO, L.; FREDLINE, L. Rethinking social impacts of tourism research: a new research agenda. **Tourism Management**, v.33, n.1, p.64-73, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Principais conceitos e definições em turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUÊS. Desenvolvimento. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desenvolvimento/> Acesso em: 27 jul. 2020.

DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação. *In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (org). Turismo Rural: Iniciativas e inovações*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DWYR, L.; KIM, C. Destination competitiveness: determinants and indicators. *Current Issues in Tourism*, v.6, n.5, p. 369–414, 2003.

ECO POUSADA BAIXÃO. **Assentamento Baixão Itaetê Chapada Diamantina**. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/ecopousadabaixao/> Acesso em: 17 jan. 2022.

FABRINO, N.H. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. 185 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2013.

FERNANDES, B.M. Impactos sócio territoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. *In: FRANÇA, C.G.; SPAROVEK, G. (coord.). Assentamentos em debate*. Brasília: NEAD, 2005.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira B. Assentamentos rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, n.15, p. 62-76, 1997.

FREINET, C. **A Pedagogia do Bom Senso**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1996.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Plano Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, 2011. Disponível em: fnde.gov.br Acesso em: 10 jun. 2020.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GOSSILIN, S., SCOTT, D.; HALL, M. Pandemics, tourism, and global change: a rapid assessment of COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, p.1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>Grimm Acesso em: 21 jul. 2021.

GUZZATTI, Thaise Costa; TUNES, Valério Alécio. **O papel da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC) na construção de políticas públicas de turismo focadas no desenvolvimento rural e na promoção da agricultura familiar**. Florianópolis, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Colin Michael. Política e planejamento turístico: o imperativo sustentável. In: _____. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HALLACK, N; BURGOS, A; CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente Sustentável**, n.11-12, p. 1-25, 2011.

HORA, A.S.E.; CAVALCANTI, K.B. Turismo pedagógico: Conversão e reconversão do olhar. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B.K. (orgs.). **Turismo contemporâneo: Desenvolvimento, Estratégia e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2003.

HULTMAN, M. et al. Achieving tourist loyalty through destination personality, satisfaction, and identification. **Journal of Business Research**, v.68, n.11, p.2227-2231, 2015.

HUYBERS, T. Domestic tourism destination choices – a choice modelling analysis. **International Journal of Tourism Research**, v.5, n.6, p.445-459, 2003. Disponível em: <http://www.ibeac.org.br/passaros-frutas-frescas-e-muito-verde-bem-vindo-a-parelheiros/> Acesso em: 23 maio 2021.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

_____. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo**. 1990.

_____. **Censo**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/saopaulo/panorama> Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Censo**. 2021. <https://.ibge.gov.br/> Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Mapa político do estado da Bahia**. 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/> Acesso em: fev. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Empregos no Brasil - Relatório n. 24408-BR**. Brasília, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Boletim**, v.19, p.11, 2020.

_____. **I Plano Nacional de Reforma Agrária**. Decreto nº 91.766, de 10 outubro de 1985. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reformaagraria>. Acesso em: 25 out. 2020.

IORIO, M.; WALL, G. Behind the masks: tourism and community. **Sardinia. Tourism Management**, v.33, n.6, p.1440-1449, 2012.

IRVING, M.A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária**. [s.l.]: [s.n.], 2009.

IVARS, Josep. **Planificación turística de los espacios regionales en Espana**. Madrid: Síntesis, 2003.

JENSEN, Rolf. **The dream society 2: heartstorm**. United States: JP Boger, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEMOS, L. **Turismo: que negócio é esse?** Uma análise da economia do turismo. Campinas: Papyrus, 2000.

MAIA, Cláudio; FIDELES, Júnior; MEDINA, Gabriel. **Reforma agrária. Agricultura Familiar em Goiás**, [s.l.]: [s.n.], 2016.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

MARTINS, P.C.S.; MORETTI, E.C. Desenvolvimento sustentável no turismo e sustentabilidade em turismo rural. Até que ponto?. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 6., 2004, Joinville. **Anais** [...] 2004. Disponível em: https://www.ufrgs.br/mercados/sumarios/anais4/gt01/patricia_martins.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

MATHIELSON, A.; WALL, G. **Tourism economic, physical and social impacts**. Harlow: Longman, 1982.

MEDINA, F. Xavier. Reflexiones sobre el patrimonio y la alimentación desde las perspectivas cultural y turística. **Anales de antropologia**, Elsevier, 2017.

MELO, Ana Cristina Viana. **Formulação de um modelo de observatório para o turismo cinematográfico em Brasília**. [s.l.]: [s.n.], 2009.

MELO, Thiago Sebastião; SOUZA, José Gilberto. Reforma agrária e turismo: primeiras aproximações teórico-críticas. **Agrária**, São Paulo, n.14, p.121-139, 2011.

MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C.S. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOESCH, M.M. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTANER MONTEJANO, Jordi. **Psicología del turismo**. Madrid: Síntesis, 1996.

MUCUGÊ, Rogério. **Cachoeira Encantada: entre cultura e natureza em Itaetê**. Disponível em: <https://rogeriomucuge.wordpress.com/2017/09/26/cachoeira-encantada-entre-cultura-e-natureza-em-itaete/> Acesso em: 10 ago. 21.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. 3. ed. Salvador: Academia de Letras, 2005.

PROAÑO MOREIRA, Jose Luis et al. **Turismo educativo: propuesta de creación de un programa de enseñanza de español para extranjeros**. En ESPOL. 2009.

QUEIROZ, Lúcia Maria de Aquino de; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. **Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo baiano**. 2009.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, A.U. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL - CIRADR-FAO. 2006, Porto Alegre – RS. **Anais [...]** 2006. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/04/25/conferencia-internacional-da-reforma-agraria-lanca-declaracao-final/> Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Elton Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n.2, p. 193-202, set. 2007.

OLIVEIRA, Jamily Ferreira. **Contribuição do turismo para o desenvolvimento da economia**. 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/contribuicao-do-turismo-para-o-desenvolvimento-da-economia> Acesso em: 01 nov. 2022.

OMENA, E. Vulnerabilidade socioeconômica à crise COVID-19 o turismo como fator de alto risco. **E metropolis**, v.11, n.41, jun. 2020. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/321?name=vulnerabilidade-socioeconomica-a-crise-covid-19> Acesso em: 25 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Reflexão e resolução à medida que o turismo olha para o futuro**. São Paulo, 2020.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph, 2011.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PEARCE, D.G. **Geografia do Turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2002.

PEDRÃO, F. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo Baiano**, v.1, 2007.

PEDREIRA, P.T. **Memória histórico-geográfica de Santo Amaro**. Brasília: Edição do autor, 1977.

PERINI, M.M. Turismo paleontológico en Neuquén, una experiencia educativa en el Lago los Barreales.. *In*: ENCUESTRO DE TURISMO CULTURAL-NAYA. 2003, Buenos Aires. **Anais [...]** 2003.

PEZZI, Eduardo; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves. A experiência turística e o turismo de experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. **Revista Turismo em Análise**, v.26, n.1, p. 165-187, 2015.

PIKE, Andy; RODRIGUEZ-POSE, Andrés; TOMANEY, John. **Local and regional development**. London: Routledge, 2006.

PINE, J.; GILMORE, J. **The experience economy**: work is theatre & every business a stage. Boston: Harvard Business School, 1999.

POON, A. **Tourism, technology and competitive strategies**. Cabi, Wallingford, 1993.

PORTAL IR3. **Assentamentos promovem o turismo rural em Goiás**. 2021. Disponível em: <https://www.portalr3.com.br/2021/09/assentamentos-promovem-o-turismo-rural-em-goias/> Acesso em: 01 nov. 2022.

PROJETO BAGAGEM. **Semeando o turismo comunitário pelo Brasil. Turismo comunitário – Parte 1**. São Paulo, SP: Projeto Bagagem, 2011.

PROSHANSKY, H.M.; FABIAN, A.K.; KAMINOFF, R. Place-identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, v.3, p.57-83, 1983.

PUPPI, I.C. **Estruturação sanitária das cidades**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná/ São Paulo: Cetesb, 1981.

RABAHY, Wilson. **Planejamento do turismo**. São Paulo: Loyola, 1990.

REJOWSKI, M. Produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v.21, n.2, p. 224-246, 2010.

REJOWSKI, Mirian; SOLHA, Karina Toledo. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, Mirian (org.). **Turismo no percurso do tempo**. 7. ed. São Paulo: Aleph, 2002. p. 71 - 115.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998, Santa Maria, RS. **Anais [...]** 1998.

ROQUE, A. **Estudo preliminar da cadeia produtiva: turismo rural no Brasil**. Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura - IICA. Brasília: [s.n.], 2013.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2000.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANE, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História Ciências Sociais**, v.1, n.1, p.1-15, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALCEDO, A.L.T.; SUÁREZ, L.P. Investigación en turismo en la Universidad Autónoma del Estado de México. **Revista Teoría y Praxis, Cozumel**. n.1, p.87-95, jun. 2005.

SANSOLO, D. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [s.l.]: Ed. Letra e Imagem. 2009.

SANTOS, M. A rede urbana do Recôncavo. *In*: BRANDÃO, M.A. (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., Porto Alegre, RS. 1982. Anais [...] 1982.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.

SEGAL, S.; GERSTEL, D. **The global economic impacts of covid-19.center for strategic & international studies**. 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/global-economic-impacts-covid-19> Acesso em: 06 ago. 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Plurianual 2004-2007: Bahia - desenvolvimento humano e competitividade**. Salvador, 2010.

SEM, A. **O desenvolvimento como expansão das capacidades**. São Paulo: Lua Nova, 1993.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo. Cia das Letras, 1999.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Projeto Economia da Experiência: Continuidade e abrangência de novos destinos**. Petrópolis, RJ, 2016.

SILVA, Fernando José Sousa et al. **O balançar da rede: turismo comunitário da Rede Tucum no Facebook**. 2015.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasilense S.A. 1986.

SILVA, S.B.M. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. *In*: RODRIGUES, A.A.B. (org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. *In*: CORIOLANO, L.N.M.T.; LIMA, L.C. (orgs) **Turismo comunitário e responsabilidade socio-ambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SILVA, Vanessa Lima. **A importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social da cidade de piranhas - AL**. 2018. 49 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia – AL, 2018.

SILVA, P.H.O.; SPINOLA, C.A. Turismo de base comunitária: considerações conceituais e perspectivas de implementação em um bairro popular de Salvador – BA. **Caderno Virtual de Turismo**, v.18, n.2, p.85-100, 2018.

SMITH, Stephan. **Practical tourism research**. Wallingford: Cabi International, 2010

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA, R.C.; CORDEIRO, T.S. **Turismo: Reflexões sobre a dimensão territorial**. Salvador: Unifacs, 2014.

SOUZA, S.P; HESPANHOL, R.M. Dinâmicas Socioeconômicas e possibilidades de implantação do turismo rural em assentamentos nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 7., 2010, Presidente Prudente, SP. Anais [...] 2010*. Disponível em: www.ufrgs.br/citurdes Acesso em: 20 maio 2021.

STÉDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999

TENÓRIO, F.G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TRABUCO, Gismalia Luiza Passos. **A praxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos do MST na Chapada Diamantina-Ba.** [s.l.]: [s.n.], 2008.

TRIBE, J. Turismo, conhecimento e currículo. *In: AIREY, D.; TRIBE, J. Educação Internacional em Turismo*. São Paulo: Senac, 2008.

_____. The indiscipline of tourism. **Annals of Tourism Research**, v.24, n.4, 1997.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Papirus Editora, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1983.

TUNG, Vincent Wing Sun; RITCHIE JUNIOR; Brent. Exploring the essence of memorable tourism experiences. **Annals of tourism research**, v.38, n.4, p.1367-1386, 2011.

UNCTAD/WTO. **Módulo de treinamento para o sucesso do turismo baseado na comunidade – TBC no Âmbito do PRPE – Programa de Redução da Pobreza através da Exportação**. International Trade Center – ITC, 2005.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Economic impacts of tourism**. 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/> Acesso em: 31 jan. 2020.

UNWTO. **World Tourism Barometer**. Madrid: UNWTO, 2020.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Política económica local**: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993.

VERA REBOLLO, José Fernando; MARCHENA GÓMEZ, Manuel Jesús. Turismo y desarrollo: un planteamiento actual. **Papers de turisme**, v.3, p.59-84, 1990.

VINHA, M.L. O turismo pedagógico e a possibilidade de ampliação de olhares. Hórus. **Revista Eletrônica de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas**, Ourinhos, SP, n.3, 2005.

VITALINO, J.W. **A Municipalização do Turismo**. 2000. Monografia – Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2000.

VOIGT, Cornelia; PFORR, Christof. **Wellness tourism**: a destination perspective. Routledge, 2013.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009. 573 p.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZAGHENI, E. **A logística da cadeia produtiva do turismo de Joinville – SC**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. Florianópolis, SC, 2004.

ZAMANI-FARAHANI, H.; MUSA, G. The relationship between Islamic religiosity and residents' perceptions of socio-cultural impacts of tourism in Iran: Case studies of Sare'in and Masooleh". **Tourism Management**, v.33, n.4, p.802-814, 2012.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.2, p.30-40, 2008.

ZHANG, Jie; MARCUSSEN, Carl. Tourist motivation, market segmentation and marketing strategies. BI-ANNUAL SYMPOSIUM OF THE INTERNATIONAL SOCIETY OF CULTURE, TOURISM, AND HOSPITALITY RESEARCH, 5., Charleston, South Carolina. 2007. **Anais** [...] 2007.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO LÍDER

QUESTIONÁRIO LÍDER

I - CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

1) Projeto de Assentamento: _____

2) Data de emissão de posse: _____

3) Município: _____

4) Ano de criação do assentamento:

5) Área (ha):

6) Nº de famílias Assentadas:

7) Associação(s)

Associação local:

Responsável:

Cargo:

Contato:

8) História do assentamento

II - INFRAESTRUTURA

9) Acesso

() Estrada não-pavimentada () Estrada pavimentada

10) Condições de acesso:

() regular () bom () excelente () excelente com adaptações

11) Pavimentação

() Asfalto () Saibro () Concreto () Paralelepípedo () Chão batido

12) Distância da estrada pavimentada (km):_____

13) Distância da sede municipal (km):_____

14) Distância do povoado mais próximo (km):_____

15) Sinalização de acesso () Sim () Não

16) Temático: () Não Temática () Adaptada ()

17) Condições de acesso: () regular () bom () excelente

18) Meios de transporte no assentamento () Ônibus () Van ou similar
() Não tem

19) Atendimento médico hospitalar mais próximo (km):_____

20) Atendimento bancário mais próximo (km):_____

21) Existe escola no assentamento? S/N () / Nome :

22) O ensino é até que série? Ensino Médio () Ensino Fundamental () Ensino
Médio ()

23) Turno: Matutino () vespertino ()

24) Existe transporte escolar? S/N ()

25) Saneamento: Fossa séptica () Fossa negra () Fossa seca () Não tem
()

26) Existe coleta de lixo? S/N ()

27) Gestão do lixo? S/N ()

28) Destino do lixo orgânico:

III - ATIVIDADES RURAIS

29) Quais as atividades existentes no assentamento?

- () Pecuária () Ovinocultura () Suinocultura
() Avicultura () Cunicultura () Apicultura () Piscicultura

IV - Turismo no Assentamento

30) Grau de envolvimento do assentamento com a atividade turística:

- () Nunca teve visitação () Teve visitação no passado
() Tem visitação esporádica () Tem visitação constante

31) Grau de envolvimento das famílias com a atividade turística?

32) Hospedagem familiar? S/N ()

33) Existe alguma forma de organiza o no Assentamento (Associa o ou Cooperativa)? S/N

34) comemora es do Assentamento.

35) Quais os potenciais turísticos?

36) Existem artesanatos ou trabalhos manuais no assentamento?

37) Qual a maior dificuldade para o desenvolvimento do turismo no assentamento?

APÊNDICE B QUESTIONÁRIO ASSENTADOS**QUESTIONÁRIO ASSENTADOS****I - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO/A**

Q1- Gênero: [1] Masculino [2] Feminino [3] Outro [4] Prefiro não declarar

Q2- Faixa etária [1] 15 a 19 [2] 20 a 29 [3] 30 a 39 [4] 40 a 49 [5] 50 a 60
[6] > 6

Q3- Qual é seu estado civil [1] Solteiro (a) [2] Casado (a) / União estável

[3] Divorciado (a) / Separado [4] Viúvo (a)

Q4- Qual é a sua escolaridade?

[1] Não frequentou a escola [2] Ensino fundamental incompleto

[3] Ensino fundamental completo [4] Ensino médio incompleto

[5] Ensino médio completo [6] Superior incompleto

[7] Superior completo [8] Especialização

Q5- Você tem filhos? [1] SIM _____ [2] NÃO

Q6- Quantas pessoas moram nessa casa? _____

II – O ASSENTAMENTO

Q7 – Quanto tempo mora no assentamento? _____

Q8 – Gosta de morar no assentamento? [1] SIM [2] NÃO

Q9 – O que mais gosta no assentamento?

Q10 – O que menos gosta no assentamento?

Q11 – Possui alguma produção agrícola? [1] Sim _____ [2]
Não

Q12 – Onde comercializa os produtos?

[1] Não comercializa

[2] No próprio assentamento

[3] Na feira local

Q13 – Faz parte de alguma associação, cooperativa, ONG?

[1] Sim

[2] Não

Qual? _____

III – RENDA

Q14 – Está trabalhando de forma remunerada atualmente?

[1] SIM

[2] NÃO

Q15 – Qual / Quais atividades remuneradas desenvolve?

Q16 – Qual a renda familiar?

[1] Nenhuma renda

[2] Até 1/2 salário mínimo (R\$ 522,50)

[3] Até 1 salário mínimo (R\$ 1.045,00)

[4] De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.045,00 - R\$ 3.135,00)

[5] De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 3.135,00 - R\$ 6.270,00)

[6] > 6 salários

Q24 – Quem recebia os turistas no assentamento?

Q25 – O que os turistas faziam no assentamento?

VI - GESTÃO DO TURISMO

Q26 – Você sabe se era cobrada a visita? [1] SIM [2] NÃO

Q27 – Você acha que deveria cobrar visita? [1] SIM [2] NÃO

Q28 – Quanto? R\$ _____

Q29 – Onde esse dinheiro deveria ser investido?

[1] Nas instalações coletivas [2] Nas casas dos assentados

[3] Nas instalações relacionadas ao turismo [4] outros

Q30 – Os turistas compravam alguma coisa do assentamento?

[1] alimento [2] bebida [3] artesanato [4] outro _____

Q31 – Quem fazia o agendamento das visitas?

[1] Não existia agendamento [2] O líder do assentamento [3] A equipe gestora do turismo [4] Não sabe

Q32 - Quanto ganha ou chegou a ganhar com o turismo no assentamento ?

Q33 – O que pode melhorar no assentamento para receber os turistas?